



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (IHD)  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (SER)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL (PPGPS)**

**WANDERSON DE ANDRADE FAGUNDES**

**A LUTA POR SAÚDE PÚBLICA NO SEIO DA CLASSE TRABALHADORA:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DA OSM-SP NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

**BRASÍLIA**

**2023**

WANDERSON DE ANDRADE FAGUNDES

A LUTA POR SAÚDE PÚBLICA NO SEIO DA CLASSE TRABALHADORA:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DA OSM-SP NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do título de mestre em Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias.

BRASÍLIA

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF1561 Fagundes, Wanderson de Andrade  
A luta por saúde pública no seio da classe trabalhadora:  
uma análise a partir da OSM-SP nas décadas de 1970 e 1980 /  
Wanderson de Andrade Fagundes; orientador Michelly Ferreira  
Monteiro Elias. -- Brasília, 2023.  
153 p.

Dissertação (Mestrado em Política Social) -- Universidade  
de Brasília, 2023.

1. Saúde pública . 2. Reforma sanitária. 3. Oposição  
Sindical Metalúrgica de São Paulo. 4. Sindicalismo. 5.  
Política Social . I. Elias, Michelly Ferreira Monteiro ,  
orient. II. Título.

WANDERSON DE ANDRADE FAGUNDES

A LUTA POR SAÚDE PÚBLICA NO SEIO DA CLASSE TRABALHADORA:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DA OSM-SP NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Michelly Ferreira Monteiro Elias  
Orientadora – PPGPS/UNB

---

Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli  
Membro titular interno - PPGPS/UNB

---

Prof. Dr. Rogério Miranda Gomes  
Membro titular externo – PPGSC/UFPR

BRASÍLIA

2023

Aos trabalhadores metalúrgicos e da saúde, em especial ao metalúrgico João Inácio Fagundes e à técnica de enfermagem Lurdes Bernadete de Andrade Fagundes, meus pais. Obrigado por todo amor, cuidado e exemplo.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora Michelly, por ter aceitado me orientar no percurso dessa pesquisa e por desempenhar com primazia, competência e cuidado seu papel de docente/orientadora.

A todos os espaços coletivos, construídos por trabalhadores e trabalhadoras organizadas, em suas diversas frentes de batalha, os quais me forjaram e me forjam enquanto militante.

Às minhas amigas e amigos, camaradas, colegas de trabalho, com os quais divido frações do meu tempo, da minha vida.

Hino da Greve / Hino da oposição sindical metalúrgica de São Paulo/SP<sup>1</sup>

É nosso dia, companheiro  
Nosso é o trabalho de nossas mãos  
Nossas as máquinas que movemos  
Nossos os frutos da produção.

Já vou me esperam os companheiros  
Irmãos de classe para lutar  
Parando as máquinas falaremos  
E a nossa voz se ouvirá.

Avante vamos classe operária  
Avante todos os oprimidos  
Parando as máquinas e no silêncio  
Do operário se ouça o grito.

---

<sup>1</sup> Este hino foi composto coletivamente pelos trabalhadores da zona sul de São Paulo/SP durante a greve da categoria metalúrgica em out-nov./1979. Foi nessa greve que morreu o metalúrgico e militante da OSM-SP, Santos Dias, enterrado ao som desse canto. (Revista Resenha Operária, jan./1989).

## RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral compreender a relação entre a luta por saúde pública e a luta sindical empreitada pela oposição sindical metalúrgica de São Paulo/SP, nas décadas de 1970 e 1980. A pesquisa se embasou no aporte teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético, utilizando da pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados materiais produzidos pela oposição sindical no período citado, como jornais e resoluções de congressos. Também compôs o trajeto de pesquisa a leitura acerca do desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil, sindicalismo de Estado e novo sindicalismo, assim como o movimento pela reforma sanitária brasileira. Desta forma, percorremos contribuições teóricas que versam sobre o corporativismo no movimento sindical e que problematizam a hegemonia política com viés conciliador do movimento por reforma sanitária. Constatou-se uma significativa presença da pauta de assistência à saúde nos materiais da oposição metalúrgica, extrapolando um viés corporativista, isto é, pautas direcionadas ao conjunto da classe trabalhadora brasileira, e verificou-se como a assistência à saúde foi utilizada como elemento de agitação do movimento sindical. Entretanto, observou-se também que a abordagem da questão da saúde pela OSM-SP se fez de maneira diversa, não se especificando por exemplo a luta por um sistema único de saúde, com as características apontadas pelos movimentos específicos que pautaram a assistência pública em saúde, bem como notou-se uma ausência de crítica mais contundente à saúde enquanto mercadoria. Conclui-se que houve sim um distanciamento do movimento sindical estudado do movimento por luta pela saúde pública e universal, com grande peso dos caminhos trilhados pelos quadros da reforma sanitária, sendo que as determinações para tal fenômeno podem ser encontradas a partir da distância política dos quadros da reforma sanitária da militância do novo sindicalismo e seus instrumentos de organização e luta, bem como no olhar para o fenômeno da estrutura corporativa do sindicalismo de Estado, enquanto um espaço que possui limitações. Por outro lado, a partir do nosso estudo, não se identificou nesse segmento do movimento sindical os atributos corporativistas apontados por alguns pesquisadores ao estudar a relação do movimento sindical e a luta por saúde pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde pública; Movimento sindical; Reforma sanitária; Oposição sindical metalúrgica de São Paulo/SP.

## ABSTRACT

This dissertation aimed to understand the relationship between the struggle for public health and the labor union struggle undertaken by the opposition metalworkers' union in São Paulo/SP, during the 1970s and 1980s. The research was based on the theoretical-methodological framework of historical-dialectical materialism, using bibliographic and documentary research. Materials produced by the union opposition during the mentioned period, such as newspapers and congress resolutions, were analyzed. The research also involved studying the development of monopolistic capitalism in Brazil, state unionism, new unionism, as well as the movement for Brazilian healthcare reform. In this way, we explored theoretical contributions that deal with corporatism in the labor movement and problematize the political hegemony with a conciliatory bias of the healthcare reform movement. It was found that the issue of healthcare assistance was significantly present in the materials of the metalworkers' opposition, going beyond a corporatist bias, that is, addressing issues directed to the entire Brazilian working class, and it was verified how healthcare assistance was used as an element to agitate the labor movement. However, it was also observed that the approach to the healthcare issue by the opposition union in São Paulo was diverse, not specifically focusing, for example, on the fight for a unified healthcare system with the characteristics advocated by specific movements that addressed public healthcare, and there was a lack of more assertive criticism of healthcare as a commodity. It is concluded that there was indeed a distancing of the studied labor movement from the struggle for public and universal healthcare, with a significant influence from the paths followed by the healthcare reform framework. The determinations for this phenomenon can be found in the political distance between the healthcare reform framework and the militancy of the new unionism and its organizing and advocacy instruments, as well as in the examination of the phenomenon of the corporatist structure of state unionism as a space that has limitations. On the other hand, based on our study, the corporatist attributes pointed out by some researchers in studying the relationship between the labor movement and the struggle for public health were not identified in this segment of the labor movement.

**Keywords:** Public health; Trade union movement; sanitary reform; Metallurgical trade union opposition in São Paulo/SP.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" – nº 01 - fev./1976.....	100
Figura 2 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" – nº 14 - fev./1980.....	101
Figura 3 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" – nº 23 – fev./1982.....	102
Figura 4 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" – nº 24 – março. /1982.....	103
Figura 5 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" - nº 28 - jun. /1982.....	104
Figura 6 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" – nº 32 – nov-dez. /1982.....	105
Figura 7- fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical – nº 32 – nov-dez. /1982.....	106
Figura 8 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" - nº 37 - maio/1983.....	106
Figura 9 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" - nº 42 – janeiro/1984.....	107
Figura 10 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" - nº 43 - fev/1984.....	108
Figura 11- fotografia de fragmento do jornal "Olho Vivo" - nº 14 - julho/1988.....	109
Figura 12- fotografia de fragmento do jornal "Olho Vivo" - nº 20 - outubro/1988.....	110
Figura 13 - fotografia de fragmento do jornal “Piquetão – região sul” – nº 07 – nov/1983. .	112

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva  
ACO – Ação Operária Católica  
AI-5 - Ato Institucional nº 5  
AP - Ação Popular  
ATRM - Associação de Trabalhadores da Região da Mooca  
CEBES - Centro Brasileiros de Estudos em Saúde  
CEDOC CUT – Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores  
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores  
CGT - Confederação geral dos Trabalhadores  
CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores  
CONCLAT - Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras  
CONTAG - Confederação dos trabalhadores da agricultura  
COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
EDN - Estratégia Democrático-Nacional  
EDP - Estratégia Democrático-Popular  
ENEMEC - Encontro de Experiências de Medicina Comunitária  
EUA – Estados Unidos da América  
FAME - Fábrica de Aparelhos e Material Elétrico  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNM - Confederação Nacional dos Médicos  
IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisa  
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social  
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social  
JOC - Juventude Operária Católica  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MOPS - Movimentos Populares em Saúde  
OSM-SP - Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo/SP  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT - Partido Democrático Trabalhista

POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RSB - Reforma Sanitária Brasileira

REME - Movimento de Renovação Médica

SUDS – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde

UML - Unidade Metalúrgica na Luta

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Volks - Volkswagen

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 ESTADO E LUTAS DE CLASSES NO CONTEXTO DA ORDEM MONOPÓLICA NO BRASIL .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Notas sobre a concepção de classes sociais e o debate sobre Estado na tradição marxista .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 Principais características do desenvolvimento e da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil .....</b>	<b>31</b>
<b>3 LUTAS SOCIAIS NOS LOCAIS DE TRABALHO: A EFERVESCÊNCIA DAS DÉCADAS 1970 E 1980 NO MOVIMENTO SINDICAL .....</b>	<b>46</b>
<b>3.1 Breve referência histórica do movimento sindical no Brasil: da constituição do sindicalismo de Estado de Vargas à repressão da ditadura empresarial-militar .....</b>	<b>46</b>
<b>3.2 A eclosão do novo sindicalismo .....</b>	<b>57</b>
<b>3.3 Histórico, composição e organização da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo .....</b>	<b>64</b>
<b>4 LUTAS POR SAÚDE PÚBLICA E MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980.....</b>	<b>77</b>
<b>4.1 Breves apontamentos sobre as políticas sociais na sociedade capitalista/Perspectiva de análise das políticas sociais frente à complexidade da dinâmica social .....</b>	<b>77</b>
<b>4.2 A configuração da política de saúde pública na ditadura empresarial-militar .....</b>	<b>81</b>
<b>4.4 A oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a pauta da saúde: análise das publicações e deliberações.....</b>	<b>97</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>138</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado é fruto de um esforço investigativo que teve como ensejo inicial contribuir para a leitura crítica em torno da relação entre a luta pela saúde pública e a ação organizada pelo movimento sindical. Para adentrar nesse complexo universo, o objetivo geral desse trabalho é analisar a relação entre o movimento de oposição metalúrgica de São Paulo e a luta por saúde pública no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Com isso, visamos entender em que medida esse processo contribuiu para o fortalecimento das lutas da classe trabalhadora em seu sentido da emancipação humana, considerando as mobilizações e reivindicações acerca da reforma sanitária que ocorreram nesse mesmo período.

Os determinantes para a escolha ou a justificativa do nosso objeto de pesquisa é permeada por questões que versam tanto sobre a relevância da temática no âmbito da produção científica no campo da política social e para o conjunto da sociedade, quanto sobre a conjuntura política vivenciada e a trajetória do pesquisador. A respeito dessa última, a escolha por tal objeto encontra como fatores de influência a vivência profissional do pesquisador, o qual atua como Assistente Social no Sistema Único de Saúde (SUS) há nove anos e a atuação no movimento sindical, atualmente através do Sindicato dos Técnicos-Administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

A conjuntura política e epidêmica na qual foi elaborado o projeto de pesquisa também trouxe elementos importantes que justificam a relevância da pesquisa: o Brasil liderou posições mundiais em se tratando de número de mortos por COVID-19. Assistimos ao longo de 2020 e 2021 sistemas de saúde entrarem em colapso e o debate sobre o acesso à saúde ganhar destaque tanto no meio acadêmico, quanto a partir de diversos movimentos sociais. No Brasil, o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido um dos principais desafios enfrentados pelo sistema de saúde pública brasileiro. Com a pandemia da Covid-19, essa questão ficou ainda mais evidente. O aumento da demanda por serviços de saúde, a necessidade de equipamentos de proteção individual e a ampliação da oferta de leitos de UTI sobrecarregaram o sistema de saúde brasileiro, que já enfrentava dificuldades em garantir atendimento de qualidade à população.

Tal contexto nos mostrou o quão imperioso é avaliarmos nossas lutas e seus resultados no campo da garantia dos direitos sociais, entre eles o direito à saúde. Dados de 2019 apontam que apenas 49% da população brasileira havia acessado atendimento odontológico, já em relação ao acesso a medicações, o percentual ainda é mais alarmante, pois apenas 30,5% das pessoas que tiveram medicações receitadas conseguiram obter, pelos SUS, pelo menos um

medicamento prescrito (Pesquisa Nacional de Saúde - IBGE, 2020). A mesma pesquisa revelou ainda que, dentre os 159,1 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais, 28,1% avaliaram seu estado de saúde como regular, dentre as opções muito boa/boa, regular e ruim/muito ruim.

Em contraponto, a ideologia burguesa age no sentido de mascarar a realidade e justificar retrocessos. Exemplo disso é o tom otimista que encontramos no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2019), que caracteriza o atual momento como uma época de grande avanço nos padrões de vida, em total desalinho com os indicadores sociais brasileiros que expõem a triste realidade quanto à concretização dos direitos sociais.

Ainda buscando sistematizar a relevância da pesquisa, infere-se outros dois aspectos de destaque. O primeiro trata-se de contribuir para a organização política da classe trabalhadora no campo da luta pela defesa de um SUS universal, gratuito, de qualidade e 100% estatal. Entendemos que as contribuições as quais almejamos elaborar a partir dessa pesquisa podem subsidiar, somadas a outras tantas formulações, discussões, especialmente em sindicatos e oposições sindicais, que culminem no avanço dessa luta.

O segundo, trata-se do fornecimento de subsídios para atuação de profissionais do campo da política social no Brasil, especialmente assistentes sociais, compreendendo que a luta pela consolidação e ampliação de direitos sociais compõe uma das dimensões da atuação profissional do Serviço Social. Desse modo, pensamos ser de relevância pesquisas que tratem dos processos reivindicatórios da classe trabalhadora e dos dilemas que envolvem sua concretização na realidade social, apontando potencialidades e limites das estratégias adotadas, bem como delineando os contextos conjunturais na qual se fizeram.

Tendo como referência essas problematizações e a relevância deste tema para a realização desta pesquisa, os objetivos específicos traçados foram caracterizar politicamente o movimento de oposição metalúrgica de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980 no âmbito das lutas de classes; analisar as abordagens realizadas pelo movimento de oposição metalúrgica de São Paulo no que tange a luta por saúde pública; compreender o movimento de luta por saúde pública no Brasil, a partir da experiência da luta pela reforma sanitária no contexto dos anos de 1970 e 1980.

Diante desses elementos, levantamos como hipótese inicial que a luta por saúde pública no interior do movimento sindical da oposição metalúrgica se deu de forma secundarizada frente às pautas de tomada do sindicato e organização por melhores condições de trabalho e salário. Além disso, foi pressuposto que a abordagem da temática desse movimento acompanhou as tendências gerais do enfoque dado à luta por saúde pública, sendo a hegemônica

aquela que levou à construção de um sistema de saúde com importante peso do setor privado.

Nossa metodologia, compreendida enquanto a espinha dorsal que permite nos aproximar ou afastar do real, foi definida a partir de nosso referencial teórico. Conforme nos alerta Quiroga (1991), devemos nos atentarmos para reduções e atrofias dos significados ao debruçarmos sobre metodologias. Isso pode ocorrer, por exemplo, em termos de redução das perspectivas teóricas em sua dimensão epistemológica, eliminando a conexão com os princípios sociais em que estão inseridas.

Indicamos o materialismo-histórico-dialético como escolha teórico-metodológica, a qual parte da análise da sociedade fundada na ampla e complexa dinâmica da relação e luta entre as classes sociais, tendo a práxis humana como base para os entendimentos da transformação social. De acordo com Quiroga (1991), a afirmação de busca da teoria marxista para compreensão das questões aqui trazidas nos atribui a responsabilidade de atentarmos para essa abordagem em sua complexidade, fugindo de leituras que reduzem o marxismo ao determinismo da estrutura sob as relações sociais, supervalorizando a determinação econômica.

O materialismo histórico-dialético trata-se de um método organizado pelo teórico e revolucionário alemão Karl Marx a partir de seus estudos sobre o modo de produção capitalista, tendo como proposição central da pesquisa marxiana “a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa. (NETTO, 2011, p. 17).

Ainda sobre o método marxista, Netto (2011) nos apresenta o significado que a teoria tem para Marx. Para o filósofo alemão, a teoria não se limita à descrição detalhada do objeto, com o pesquisador apontando causas e efeitos de seu movimento visível, bem como não se trata da construção de enunciados discursivos e combates retóricos:

O conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (NETTO, 2011, p. 20-21).

O termo “ideal” pode causar estranhamento ao abordarmos a teoria marxista justamente pelo debate sobre o idealismo em contraposição ao materialismo. Para resolver a questão, o autor traz um trecho do próprio Marx:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado. (MARX *apud* NETTO, 2011, p. 21).

Elucidada tal questão, cabe ainda destacar em relação ao método materialista-histórico-dialético que é fundamental a apreensão da essência do objeto pesquisado, isto é, sua estrutura e forma de funcionamento. A essência não pode ser desvelada de imediato a partir da aparência, sendo necessários sucessivos movimentos de aproximação do real e, embora Netto (2011) sintetize o apontamento de Marx de que a essência do objeto independa da consciência do pesquisador, sendo o objeto de Marx a sociedade burguesa, não há uma relação de externalidade na relação sujeito/objeto (como defendido em diversas abordagens teórico-metodológicas, as quais defendem a neutralidade, também caracterizada de objetividade). Destacamos, porém, como diz Netto (2011), que a última afirmação não significa, de modo algum, a exclusão da objetividade no conhecimento teórico marxista, pois para essa corrente há uma fonte de verificação da verdade: a prática social e a história.

Nessa perspectiva metodológica, as categorias são fundamentais para o processo de apreensão do objeto, de tal maneira que para a realização desta pesquisa pretendemos nos basear nos estudos acerca da luta de classes no Brasil, do sindicalismo e da luta por saúde pública, tendo como eixos temáticos dessa a análise estudos que nos permitirão compreender a luta de classes na formação social brasileira, o sindicalismo brasileiro nas décadas de 1970/1980 e a luta por saúde pública no mesmo período.

Ao olhar, já com algumas leituras, para os nossos objetivos da pesquisa, elencamos três categorias centrais: lutas de classes, sindicalismo e saúde pública. A partir da primeira, luta de classes, resgataremos a formação das classes sociais no Brasil. Essa categoria tem relação com nossa segunda categoria de análise, sindicalismo, a partir da qual objetiva-se compreender o histórico da luta sindical no Brasil, em especial o chamado novo sindicalismo nas décadas de 1970 e 1980, bem como sua relação com as classes sociais e seus projetos societários.

Em relação à categoria saúde pública, importa localizar a construção da política de saúde pública no país, em especial as lutas ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, o chamado movimento de reforma sanitária, caracterizando suas principais correntes. Ao relacionar saúde pública e movimento sindical, torna-se preciso discutirmos a pauta da saúde pública no contexto de construção da organização da classe trabalhadora, entendendo-a como fator importante na politização desta, e por consequência, na construção dos instrumentos da luta revolucionária.

Estabelecida a abordagem teórico-metodológica, partiremos para a apresentação dos

procedimentos metodológicos os quais utilizamos para nos apoderarmos da materialidade do nosso objeto de estudo, ou seja, a captura do movimento do real do objeto de pesquisa. Para tal, necessitamos lançar mão do máximo possível de instrumentos de apropriação da realidade, seja acessando o acúmulo de informações produzido até então sobre a temática, seja através da pesquisa documental. Desse modo, realizamos uma revisão bibliográfica a qual incluiu estudos, sistematizações e análises acerca das categorias lutas de classes, sindicalismo e luta por saúde pública.

No que tange a pesquisa documental, como caminho para coleta dos dados, inicialmente elencamos quais materiais iríamos buscar para nos fornecer os dados almejados, de acordo com nosso objeto e objetivos de pesquisa. Desta maneira, acessamos os documentos produzidos pela OSM-SP que expressassem as principais bandeiras de luta agitadas com a base dos metalúrgicos de São Paulo/SP, motivo pelo qual definimos que uma fonte de pesquisa importante seriam os jornais ou boletins produzidos no período destinados à categoria. Assim, definimos que seria de suma importância acessar documentos que trouxessem, em síntese, as principais deliberações políticas da oposição, motivo pelo qual definimos pesquisar as resoluções de congressos da OSM-SP.

Após, definimos que a pesquisa abarcaria materiais produzidos nas décadas de 1970 e 1980. Esse período foi escolhido devido tanto a OSM-SP, quanto a luta pela Reforma Sanitária Brasileira, terem se desenvolvido nessas décadas. Já no final da década de 1980 é aprovada a Constituição Federal e na sequência (1990) a lei Orgânica da Saúde, definindo então as diretrizes para o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A identificação e levantamento desses documentos foram feitos através de uma visita *in loco* no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, em São Paulo/SP, onde, com a ajuda da equipe do local tivemos acesso a diversos jornais da OSM-SP. A outra parte dos materiais analisados foram viabilizados, digitalizados, através da entidade IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas. Também acessamos coletânea de materiais da OSM-SP disponibilizados em sítio da internet pelo Centro de Estudos Victor Meyer. Foram analisados jornais publicados pela OSM-SP e resoluções de congressos, tanto da OSM-SP, quanto da CUT.

Como conteúdos chave para a busca dos conteúdos nos jornais optamos por destacar todos os textos que versassem sobre a saúde, de modo geral, seja assistência em saúde, sejam condições de saúde da população ou fazendo referência às instituições e políticas. Optamos por não definir uma palavra ou termo chave, como “saúde” por exemplo, uma vez que nem sempre o termo aparecerá nos textos relativos ao tema, como é o caso por exemplo de uma reportagem sobre desnutrição ou mesmo assistencialismo nos sindicatos.

A fase posterior tratou-se da seleção dos dados. Elaboramos uma planilha onde os documentos foram classificados, um a um, contendo: nome do documento, ano da publicação, mês da publicação, número e se abordavam a questão da saúde ou não. Em caso afirmativo, breve descrição do conteúdo. Por fim realizamos análise dos dados, os apresentando de acordo com as fontes (jornal Luta Sindical, jornal Olho Vivo, Resoluções de Congressos, etc), expondo, uma a uma, todas as aparições do tema saúde. Findado, categorizamos os dados a partir da abordagem realizada, por exemplo, se tratava-se de texto sobre assistencialismo, sobre precariedade do Inamps, etc. Por fim, realizamos a interpretação dos dados com base no referencial teórico desenvolvido a partir das categorias de análise.

Diante desses elementos, a dissertação está organizada em três capítulos. O capítulo um tem como tema o Estado e a luta de classes no cenário da ordem do capitalismo monopólico no Brasil, dividindo-se em dois tópicos: notas sobre a concepção de classes sociais e o debate sobre Estado em Marx; principais características do desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Brasil.

A partir de textos clássicos de Marx, Engels e outros autores e autoras da tradição marxista procuramos demonstrar no tópico um, a complexidade da sociedade capitalista, sua divisão em classes sociais e especialmente a função do Estado para a manutenção ordem do capital. Utilizando-se de Machado (2011) e Bensaid (1999) para refinar o entendimento sobre as classes sociais, avançamos para um entendimento de que no contexto do capitalismo, a classe social é caracterizada como uma relação que engloba primordialmente a troca da força de trabalho por meio da compra e venda de mercadorias, o que por sua vez implica em uma relação antagônica entre as classes em termos de interesses e poder. Além disso, a classe social envolve também o desenvolvimento político das classes e suas respectivas manifestações políticas, que nem sempre correspondem de forma mecânica à estrutura social das classes.

Da mesma forma trabalhamos brevemente sobre a concepção de Estado, partindo das formulações de Marx e Engels (2014), o qual revelam o caráter de classe do Estado, entendido como síntese do poder político que promove e garante os interesses da classe dominante, ao mesmo tempo em que é o principal mediador da dinâmica das lutas de classes em curso. Na sequência trazemos o debate de Mandel (1982), aprofundando os papéis ou funções que o Estado assume, no modo de produção capitalista.

A abordagem das principais características do desenvolvimento e consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, realizada na sequência, nos dá subsídios para compreender como a expansão monopolista gerou uma grande quantidade de indivíduos proletários, tanto no campo quanto na cidade, que foram cada vez mais forçados a vender sua força de trabalho para

sobreviver. Especialmente nas áreas urbanas, o avanço capitalista levou à concentração desse proletariado em determinados territórios, onde passaram a compartilhar problemas comuns relacionados a habitação, saneamento básico, acesso à saúde, educação, transporte e outros.

Esse quadro econômico se baseia, no âmbito das relações de exploração, na superexploração<sup>2</sup> da força de trabalho (MARINI, 2000) e na repressão e controle do movimento dos trabalhadores como um meio para a acumulação monopolista (FERNANDES, 1987). O processo de acumulação de capital monopolista intensificou e transformou as relações na sociedade brasileira, levando à proletarização no campo, ao aumento da concentração de trabalhadores nas cidades em torno das indústrias que demandavam sua força de trabalho, e tornando mais evidentes as questões de acesso à moradia, saúde e educação - em outras palavras, a necessidade de políticas sociais por parte desse proletariado em expansão e concentração.

Foi nesse contexto de avanço do capitalismo no Brasil, em especial do capitalismo de tipo monopolista, que se forja o proletariado e sua organização enquanto classe. No âmbito sindical, destaca-se a estrutura sindical organizada a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, no pós-1930.

Esse sindicalismo realizado antes do advento do novo sindicalismo, já no final da década de 1970, ficará conhecido como o velho sindicalismo. Abordamos algumas divergências entre pesquisadores do movimento sindical como Weffort (1973) e Santana (1999), os quais possuem leituras distintas sobre o sindicalismo desenvolvido nas décadas anteriores ao golpe empresarial-militar. Essa leitura é importante pois o novo sindicalismo surgirá em oposição ao velho sindicalismo, já em um contexto de ditadura empresarial-militar, entendido por Gianotti (2007) como resultado de uma crítica realizada pelos trabalhadores, apontando a necessidade de uma nova prática político-sindical que não fosse baseada em decisões tomadas de cima para baixo. Nesse sentido, era preciso construir uma nova estrutura sindical que não estivesse vinculada ao governo e aos patrões e que rejeitasse qualquer tipo de aliança com a burguesia.

De acordo com Zanetti (1993), em 1978, a luta operária se manifestou em uma série de greves que começaram no ABC Paulista e se espalharam por outras cidades dos estados de São Paulo, Rio e Minas Gerais. Inicialmente lideradas por metalúrgicos das grandes empresas, as greves posteriormente se alastraram para setores como a construção civil, envolvendo até mesmo trabalhadores não sindicalizados, como os funcionários públicos. Segundo o autor, essa

---

<sup>2</sup> O autor desenvolve a categoria da superexploração da força de trabalho, a qual ocorreria quando o valor pago ao trabalhador fosse inferior ao valor da força de trabalho.

luta é considerada o início do que ficou conhecido como Novo Sindicalismo e marcou o reaparecimento do movimento sindical na cena política do país.

É nesse contexto que temos o surgimento e desenvolvimento da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), organização operária que buscava lutar por melhores condições de trabalho, fazendo oposição a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo/SP, a qual encontrava-se alinhada com o governo empresarial-militar. Segundo Faria (1986), a OSM-SP apresentava algumas características gerais, tais como: a prática do trabalho de base, que valorizava a atuação nas fábricas por meio das comissões de fábrica; uma crítica à estrutura sindical, questionando a vinculação ao ministério do trabalho, a necessidade de uma central sindical e o combate ao assistencialismo e a centralidade do local de trabalho, a fábrica, como o espaço mais importante da luta operária. A abordagem do movimento sindical pré e pós golpe de 1964, bem como a caracterização da OSM-SP é realizada no segundo capítulo de nossa dissertação.

No terceiro e último capítulo ensaiamos, a partir de autores como Behring e Boschetti (2011), assim como Tonet (2015), uma perspectiva de análise das políticas sociais que busque evitar uma visão unidimensional ao analisar as políticas sociais. Nessa perspectiva, tais políticas não podem ser reduzidas a uma mera estratégia do Estado para conquistar a classe trabalhadora, assim como não se pode considerá-las exclusivamente como resultado das demandas dos trabalhadores organizados.

Na sequência realizamos a caracterização da política de saúde no período da ditadura empresarial militar, concluindo que durante o regime empresarial-militar, mas também anteriormente, se privilegiava o setor privado e restringia o acesso dos trabalhadores a esse direito, sendo que o acesso ocorria de forma segmentada e corporativa, sem garantir um direito universal para a classe trabalhadora como um todo. Menicucci (2003) levanta a discussão sobre a participação de frações da classe trabalhadora organizada na luta por um sistema público, universal, gratuito e estatal, o que terá consequências para o projeto universalizante em saúde. Essa configuração histórica da política de saúde no Brasil terá impacto na base de apoio social para essa luta, e essa questão será abordada na análise dos dados encontrados a partir da pesquisa documental e do debate com as perspectivas de análise da relação entre o movimento sindical e a luta por saúde pública.

Nesse contexto se desenvolve o movimento sanitário, o movimento popular em saúde, culminando na reforma sanitária brasileira. De acordo com Gerschman (2004), o movimento sanitário surgiu na década de 1970, inicialmente como um grupo de intelectuais, médicos e líderes políticos da área da saúde com forte ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB),

além de ter recebido influências do modelo de reforma sanitária italiano e ter se conectado com organismos internacionais como a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). O movimento também se inspirou em experiências alternativas de saúde em alguns municípios brasileiros naquele período. Escorel (1999), em seu estudo sobre o movimento sanitário, localiza historicamente seu surgimento nos chamados "anos Geisel" e o fraciona em três vertentes: o movimento estudantil setorial e o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), o movimento dos médicos residentes e a renovação médica (sindicatos) e a academia. Ambas as autoras concordam que o movimento sanitário se fortaleceu em um contexto de enfraquecimento do regime ditatorial e que seu desenvolvimento esteve ligado à sua institucionalização.

Já os Movimento Populares em Saúde (MOPS) encontravam-se afastado da institucionalização, Gerschman (2004) descreve que o movimento tinha forte vinculação com as comunidades de base da Igreja e era composto por moradores dos bairros, profissionais de saúde, estudantes, religiosos e militantes de organizações de esquerda. Eles debatiam e praticavam o acesso à assistência em saúde para frações da classe trabalhadora em condições subalternas.

A partir da compreensão desses movimentos em torno do projeto de reforma sanitária, discutimos com base nos dados analisados, nossa questão central que se trata da relação do movimento sindical com a luta por saúde pública.

Finalizamos o terceiro e último capítulo com a exposição dos dados coletados a partir de periódicos e resoluções congressuais da OSM-SP apontando como foi abordada a pauta da saúde pelo agrupamento, bem como abrindo diálogo com as formulações sobre a relação entre movimento sindical e luta por saúde pública, em suas diversas interpretações, sendo elas a influência de políticas de conciliação de classe nessa relação estabelecida, bem como o corporativismo sindical que em tese impediria a constituição de uma base de apoio ao SUS entre os setores mais organizados sindicalmente do proletariado naquele período.

Em seguida, finalizamos a dissertação com os principais apontamentos acerca do objeto no item das considerações finais.

## **2 ESTADO E LUTAS DE CLASSES NO CONTEXTO DA ORDEM MONOPÓLICA NO BRASIL**

Se debruçar sobre qualquer dimensão da trajetória de qualquer direito social exige, em nosso entendimento, uma leitura histórica e crítica acerca da arena na qual o referido direito foi gestado. Dizemos aqui gestado em uma arena, pois partimos de algumas premissas fundamentais, sendo elas: o entendimento da sociedade dividida em classes sociais com interesses históricos antagônicos e; o Estado enquanto espaço umbilicalmente ligado a essa estrutura social cindida. Organizaremos então, esse primeiro capítulo de nossa produção, em dois momentos.

No primeiro, trataremos de uma leitura, a partir do marxismo, da sociedade capitalista, as classes sociais e o Estado, sendo breves notas que nos auxiliam e dão base para os próximos itens do capítulo, bem como para a totalidade de nossa pesquisa.

Apresentados esses elementos, iniciamos o debate em torno do nosso segundo ponto desse capítulo, o desenvolvimento e consolidação do capitalismo de tipo monopolista no Brasil. Investigar o capitalismo monopólico é essencial pois é sob essa forma que o capital assumiu, com suas particularidades de um país da América Latina, que estão localizadas as lutas sociais, dentre elas a pauta da saúde pública.

### **2.1 Notas sobre a concepção de classes sociais e o debate sobre Estado na tradição marxista**

Como já apontado na introdução desse estudo, nos propomos a olhar para a política de saúde pública no Brasil a partir da leitura da sociedade de classes. A construção dessa leitura inicial é de fundamental importância para subsidiar o desenvolvimento da nossa pesquisa, uma vez que, conforme discorre Kosik (1976), a essência do fenômeno não se revela de forma imediata, sendo necessário compreender suas mediações e contradições. Nosso objeto de pesquisa está diretamente relacionado com as classes sociais e o Estado na sociedade burguesa, dito isso, nos atentando para não cairmos em prolixidade, porém preocupados com a construção de um texto inteligível, e, com sorte, de leitura agradável, para o maior número de pessoas, optamos por abordar brevemente as discussões de modo de produção, classe social e Estado, a partir da ótica marxista.

Começemos pela classe social. Quando se fala em classe social, de um modo geral, é comum pensarmos em uma estratificação dos indivíduos da espécie humana em grupos com

características sociais semelhantes. É habitual o entendimento de que as classes sociais diriam respeito a renda mensal recebida por um indivíduo ou grupo familiar, sendo classificadas em A, B, C, D e E. Assim como também é muito difundida a classificação em classe média, média alta, baixa etc.

Entendemos que tais classificações nada nos revelam, uma vez que se restringem a questão da renda propriamente dita. Do ponto de vista sociológico, existem diversas formulações acerca das classes sociais, porém destacamos que na construção desse referencial iremos fundamentar a questão das classes a partir da nossa concepção orientadora, marxista, não trazendo inicialmente outras concepções para a exposição.

Convém frisar a obviedade de que a classe social não diz sobre uma decisão ou desejo de um indivíduo. Como o próprio nome já diz, classe diz respeito a um grupo, quando se trata de social, conseqüentemente estará relacionada a um tipo específico de sociedade. Em outras palavras, para se falar em classe social faz-se necessário localizar de qual tipo de estrutura social partem, isto é, como estamos socialmente organizados predominantemente enquanto espécie humana vivendo em um determinado tempo histórico. Porém, para estarmos organizados em sociedade, torna-se preciso inicialmente estarmos vivos enquanto espécie, com nossas necessidades humanas minimamente atendidas, conforme aponta Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*:

Devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora simplesmente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Enquanto humanidade temos algumas necessidades que precisam cotidianamente serem atendidas. Ou seja, há de se produzir, pois não se trata de recursos disponíveis na natureza sem mediação humana, o alimento, a moradia, a vestimenta etc. A essa produção, Marx e Engels (2008) chamou de produção social da vida, avançando ainda que tal produção é social por pressupor relações sociais estabelecidas independentemente de vontades individuais:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. (MARX; ENGELS, 2008, p. 34).

Os atos de comer, vestir, morar, isto é, a satisfação de nossas necessidades enquanto humanidade, estão associados necessariamente a um modo de produção e reprodução social. Aqui faremos um parêntese para apontar que o acesso às tecnologias em saúde, isto é, as forças produtivas desenvolvidas nesse campo, englobando trabalho qualificado através do desenvolvimento técnico-científico, equipamentos, insumos, estruturas físicas necessárias, compõem uma necessidade humana. Ou seja, a humanidade desenvolveu, através de um modo de produção, as condições necessárias para o tratamento de diversas enfermidades que assolam os indivíduos, porém contraditoriamente diversos integrantes da espécie humana perdem suas vidas em decorrência do não-acesso ao socialmente produzido nos mais diversos âmbitos da vida social, inclusive no campo da saúde<sup>3</sup>.

Retomando o pensamento marxiano, esse modo de produção, segundo Marx e Engels (2008) é a síntese dialética da relação estabelecida entre a estrutura econômica da sociedade e a sua superestrutura jurídica e política, sendo a estrutura econômica as relações de produção e a superestrutura “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas” (MARX; ENGELS, 2008, p. 48).

Conforme o pensamento marxista, as duas classes fundamentais da sociedade burguesa se definem de forma elementar pelos produtores de riqueza e pelos donos dos meios de produção. Em relação aos primeiros (o proletariado), Antunes (1999) adota a concepção autoexplicativa classe-que-vive-do-trabalho, que compreende o conjunto de homens e mulheres desprovidos dos meios de produção, sendo assim forçados a vender sua força de trabalho para sua manutenção e sobrevivência. Desempregados, subcontratados e trabalhadores informais estão incluídos nessa classe. Em relação aos segundos, trata-se da classe social detentora dos meios de produção e que compra força de trabalho, sendo dividida principalmente em frações como financeira, comercial, industrial e latifundiária (MACHADO, 2011).

Conforme nos traz Iamamoto (2015), uma característica central da sociedade de tipo capitalista é a contradição de a produção social da vida ser cada vez mais coletiva enquanto a posse dos frutos dessa produção mantém-se privada, detida de forma cada vez mais concentrada pela burguesia.

É sob esse modo de produção que segue a luta entre as classes sociais na atualidade, estando baseada primeiramente nessa relação de antagonismo entre as classes. Porém essa luta

---

<sup>3</sup> Aqui estamos falando estritamente do acesso ao diagnóstico e tratamento de enfermidades, sem abordar a determinação social da saúde. Compreendemos, porém, que mais do que morrer por falta de acesso às tecnologias em saúde, se morre devido as condições impostas pelo modo de produção atual, isto é, as enfermidades são socialmente produzidas, seja no campo da saúde mental, alimentação, condições sanitárias em geral, entre outros.

não ocorre de forma mecânica e automática, pois, como já apontamos no início desse item, a leitura predominante em torno do que são as classes sociais não é a apresentada aqui. A classe que se beneficia do modo de produção capitalista, classe burguesa, opera um amplo arsenal para manter a exploração da classe trabalhadora, atuando tanto no escamoteamento da realidade social de explicações ideológicas do real, quanto de mecanismos outros como o Estado através das suas legislações e instrumentos de repressão.

A classe explorada, por sua vez, não permanece inerte frente à realidade e investidas do capital, sendo um importante momento de avanço político dessa classe a uma possível tomada de consciência de classe, forjada a partir das experiências de luta, na qual os trabalhadores/as organizam-se em prol de seus interesses coletivos. Esses interesses podem ser econômicos, imediatos, de enfrentamento direto com patrões em lutas corporativas por ramos, setores, podendo estar articulado ou não a interesses políticos no sentido de superar espaços de categorias específicas (metalúrgicos, portuários, petroleiros), colocando-se na arena de lutas mais amplas que dizem respeito a todas as classes e que envolvem disputas e tensionamentos acerca do Estado burguês.

Marx (2012), ao desenvolver sobre a formação do proletariado em classe, resgata a revolução na França em 1830, na qual a denominada aristocracia financeira (fração da burguesia composta por banqueiros, donos de terras e outros seguimentos) ganhou grande peso político, com importante controle do Estado, enquanto à burguesia industrial era reservado espaço minoritário. Nesse cenário, outras classes sociais como pequena burguesia e campesinato haviam sido completamente excluídas do cenário político. Com o avanço da especulação promovida por essa aristocracia, com potencial prejuízo à burguesia industrial, irrompe um processo revolucionário que aglutinou o proletariado e pequena burguesia, em que o resultado foi um governo provisório, que, pressionado pelo proletariado, proclamou a república francesa com as insígnias “liberdade, fraternidade e igualdade”:

Ao ditar a república ao governo provisório e, por meio do governo provisório, a toda França, o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafiou toda a França burguesa a se unir contra ele. O que ele conquistou foi somente o terreno para travar a luta por sua emancipação revolucionária, mas de modo algum a própria emancipação. (MARX, 2012, p. 44).

Esses elementos trazidos por Marx nos permitem abrir um necessário debate em torno das classes sociais e suas lutas. Nesse contexto trazido da França no século XIX, identifica-se como foi o processo de início da conformação do proletariado enquanto classe, o que necessariamente envolve a afirmação de sua posição política e seus interesses, em determinado

contexto econômico-político, embora nesse momento, como trazido pelo autor, não se trata da construção da sua emancipação, mas ainda limitado ao campo do existir enquanto classe.

Diante dos diversos elementos que podem ser desenvolvidos a partir dessa reflexão, destaca-se que somente a posição em que ocupa na produção material da vida não é suficiente para entendermos a dimensão de uma classe, sendo os processos de luta entre as classes antagônicas fundamentais para formação e compreensão da classe em seu sentido de totalidade econômica, política e ideológica, conforme é sintetizado por Machado (2011).

Pontuando a limitação da estratificação social a partir da propriedade ou não dos meios de produção, o autor versa que a classe social não pode ser entendida como uma soma de indivíduos que carregam características semelhantes. Como apontamos anteriormente, não se trata de uma questão de renda, porém Bensaid (1999) avança, a partir de Marx, que também não é suficiente afirmar que as classes são a partir do fato de possuírem ou não meios de produção, unicamente. O autor busca nos textos de Marx o caráter relacional das classes sociais, a partir do antagonismo entre as classes afirmará que não existe classe senão na relação de conflito com outras classes.

Classe social é então uma relação que no capitalismo envolve de maneira fundamental a compra e a venda da força de trabalho, a produção de mercadorias, a relação de antagonismo entre os interesses das classes, o amadurecimento político das classes e suas expressões políticas, sendo essas expressões políticas que não condizem mecanicamente com a estrutura social da classe.

Caracterizado, de um modo geral e direcionado às classes sociais, o modo de produção capitalista, impera apresentar brevemente um debate acerca do Estado nesse contexto, o qual será desenvolvido no decorrer da dissertação. A abordagem do Estado em nossa pesquisa é de importância ímpar, pois está diretamente relacionada com o debate das políticas sociais, bem como atravessa a leitura do sindicalismo no Brasil.

Diversos filósofos, sociólogos e cientistas políticos se detiveram a refletir sobre a origem e desenvolvimento do Estado, especialmente na modernidade. Aqui, para estudo das classes sociais e formação social brasileira, interessa-nos desvelar principalmente a relação entre Estado e as classes sociais, mais necessariamente no contexto da sociedade burguesa.

A partir da gênese do modo de produção capitalista, nomeado por Marx de processo de acumulação primitiva, identifica-se as movimentações do poder estatal em sua relação com a estrutura econômica. Observa-se o papel fundamental da regulação estatal nesse período, a beneficiar a classe dominante em desenvolvimento, a qual foi operando um processo que deu condições para o desenvolvimento das relações capitalistas de acumulação, em que houve a

“separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 1985a, p. 262).

Tal separação ocorreu a partir do uso de muita violência e, como dito, regulação estatal. São exemplos desses mecanismos estatais para concretizar a não-saída, para além da venda da força de trabalho, a criminalização da caça de animais<sup>4</sup> para sustento próprio, com pena de detenção e deportação, no caso de reincidência (ENGELS, 2010), bem como instrumentos diretamente relacionados com a nascente e necessária compra da força de trabalho:

[...] se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo da pessoa que a denunciou como vadio. O dono deve alimentar seu escravo com pão e água, bebida fraca e refugos de carne, conforme ache conveniente. Tem o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio do açoite e correntes. Se o escravo se ausentar por 14 dias será condenado à escravidão por toda a vida e deverá ser marcado a ferro na testa com a letra S; caso fuja pela terceira vez, será executado como traidor do Estado. (MARX, 1985a, p. 275).

Desta maneira, o Estado em sua natureza e essência, ao contrário do que prega diversos formuladores consoantes com a classe burguesa, não se trata de um espaço neutro, descolado da sociedade e de sua estrutura econômica. Ele está localizado na superestrutura social, como apontado anteriormente, o qual possui relação umbilical com a estrutura econômica ou modo de produção vigente. Se humanamente vivemos um modo de produção baseado na divisão entre as classes sociais, conseqüentemente o Estado expressará também a divisão em classes. Porém, mais do que expressão, o Estado na sociedade capitalista é o espaço para fazer valer os interesses da classe dominante, no caso do capitalismo, da burguesia ou detentores dos meios de produção (MARX; ENGELS, 2014).

Afirmar isso, portanto, não significa apontar que a classe dominante, através do seu Estado, não saiba “jogar” no terreno da luta de classes. As diferentes conjunturas políticas ou correlação de forças na luta de classes, acompanhadas dos diferentes momentos econômicos do capital, influenciam diretamente na roupagem que é vestida no Estado capitalista. Mandel (1982) nos traz uma boa sistematização das funções do Estado, apontando as três principais:

A primeira diz respeito a criação das condições gerais para a produção capitalista, as quais não podem ser garantidas pelas atividades individuais dos burgueses. Vejamos, a produção capitalista tem por característica sua crescente socialização e interdependência dos

---

4 Importante destacar que tal proibição se deu em um contexto de apartação do homem com os meios de produzir sua subsistência, não havendo, portanto, motivação ambientalista no sentido de preservação de espécimes, como debate realizado atualmente. Não se tratava de caça esportiva.

processos produtivos, podemos citar como condições gerais para a produção capitalista os meios de circulação conectados com o processo produtivo, a exemplo as rodovias, ferrovias, bem como as redes de energia elétrica, de cabos de telecomunicação etc. Ainda fazem parte das condições gerais para a produção capitalista escolas, universidades, centros de formação, centros de pesquisa. Para trazer o debate à nossa realidade podemos observar o quanto o é demandado do Estado, pelos burgueses, as condições para produção por exemplo com pavimentação de rodovias e construção de portos para escoar mercadorias.

Podemos ainda citar entre as condições gerais a necessidade de avanço científico e qualificação da força de trabalho, para diferentes capitalistas. Individualmente um capitalista pode investir em um laboratório de alta tecnologia em sua empresa para desenvolver tecnologias para seu processo produtivo. Porém, é através do Estado que essa força de trabalho é disciplinada e minimamente desenvolvida através das instituições de ensino. É interesse comum a todos os capitalistas que os trabalhadores saibam ler, fazer cálculos e desenvolver algumas habilidades para operarem as máquinas. É condição geral para a produção capitalista que se formem engenheiros civis, físicos, biólogos, estatísticos, para atuarem nos processos produtivos.

A segunda função elencada por Mandel (1982) diz respeito a salvaguardar o modo de produção capitalista reprimindo ataques tanto das classes dominadas quanto de possíveis frações das classes dominantes que vislumbrem ganhos com tais ataques. Essa repressão é realizada através de coerção, se utilizando de exércitos, polícias, poder judiciário e penitenciárias. Essa coerção pode ocorrer de diversas formas, por exemplo a legislação que resguarda a propriedade privada, entre elas as dos meios de produção, terras, fazendo com que, por exemplo, famílias sejam despejadas e tenham seus pertences destruídos quando da desocupação de terras, através da combinação de instrumentos jurídicos e forças policiais.

As ações de militares em protestos de rua, bem como o desenvolvimento de tecnologias específicas para conter multidões, como bombas de efeito moral, balas de borracha, canhões sônicos, mostram o empenho do Estado em conter especialmente a classe trabalhadora quando em atos políticos. A prisão, tortura e assassinato são outros mecanismos que o Estado burguês lança mão, a depender do contexto conjuntural.

Além desse controle mais físico para reprimir ataques ao modo de produção capitalista, as leis podem agir também criminalizando expressões teóricas e símbolos de lutas da classe trabalhadora, como é o exemplo da criminalização de símbolos comunistas. No Brasil tramita o projeto de Lei 5358/2016, o qual coloca o “fomento ao embate de classes sociais” como crime de terrorismo, bem como inclui a apologia ao comunismo na mesma lei e parágrafo que trata

da apologia ao nazismo. Outros países como Ucrânia, Polônia, Lituânia, Indonésia, Coreia do Sul, Letônia, Romênia, aprovaram legislações com esse teor.

Tais legislações exercem uma dupla função, pois atuam de forma coercitiva ao limitar a atuação de organizações comunistas ou movimentos sociais em geral no uso da propaganda, importante ferramenta da militância emancipadora, ao mesmo tempo que criam uma certa “indisposição social” na classe trabalhadora com relação a temática de uma sociedade sem exploração de classe, pois levam a compreensão que os regimes socialistas são equivalentes ao regime nazista.

A terceira função do Estado se trata de empreender esforços para a manutenção da ideologia da classe dominante como forma de pensar e ler a realidade de todas as classes. Ou seja, permite a dominação da ideologia dominante sobre as demais classes sociais, especialmente o proletariado. Essa dominação age diretamente na interpretação que o trabalhador tem do mundo, da sua realidade, do seu cotidiano. A ideologia da classe dominante pode se expressar de diversas formas, como por exemplo a defesa da meritocracia, ideologia na qual quem se esforçar atingirá seus objetivos, especialmente no campo financeiro/melhores condições de vida, anulando-se as determinações concretas que dividem os indivíduos entre classes sociais, ou, dentro de uma mesma classe, em condições específicas de gênero, raça ou etnia, acesso à educação, moradia, saúde, etc.

Vejamos, o Estado entra como uma luva nessas questões, ao, por exemplo, não organizar uma educação formal realmente científica e imune as ideologias da classe dominante, do ponto de vista de currículo escolar. A própria compreensão de Estado é mediada pela ideologia dominante, lido como órgão que está acima das classes sociais e que busca o bem de todos, independente de classe social.

O Estado garante ainda o funcionamento de um importante instrumento ideológico: a religião. A associação entre religiões, digamos, dominantes, e classes dominantes, data de antes do advento do capitalismo. As religiões cumprem função importante de oferecer explicações ideológicas para o real, de perpetuar ideias de paz e não-violência que atuam na contramão dos objetivos e métodos revolucionários de supressão do modo de produção capitalista. Atuam, em sua maioria<sup>5</sup>, no apassivamento e imobilização da classe trabalhadora, agindo dessa forma em consonância com os interesses dominantes.

---

<sup>5</sup> Importante destacar que existem diversos exemplos de mobilização dos trabalhadores por direitos a partir de aglomerações religiosas, como foi o caso da teologia da libertação na América Latina.

Mandel (1982) ainda no campo da ideologia da classe dominante, trata da “integração” do trabalhador à sociedade, dando-lhe local de participação como cidadão. Ou seja, o avanço da organização da classe trabalhadora<sup>6</sup> exige um maior refinamento do Estado, lançando mão de variados mecanismos:

Outra característica dessa época foi uma ampliação geral da legislação social, que ganhou impulso particular no período imperialista. Em certo sentido tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração (MANDEL, 1982, p. 338-339).

Importa frisar que tais roupagens do Estado não ocorrem de forma linear e isenta de retrocessos, uma vez que a relacionamos com a determinação da fase de desenvolvimento capitalista, considerando seu cenário de crise ou não, bem como o grau de tensionamento da luta de classes. Da mesma forma não se trata de regra mecânica na qual quanto mais organizada estiver a classe trabalhadora maior é a abertura do Estado para ceder às pautas reivindicadas. O uso da violência é uma arma que é lançada, sempre que necessário, para manutenção da exploração dos burgueses sobre os proletários. Podemos citar diversos exemplos, como a criminalização de movimentos da classe trabalhadora através de dispositivos legais, restrição da própria democracia burguesa, perseguição e assassinato de lideranças, uso do aparato policial para desarticulação de manifestações políticas, entre outros.

No caso da realidade brasileira, temos como um importante exemplo histórico de como o Estado burguês possui uma natureza de classe, atuando pela reprodução das relações vigentes, a exemplo do período da ditadura empresarial-militar de 1964-1985, assunto que abordaremos na investigação sobre o movimento sindical brasileiro. Antes disso, nos cumpre compreender a formação social brasileira, a qual nos dará chaves importantes para o entendimento da dinâmica da luta de classes no país, englobando o movimento sindical, bem como a configuração das políticas sociais, em especial a política de saúde, componente do nosso objeto de estudo.

---

<sup>6</sup> Quando falamos do avanço da organização da classe trabalhadora é preciso o compreender não somente nos limites dos territórios nacionais, mas também em sua lógica global. Com isso queremos dizer que, eventos internacionais da luta de classes, como revoluções socialistas, influenciam diretamente a dinâmica do Estado nos países capitalistas.

## **2.2 Principais características do desenvolvimento e da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil**

Abordadas as questões gerais no tópico anterior, partimos para a investigação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especialmente em sua fase monopolista, sob a qual se generaliza o trabalho assalariado e concentrações de trabalhadores em centros urbanos, cenário onde se localiza, em grande parte, a luta por saúde pública no país.

Como apresentação do caminho para essa discussão temos a expor que primeiramente iremos trazer uma formulação geral sobre a fase monopolista do capital, para após adentrarmos no debate específico brasileiro. E, nas entranhas das configurações do capitalismo monopólico no Brasil, somos convocados a buscar um aporte teórico nas leituras da formação social brasileira, em um movimento de compreender o papel do país na dinâmica internacional, forjado a partir dos processos e relações de colonização

Em termos gerais, é necessário apontar que o modo de produção capitalista não se trata de algo inerte, desde sua gênese até os dias atuais. Uma questão importante de se perceber e diagnosticar é que o capitalismo avançou, ao longo de sua curta trajetória, em diferentes fases. Lênin (2012), em importante formulação intitulada “Imperialismo, estágio superior do capitalismo”, aborda as décadas finais do século XIX e início do século XX, no qual observa-se a passagem de um capitalismo de características concorrenciais para um de caráter monopólico. Compreender como se desenvolve o capitalismo monopolista em nível global é fundamental para lermos com maior exatidão o desenvolvimento do capitalismo aqui na América Latina, mais especificamente no Brasil, de onde partimos.

Braverman (1987) aponta que data do início do capitalismo monopolista as últimas três ou duas décadas do século XIX. O fenômeno ocorrido tratou-se da concentração e centralização de capitais realizadas através dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de associação entre capitalistas:

[...] foi então, conseqüentemente, que a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas começou a tomar forma. Ao mesmo tempo, a rápida consumação da colonização do mundo, as rivalidades internacionais e os conflitos armados pela divisão do globo em esferas de influência econômica ou hegemonia inauguraram a moderna era imperialista. Desse modo, o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal”. (BRAVERMAN, 1987, p. 216).

Ainda acerca das condições para formação dos monopólios, Lênin (2012) discorre que

se desenvolve um movimento econômico no qual capitalistas dispersos se aglomeram dando origem a um capitalista coletivo, sendo peça chave desse processo os bancos. Os banqueiros ocupam uma posição privilegiada de obter uma gama de informações acerca da situação de vários capitalistas. A partir disso, exercem uma importante influência no desenvolvimento desses capitalistas, uma vez que detêm o poder de crédito, ou seja, o banco tanto pode liberar capital para que a empresa capitalista se desenvolva, como pode boicotá-la. Esse capital em forma de dinheiro, quando utilizado pelos industriais – assim se transformado em capital industrial - recebe o nome de capital financeiro.

Ocorre então uma junção entre o capital industrial e o bancário, em um contexto de corrida pela ampliação de seus capitais. Como dito acima, em citação de Braverman (1987), essa disputa tem caráter imperialista, não se restringindo aos países de origem dos negócios da classe burguesa. Há uma internacionalização do capital, sendo uma característica importante do capitalismo monopolista a exportação de capitais.

Lênin (2012) constata que essas associações de capitalistas, que podem ser cartéis, trustes, sindicatos de capitalistas, iniciam suas ações dividindo primeiramente o mercado interno, dominando a produção do país. Destaca, porém, que no capitalismo esse mercado interno está necessariamente vinculado ao externo:

E, à medida que aumentava a exportação de capitais e se ampliavam, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias, assim como as ‘esferas de influência’ das maiores associações monopolistas, a marcha ‘natural’ das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais. (LENIN, 2012, p. 99).

Em 1916, quando o autor olhava para a movimentação do capitalismo, percebeu que estava ocorrendo uma “partilha econômica do mundo” (LENIN, 2012, p. 108). Essa partilha das colônias, enquanto território econômico, se dava através de relações entre grupos burgueses e Estados.

Desta maneira, se amplia no capitalismo a existência de um mercado mundial, de exploração econômica e disputas de territórios. A invasão realizada pelos portugueses no território que hoje se tornou nosso país, bem como os desdobramentos dessa invasão no decorrer dos séculos, compõem uma dinâmica econômica, seja de acumulação primitiva para o desenvolvimento da indústria no continente europeu, seja se configurando como comprador ou exportador de matérias-primas ou mercadorias.

Em síntese, Lênin (2012) aponta como principais características do capitalismo em sua fase monopólica: tendência da formação de grandes monopólios, através da centralização da

produção em cartéis e trustes, sendo que tais aglomerações possuem um grande poder de impacto na economia do país, região ou mundo; combinação do capital bancário com o capital industrial, fusão que da qual se origina uma oligarquia com grande poder, a financeira; exportação de capitais ganha destaque e importância no jogo econômico capitalista; grandes potências imperialistas efetuam a partilha do mundo através de áreas de influência e dominação de territórios, lançando mão inclusive de guerras para cumprimento de tais objetivos.

Voltando nosso olhar para a realidade brasileira e a inserção do país no mundo capitalista, demarca-se o movimento de expansão mercantil de países europeus no final do século XIV e durante todo século XV, os quais invadiram territórios ocupados até então por povos originários, “integrando” as colônias americanas a então dinâmica capitalista em desenvolvimento:

O sistema colonial, classicamente definido como uma articulação de relações complexas entre a metrópole e as colônias, num período que vai aproximadamente do século XVI até meados do século XVIII, é parte integrante do que chamamos de primeira fase do capitalismo. Com isso, queremos dizer: a necessidade de produção de mercadorias, para um mercado que se alargava enormemente, é o aspecto determinante da ocupação das terras descobertas para própria expressão comercial, destinando-as à produção em grande escala. (MAZZEO, 1988, p. 8).

Contribuindo com a leitura da formação histórica da economia no Brasil, Santos (1994) discorre sobre o período colonial, elencando características centrais da estrutura econômica do período: monoprodução, exportação, latifúndios e escravidão. Pontua que inicialmente (séculos XVI e XVII) a principal unidade produtiva era a fazenda produtora de açúcar, na sequência, após decadência desse mercado frente a competição caribenha, foi a vez da exploração do ouro e diamante, já nos séculos XVII e XVIII, ganhar destaque no país. O autor afirma ainda que nesse período havia um impulso para o desenvolvimento da produção manufatureira no país, a qual foi absolutamente reprimida pela Coroa Portuguesa, que punia com pena de morte a criação de indústrias:

O assentamento da sociedade colonial na escravidão permitiu que o seu caráter dependente constituísse a base da produção interna, impedindo o amplo desenvolvimento do mercado interno, do trabalho assalariado e dos capitais. Isso se somava ao monopólio do comércio, da terra e da administração que estabelecia a Coroa, e que também impedia o desenvolvimento do capitalismo. (SANTOS, 1994, p. 28).

Mazzeo (1995) revela que diferentemente do trabalho servil do período feudal, a utilização da força de trabalho escravizada tem a função de produção para acumulação de capitais, sendo o tráfico de humanos escravizados um negócio administrado por capitalistas.

Fernandes (1987) analisando o período, em particular o processo dirigido pelas classes

dominantes da época que culminou na Independência do Brasil em relação a Portugal em 1822, aponta que esse processo contribuiu para o desenvolvimento da burguesia no país. Porém o escravismo ainda se apresentava como entrave diante da necessidade de expansão das relações competitivas capitalistas, surgindo núcleos burgueses nas cidades mais desenvolvidas, os quais pensavam politicamente tal questão:

Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social ‘brancos’ e para os ‘brancos’: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava enquanto anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se enquanto Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado. (FERNANDES, 1987, p. 19).

Na mesma direção de Florestan Fernandes, Santos (1994) aponta uma modernização da economia brasileira de caráter agroexportadora ocorrida entre a independência política (1822) até a guerra mundial de 1914-1918, sendo o produto dessa modernização a consolidação de uma sociedade oligárquica-exportadora liberal, porém autoritária, vinculada de maneira subordinada ao capital inglês e posteriormente estadunidense. O autor sintetiza ainda as mudanças socioeconômicas que fizeram parte desse processo de modernização: abertura do país para o comércio mundial (especialmente ao inglês); tensionamento (especialmente pelo capital inglês) para o fim das relações escravistas e conseqüente criação e abertura de mercado de trabalho baseado na importação de trabalhadores imigrantes, liberando capital, antes utilizado na compra de força de trabalho escravizada, para investimentos; modernização da superestrutura jurídica e política para atendimento das necessidades de uma sociedade liberal-burguesa, porém seguindo seu caráter agrário-exportador e dependente.

Aqui, faremos uma vírgula a fim de não tratar de forma economicista o fim da exploração da força de trabalho escravizada no Brasil. Observe quem lê essa pesquisa que abordar a formação social brasileira é tratar de alguns séculos da história, haja vista que a exploração do trabalho nessas terras é atravessada pela forma mais cruel de dominação humana, o regime escravista. Foram longos séculos de tortura cotidiana, legalizada e naturalizada. Se, durante a ditadura empresarial-militar, os torturadores a praticavam em porções, negando a existência de tais práticas, nos longos séculos de exploração da força de trabalho escravizada a tortura física era praticada em praça pública. Ademais, essa página da história do trabalho no Brasil não é, para nós, uma página virada, uma vez que as políticas aplicadas pelo Estado após a abolição da escravatura formaram a base de um modo de operar capitalista onde a classe dominante consegue se utilizar das opressões, entre elas a opressão racial, como mecanismo de

manutenção da ordem vigente.

O parágrafo anterior sinaliza, brevemente, o enorme conteúdo a ser analisado quando se trata de formação social brasileira. Não entraremos, nesse texto, no aprofundamento histórico da questão colonial no Brasil, uma vez que nosso objeto nos requisita dar conta da organização sindical da classe trabalhadora assalariada, em um período específico da história recente. Porém, a classe trabalhadora assalariada que se consolidou somente posterior ao período de 1910, teve como principal referência da sua formação histórica, a classe que sofria a ultrajante exploração dos dominadores, em que havia homens, mulheres e crianças, as quais majoritariamente foram capturadas em África. As citações realizadas até aqui mostram a importância do trabalho livre para o desenvolvimento capitalista no Brasil, conseqüentemente do escravismo. Desse impasse podemos constatar que o fim do escravismo não se tratou de aspirações humanitárias, sendo resultado também da pressão de um modo de produção que já não necessitava mais daquela modalidade de exploração da força de trabalho.

Porém, ao realizarmos essa afirmação, não podemos incorrer no erro de não considerar o tensionamento de classes naquela dinâmica, ocultando a movimentação política da classe explorada por sua libertação. Reis (1993) aponta que a primeira greve ocorrida no território brasileiro se tratou da Greve Negra de 1857 na cidade de Salvador, sendo caracterizada pela paralisação das atividades laborais dos ganhadores<sup>7</sup>, categoria composta por africanos, escravizados, alforriados ou libertos.

Movimentos anteriores também compõem essa história da luta de classes no Brasil, conforme cita Leite (2017), há registros de resistência dos capturados ainda no continente de origem, bem como no traslado entre África e o continente americano e na organização de quilombos, já no território brasileiro como uma forma coletiva de resistência e de organização social. Nesse sentido, destacou-se enquanto uma forma de luta social a formação do Quilombo de Palmares:

Os pesquisadores de Palmares se surpreendem com a complexidade de sua estrutura e organização. Há evidências de que era composto por várias aldeias sendo que a maior delas, uma aldeia central denominada de “Macaco”, estava localizada na serra da “Barriga” e contava uma população de aproximadamente seis mil pessoas, não somente escravos fugitivos, mas também índios e pobres livres que fugiram da exploração no meio aristocrático rural. (LEITE, 2017, p. 70).

Considerando esses elementos, Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020) abordam a

---

7 Responsáveis pelo transporte de mercadorias e pessoas.

complexidade de que se tratou o fim da escravidão no Brasil, apontando que ao ser lido como uma concessão da monarquia, apaga-se as determinações internas e externas que envolveram tal ato histórico, passando pela influência e pelos interesses do Império Britânico em relação às lutas quilombolas e populares no Brasil. Da mesma forma apontam que a exploração da força de trabalho escravizada coexistiu com o trabalho livre no Brasil, destacando que a concomitância entre modos de produção na formação econômica-social brasileira não se limitava ao contexto agrário, fazendo também presença nas nascentes manufaturas e no artesanato. Frisam, porém, que, embora negros escravizados e operários dividissem, a exploração em locais de trabalho e moradia ocorria de forma desigual. Do ponto de vista de formação do proletariado brasileiro, os autores destacam que é fundamental entender que este possui suas raízes nos indígenas, nos negros e nos imigrantes da Europa.

Os referidos autores, ao abordarem o nascimento do capitalismo na América Latina, pontuam sua função de impulsionar a acumulação primitiva no continente Europeu através do sistema econômico escravista, o qual tinha por função explorar trabalho humano e os recursos naturais do território invadido, exportando mercadorias aos mercados externos. Desta forma, seguem o raciocínio apontando que em meados do século XIX, a partir da divisão internacional do trabalho dirigida pelo Império Britânico, há uma alteração da inserção da América Latina no capitalismo mundial, passando da colonização para o capitalismo dependente, caracterizado como um período de transição dos modos de produção no continente:

Enquanto em diversos países da América Latina espanhola a independência foi realizada sob intensos combates militares entre frações das classes dominantes e com ativa participação popular, no nosso país a independência foi um acordo pelo alto entre os donos do poder, excluindo-se o protagonismo popular a partir do uso intensivo da coerção estatal. Além disso, o Brasil manteve intacta a sua estrutura econômica de latifúndios monocultores de exportação e de exploração da força de trabalho escrava, sendo o último país a banir a escravidão nas Américas. Isso deixou marcas profundas na nossa formação econômico-social, não somente do ponto de vista do racismo estrutural, mas também das desigualdades de classes e raças e da violência estatal contra os de baixo. (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020, p. 18).

Catelli Junior (2004), tratando da generalização do trabalho livre no Brasil, destaca a dificuldade de tratar do tema dadas os diferentes processos regionais, defendendo que houve no Brasil transições, no plural, para o trabalho livre. Apesar das diferenças, o autor aponta que há “um sentido de unidade nacional, que se expressa tanto nas relações econômicas como nas relações com o governo central” (CATELLI JUNIOR, 2004, p. 8). Nesse contexto, destaca o papel que São Paulo e a economia cafeeira ocupou na formação do capitalismo no país:

De 1880 em diante São Paulo passa a ser o motor da economia nacional, importando um sem número de imigrantes por ano. Começa a gestar-se aí um grande complexo cafeeiro, que ultrapassa as funções estritas da agricultura. Dentre os cafeicultores emergem aqueles que se tornarão banqueiros, importadores, comerciantes, ocupantes de postos públicos, etc. Forma-se, a partir do café, todo um complexo de relações que nos permite compreender o processo de industrialização no Brasil. (CATELLI JUNIOR, 2004, p. 8).

Com isso, o autor demonstra que a questão da imigração de trabalhadores europeus tinha por função substituir a força de trabalho inviabilizada com as restrições à recomposição da força de trabalho escravo e, posteriormente, a sua proibição. Destaca ainda que a organização desse trabalho não garantia a liberdade do colono, uma vez que era proibida a circulação para além dos limites da propriedade rural, sem prévia autorização do fazendeiro, o mesmo ocorria na Hospedaria do Imigrantes, local vigiado por patrulhas e no qual os imigrantes aguardavam, após desembarcar no Brasil, à espera de um contrato de trabalho em uma fazenda.

Nota-se que nesse período (segunda metade do século XIX) a produção brasileira continuava agrário-exportadora, tendo a força de trabalho dos imigrantes predominantemente aplicada nesse contexto. Conforme apontado por Catelli Junior (2004), o Estado não atuava como estimulador da industrialização, uma vez que esse agia no sentido de promover a economia Brasileira de acordo com interesses internacionais. Assim, sintetiza algumas razões para o Estado passar a investir no desenvolvimento industrial: como a primeira crise do café em 1882/1883 e a grande quantidade de imigrantes, sem ocupação, nas cidades. O autor aponta ainda que em 1883 existiam, em São Paulo, apenas 23 equipamentos industriais de relevância (treze fábricas têxteis, sete empresas metalúrgicas e três fábricas de chapéu). Esse número saltou para 326 estabelecimentos no ano de 1907, sendo que tal período de industrialização inicial durou, segundo o autor, até meados de 1930:

[...] até 1933 foi se consolidando o primeiro momento de industrialização brasileira – feita por fazendeiros, mas não somente por eles. Para nós, o importante é perceber que o capital cafeeiro dirigiu esse processo por meio do sistema bancário e de políticas econômicas que ora favoreciam ora prejudicavam o desenvolvimento industrial. Nesse processo foram-se integrando outros comerciantes, imigrantes, importadores e outros mais, que se transformaram em industriais. [...] Assim, mesmo tendo sido montadas muitas indústrias por imigrantes ou importadores, o desenvolvimento econômico e o financiamento foram propiciados e regulados pela cafeicultura. (CATELLI JUNIOR, 2004, p. 53).

Conforme apresentado por Fernandes (1987), não é próprio do modo de produção capitalista apresentar um único padrão de desenvolvimento, invariável e universal. No caso brasileiro, nota-se que a evolução interna do capitalismo se apresentou em três fases que não se

igualam ao desenvolvimento típico de países com economias centrais, caracterizando o capitalismo brasileiro como periférico. São as três etapas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, segundo Fernandes (1987): emergência e expansão do mercado capitalista moderno; emergência e expansão do capitalismo competitivo; e emergência e expansão do capitalismo monopolista.

O primeiro momento ou fase se trata do desenvolvimento do mercado capitalista moderno e é situado pelo autor no período histórico de abertura dos portos até aproximadamente 1860, caracterizando-se como uma “fase de transição neocolonial” (FERNANDES, 1987, p. 224). Em suma, vivíamos como apontado anteriormente, em um sistema colonial com um modo de produção escravista, nesse momento em que as bases necessárias para o surgimento do capital já estavam criadas vivíamos um período de emancipação nacional que é sucedido pela etapa seguinte (FERNANDES, 1987).

A fase do capitalismo competitivo teria permanência de 1860 a 1950, durante a qual a economia se consolida nas cidades e ocorre a verdadeira transição industrial, bem como a consolidação e disseminação do mercado capitalista de forma generalizada. A expansão da comercialização tipicamente capitalista cria as bases de acumulação necessárias para o surgimento da indústria de uma forma generalizada (FERNANDES, 1987).

Já a fase do capitalismo monopolista eclode inicialmente entre as décadas de 1950 e 1960, período no qual a “grande corporação”, de modo geral estrangeira, mas também de propriedade do Estado brasileiro ou mista, reorganiza o mercado e o sistema de produção. Como já dissemos, as bases necessárias para o surgimento desse período advêm das etapas anteriores, mas é apenas no final de década de 1950 que irão se acentuar, e sua consolidação se dará posteriormente com a incursão da ditadura empresarial-militar (FERNANDES, 1987)

Se detendo mais especificamente na fase monopólica do capitalismo no Brasil, Santos (1994) aponta que ao olharmos a economia brasileira, de outro país da América Latina ou do nomeado “terceiro mundo”, é necessário o fazer considerando as relações internacionais aos quais esses países estão subjugados. No caso, é necessário compreender que o processo de expansão do capitalismo europeu alterou significativamente a dinâmica nos territórios que se configuravam anteriormente como colônias de países daquele continente. Em relação ao desenvolvimento econômico ocorrido no século XX, observa-se que as economias centrais (a citar Estados Unidos da América e potências da Europa) buscam nos países dependentes mercado para seus capitais excedentes, maquinarias, enquanto importam matérias-primas (Santos, 1994).

Dito isso, retornando o debate do desenvolvimento do capitalismo monopolista no

Brasil, Santos (1994) caracteriza o período de 1918 (fim da primeira Guerra Mundial) até o final dos anos 50 como o de criação de alternativas frente a economia predominante agroexportadora brasileira.

A criação dessas alternativas urge da crise da economia agroexportadora, crise que teve início no final do século XIX com a queda no preço do café. Porém, é importante destacar que o desenvolvimento do setor industrial no país se deu inicialmente de forma complementar a estrutura agroexportadora, pois existia uma relação de dependência entre o nascente setor industrial e o agroexportador. Santos (1994) nos revela que a relação entre esses dois setores era de certa sujeição, uma vez que o desenvolvimento industrial foi possibilitado devido as economias externas criadas a partir das atividades exportadoras, bem como o mercado interno criado por esse setor. O autor elenca ainda fatores de dependência entre o setor industrial nascente e a economia exportadora, sendo eles: a necessária aplicação de capital em setores industriais tinha como fonte os excedentes gerados pelas exportações; a alta taxa de exploração do trabalho no campo gerava um grande excedente econômico; o comportamento da burguesia industrial, que não se posicionava alinhada as pautas da burguesia radical, se colocando contra uma reforma agrária radical, uma política antiimperialista ou a defesa da democracia burguesa.

Santos (1994) aponta que o programa burguês, ou seja, o posicionamento da classe burguesa, era o de preservar os lucros do setor exportador, não rompendo com esse. Tinham por objetivo também que o Estado deveria investir, ou construir mediações para que houvesse investimento do capital internacional, nos ramos da infraestrutura e na qualificação da força de trabalho, ou seja, nas condições gerais para a produção capitalista. Nesse sentido Elias (2018) aponta que o Estado brasileiro atuou, entre 1930 e 1940, para a modernização econômica, bem como das relações de trabalho, sendo que se configurou como um importante impulsionador do desenvolvimento capitalista no país:

[...] que ocasionou a expansão de grandes indústrias e fábricas nos centros urbanos, bem como de grandes projetos agropecuários, hidrelétricas e usinas pelo interior do país. Esses projetos, contando diretamente com os financiamentos e o apoio de organismos internacionais e do Estado, intensificaram o êxodo rural na década de 1950 e a expansão do trabalho assalariado nos grandes centros urbanos. (ELIAS, 2018, p. 129).

Entre 1930 e 1958 foram aplicadas essas medidas, através dos governos de Vargas, com maior ou menor envergadura. Santos (1994) cita que o Estado Novo completava nas alterações socioeconômicas que tiveram início em 1930, as esquematizando em 4 principais pontos: programa de industrialização que possibilitasse o desenvolvimento de um capitalismo avançado; controle operário através da regulamentação das relações de trabalho e trato das

expressões da questão social, com cooptação do operariado; reformas administrativas no âmbito do Estado, tecnificando a administração, combatendo, em partes do clientelismo operado por políticos tradicionais; garantia de levar o país a uma política externa com independência e consolidação nacional, ampliando participação das classes médias no Estado, através do exército na administração pública;

Na realidade, a partir de 1958, quando se define a inviabilidade de um desenvolvimento industrial sem o capital estrangeiro, a burguesia industrial brasileira substituiu facilmente o nacionalismo por uma nova ideologia que expressava melhor seus interesses de classe: o desenvolvimentismo. (SANTOS, 1994, p. 68).

Se fazia a leitura que tanto o imperialismo quanto a dependência eram resultado da economia agrário-exportadora. Com o desenvolvimento industrial atendendo o mercado interno, ocorreria uma liberação e independência nacional. Isso foi desmentido, pois a industrialização que ocorreu em 1930 e 1940, que teve forte caráter nacionalista, foi ocasionado por uma conjuntura específica: a crise de 1929 e a II Guerra Mundial:

Nessa conjuntura, o capital dos países dominantes não tinha condições de se mover para o exterior, e ocorreu uma enorme queda no comércio mundial nos anos 30. Durante a II Guerra Mundial aumentaram as compras de alimentos e matérias-primas por parte dos países beligerantes, mas as suas exportações são mínimas. Em tais condições, o capital nacional se viu com enormes superávits cambiais, com quase todo o mercado interno em suas mãos. Com o apoio do Estado, conseguiu alcançar as bases da industrialização. (SANTOS, 1994, p.71).

Findada a II Guerra Mundial, o mercado dos Estados Unidos cai e se tem uma grande produção de excedentes de capitais, que em parte serão destinados aos países subdesenvolvidos. Assim, o grande capital internacional se move aos países dependentes com instalação de indústrias e serviços para se apropriar do mercado desses países, bem como se aproveitar da força de trabalho superexplorada.

Netto (2014) aponta que das décadas de 1950/1960 o Brasil viveu uma fase de crescimento econômico cujo a taxa média foi de 7,38% ao ano. Como dito no parágrafo anterior, após o fim da II Guerra mundial há um grande ingresso de capitais estrangeiros no país, com avanço da industrialização pesada, com grande migração do campo para a cidade, concentrando-se com destaque na região sudeste do país. Netto (2014) destaca ainda os indicadores sociais do período, pois a intensa industrialização não representou melhoria na qualidade de vida das camadas trabalhadoras, uma vez que era presente a crescente

concentração de renda. É nesse contexto social que em 1960 ocorrem eleições no país e a maioria de votantes elegem para presidência da república Jânio Quadros e, para vice-presidência, João Goulart. Destaca-se que os votos para presidência e vice-presidência da república não eram vinculados.

O governo de Jânio Quadros, que durou apenas 7 meses, dada sua renúncia ao cargo, ficou marcado por algumas políticas de relevância no campo da política econômica. O governo adotou uma posição de independência em relação a cartilha imposta pelos Estados Unidos, agradando setores nacionalistas por adotar essa política externa. Outro fato relevante foi a condecoração de Che Guevara, líder revolucionário Cubano, pelo governo brasileiro, ação que demonstrava um completo desalinhamento a política externa estadunidense e que tensionou com diversos setores anticomunistas.

Segundo avaliação de Netto (2014) ao renunciar do cargo de presidente da república Jânio Quadros esperava que as massas populares agissem em seu favor, reivindicando seu retorno a função, cenário que lhe daria condições políticas para governar com mais energia em despeito a vontade das forças conservadoras. Porém não ocorreu o esperado, uma vez que o Partido Trabalhista Brasileiro pautou o cumprimento da Constituição Federal vigente, ou seja, que João Goulart assumisse como presidente da república. Essa posição do PTB foi amplamente apoiada pelo movimento sindical, gerando um importante tensionamento na luta de classes no país. As forças conservadoras, compostas especialmente por militares, reagiram vetando a posse de João Goulart e reconhecendo como presidente o então presidente da Câmara dos Deputados, o conservador Raniere Mazzilli.

Diante da reação do movimento popular ao não cumprimento da constituição, somado aos rachas no interior das forças armadas, pois parte defendia a posse de João Goulart, os setores conservadores negociaram que o vice-presidente assumisse em um regime parlamentarista, isto é, com poderes reduzidos. Em janeiro de 1963 realizou-se um plebiscito que restaurou o presidencialismo no Brasil, escancarando um amplo apoio popular à João Goulart, a qual havia tomado posse no cargo em 7 de setembro de 1961.

O governo de Joao Goulart, no entanto, durou pouco tempo, uma vez interrompido pelo golpe empresarial-militar de abril de 1964. Netto (2014), nos oferece uma qualificada avaliação acerca da queda de Jango, em síntese elencando o momento internacional de disputa entre os blocos socialista e capitalista, representados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e pelos Estados Unidos da América, em um contexto em que há uma fragilização dos EUA visto acontecimentos como a Revolução Cubana, de caráter socialista, a independência de alguns das garras do imperialismo colonial, somado ao olhar desconfiado de setores conservadores e

reacionários brasileiros que já intentavam impedir a posse de João Goulart em 1961. Diante de tal cenário o autor aponta que os EUA operam uma política de descredibilizar e desestabilizar o atual governo brasileiro, uma vez que o enxergam enquanto uma ameaça aos interesses imperialistas, dada sua política externa independente e sua caracterização enquanto populista e assim próximo do socialismo. Coloca-se em curso, não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina, o que Netto (2014) chama de contrarrevolução preventiva.

Como o próprio nome já diz, tratou-se de processos políticos, diretamente apoiados pelo Estado estadunidense, de garantir que não houvesse revoluções de caráter socialista nesses países, operacionalizando a entrada de governos que aniquilariam as possibilidades revolucionárias, bem como rezassem a cartilha de política externa e econômica que favorecessem os interesses imperialistas.

De tal forma, o fechamento do regime democrático brasileiro através do Golpe empresarial-militar de 1º de abril de 1964 deu as condições estatais para que triunfasse os interesses gerados a partir da aliança entre o grande capital internacional e o nacional. Com o advento do regime ditatorial se elimina os setores que pautavam uma certa independência do capitalismo no Brasil, ou seja, seu desenvolvimento girado para o mercado interno. Além disso, através do aniquilamento das organizações dos trabalhadores, limpa-se o caminho para o rolo compressor sob a classe trabalhadora, com a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000). Santos (1994) aponta que em apenas três anos diminuiu-se o poder de compra dos trabalhadores em aproximadamente 45%. Maciel (2014), ao analisar a relação entre ditadura empresarial-militar (1964-1985) e o capitalismo de caráter monopolista no Brasil, abrangendo sua estruturação, dinâmica e herança ao país, expõe o fértil terreno desenvolvido pelo regime autocrático empresarial-militar para os monopólios capitalistas.

Esse terreno envolveria, conforme sistematiza Maciel (2014), a repressão aos movimentos e organizações dos trabalhadores e perspectivas políticas que propunham uma política econômica voltada ao desenvolvimento interno em detrimento dos interesses imperialistas, facilitando o arrocho salarial e a opção pela dependência; a centralização política no poder executivo, dando ao governo mais poder para ações; ampliação do aparelho estatal com vistas a aumentar sua capacidade de planejamento econômico; investimento em infraestrutura e ampliação do setor produtivo estatal e uma importante reforma financeira.

No próximo capítulo abordaremos com mais detalhamento o Golpe Militar que instaurou a ditadura empresarial militar no Brasil, detalhando especificamente as consequências para o trabalho no âmbito da organização da classe trabalhadora. No terceiro capítulo, ao se discutir a política de saúde pública, poderemos ver as consequências desse período para as

políticas sociais. Aqui importa demarcar como se deu o avanço do capitalismo monopolista no período ditatorial no Brasil.

Maciel (2014) ao falar sobre a ditadura empresarial-miliar, a qual o autor nomeará apenas de ditadura miliar, sem com isso deixar de associar o período aos interesses empresariais, evidencia a importância desse capítulo da história para, nas palavras do autor “repor a autocracia burguesa em base atualizadas e apropriadas ao capitalismo monopolista dependente-associado” (Maciel, 2014, p.65). Do ponto de vista econômico isso significa algumas mudanças, além da interrupção da política externa aplicada anteriormente, como já apontado.

Maciel (2014) destaca a concentração e centralização do capital operacionalizado pela dinâmica econômica gerada pelo grande capital internacional no setor produtivo e conseqüentemente pelos padrões de competitividade, lucratividade e produtividade instituídos, os quais não ficaram apenas no âmbito das empresas privadas, mas também das estatais que enquanto empresas inseridas na ordem capitalista eram pressionadas por essas determinações da economia capitalista. Destaca que houve uma grande concentração das empresas públicas, as quais tinham característica de presença enquanto monopólio em diversos setores e também de novos fluxos de investimento dos governos militares, fazendo jus ao novo padrão de acumulação em vigor. No setor bancário privado nacional também se observou o aumento da concentração estimulada por políticas do governo militar-empresarial, fazendo com que a concentração e dominação do mercado por grandes monopólicos abarcasse desde diversos setores industriais aos setores bancários, bem como também no setor agrícola:

Este processo de concentração e centralização possibilitou a expansão das grandes empresas por diversos setores da economia, num movimento de integração capitalista vivenciado principalmente no setor agroindustrial, muitas vezes combinando num mesmo circuito de acumulação a intermediação bancária e comercial, a produção industrial e a produção agrícola. Na agricultura ocorre a penetração capital monopolista, com forte apoio governamental, submetendo os grandes proprietários de terra ou obrigando-os a transformar seus empreendimentos em empresas capitalistas voltadas para a modernização econômica e tecnológica. Paralelamente ao aumento da produtividade e à decuplicação do consumo de máquinas, equipamentos e outros insumos agrícolas, ocorre um processo de concentração da propriedade da terra expresso no aumento do número total e relativo de latifúndios, combinando-os cada vez mais com a moderna empresa capitalista. (MACIEL, 2014, p. 67).

Outras mudanças operadas no período da ditadura empresarial-militar e que integraram a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil foram o alastramento das relações de

produção capitalista no campo, substituindo camponeses por um proletariado rural de grande número, submetido ao trabalho assalariado sazonal e precarizado; a internacionalização da economia através da presença de grandes corporações estrangeiras no Brasil, com grande penetração do capital externo no país. Em levantamento realizado em 1970 consta que 50% da produção industrial brasileira era proveniente de empresas estrangeiras (MACIEL, 2014).

Todo esse cenário econômico se desenvolve calcado, no campo das relações de exploração, a partir da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000) e da repressão e controle do movimento dos trabalhadores como via para a acumulação monopolista (FERNANDES, 1987). O processo de acumulação do capital monopolista intensificou e modificou relações na sociedade brasileira, trazendo proletarização ao campo, intensificando concentração de trabalhadores nas cidades em torno das indústrias que demandavam a força de trabalho, tonando mais latentes questões de acesso a moradia, saúde, educação, ou seja, necessidade de políticas sociais por parte desse proletariado que se multiplica e se concentra.

Não nos parece ligeiro afirmar que a expansão do capitalismo monopolista no Brasil expandiu também as possibilidades da classe com interesses antagônicos ao capital, proletariado, de se armar e se articular. Primeiro pelo fato da formação da classe, do quanto a expansão monopolista colocou diversos indivíduos em posição de proletariado, seja no campo ou na cidade, expurgados dos meios de produção e obrigados a venderem sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. Especialmente nos espaços urbanos o avanço capitalista promove a concentração desse proletariado em determinados territórios, passando ali a comungar de problemas comum referente a moradia, saneamento básico, acesso a saúde, educação, transporte, entre outros.

Porém, como já dialogamos anteriormente, para além das condições objetivas enquanto classe há uma dimensão subjetiva, política, a qual não torna mecânico e automática a organização da classe trabalhadora caindo por terra a premissa do “quanto pior, melhor”. Não basta ser explorado ou superexplorado, ver seu poder de compra diminuir, viver em condições cada vez mais precárias, para que automaticamente se adquira uma consciência emancipadora. É nesse âmbito que ocorreu a atuação do regime empresarial-militar através de várias frentes, como já também mencionado brevemente em nosso debate sobre o Estado na sociedade capitalista.

Maciel (2014) aponta que nesse período da história se desenvolveram diversos aparelhos privados de hegemonia ligados às classes dominantes, com objetivo de criação de consenso e organização dos interesses dominantes. Esses instrumentos ou aparelhos passam por associações corporativistas patronais; meios de comunicação de massa, as quais foram

beneficiadas pelo investimento Estatal no campo das telecomunicações, possibilitando sua ampliação e acesso massificado; política de educação tecnicista e despolitizada, com objetivo de formação da força de trabalho para os compradores capitalistas, junto a isso alteração de currículos e extremo controle acerca dos conteúdos ministrados.

Junto a esses instrumentos a sangrenta repressão com prisões, torturas, censuras, proibição de movimentações políticas, as quais serão melhor abordadas no capítulo que se segue. De antemão cabe frisar que o processo em que se deu a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil foi extremamente violento e danoso para a organização da classe trabalhadora brasileira, uma vez que exterminou uma geração de importantes quadros militantes, interrompendo um processo importante de lutas e organização, reforçando e intensificando o corporativismo e o sindicalismo de Estado.

Porém, reafirmando que a luta de classes é dinâmica, mesmo nesse árido terreno, não se interromperam as investidas da classe trabalhadora organizada por melhores condições de vida, de trabalho, por saúde e pela emancipação humana. Nos próximos dois capítulos abordaremos mais de um importante espaço da luta da classe trabalhadora, o movimento sindical, bem como o processo de lutas de um importante e destacado direito social conquistado pela classe trabalhadora brasileira, o direito a saúde e seu sistema público e universal, o SUS. O esforço é olhar para a luta por direito social a partir do local onde a exploração ocorre, onde a mais-valia é subtraída, sendo este espaço o local de trabalho.

### **3 LUTAS SOCIAIS NOS LOCAIS DE TRABALHO: A EFERVESCÊNCIA DAS DÉCADAS 1970 E 1980 NO MOVIMENTO SINDICAL**

Nesse capítulo pretendemos avançar nossa investigação em direção a possíveis sínteses sobre as relações entre a luta pelo direito à saúde pública e um dos mais destacados movimentos sociais do período da redemocratização do Brasil durante as décadas de 1970 e 1980, o movimento sindical. A centralidade da classe trabalhadora na luta contra a burguesia - em especial aquela porção diretamente inserida nos processos produtivos, a que diariamente agrega valor às mercadorias produzidas através do emprego de sua força de trabalho, valor este apropriado pelo capitalista - se confirma também pelas investidas da classe dominante contra as formas de organização dessa classe.

Dito isso, esse capítulo será dividido em três partes. A primeira tratará de uma breve contextualização histórica do sindicalismo no país, especialmente da conformação do sindicalismo de Estado no contexto dos governos de Getúlio Vargas. Na segunda discutiremos a objeção desenvolvida pelo movimento dos trabalhadores ao sindicalismo de Estado, que levou à formação do chamado Novo Sindicalismo. Por fim, abordaremos as principais características da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, grupo de oposição à direção do sindicato de trabalhadores de uma importante fração da classe trabalhadora – os metalúrgicos de São Paulo/SP.

#### **3.1 Breve referência histórica do movimento sindical no Brasil: da constituição do sindicalismo de Estado de Vargas à repressão da ditadura empresarial-militar**

A opção pela abordagem da temática do movimento sindical partindo da constituição do sindicalismo de Estado nos é cara devido a um entendimento acerca dos impactos dessa estrutura organizativa no movimento sindical das décadas de 1970 e 1980. Além disso, compreender algumas determinações do sindicalismo de Estado nos fornece, também, elementos significativos para avançar no entendimento da relação entre movimento dos trabalhadores e Estado, especialmente em relação a mecanismos de cooptação e coerção.

Vamos então destrinchar o que seria esse sindicalismo de Estado a partir de alguns pesquisadores da temática sindical. Boito Junior (1991a), ao abordar o tema, aponta que se trata de uma estrutura oficial sindical brasileira, com implantação inicial entre 1931-1935 no governo de Getúlio Vargas, tendo como principal característica a regulamentação da atividade sindical com vistas a combater a presença de ideais comunistas e anarquistas, assim limitando o

movimento sindical a questões mais corporativas.

O sindicalismo de Estado tinha como objetivo o controle do movimento realizado pelos trabalhadores a partir de seus locais de trabalho, porém o autor citado avança em seus estudos apontando que a maior parte das abordagens acerca do sindicalismo de Estado o compreende apenas em determinados contextos conjunturais, destacando a função política que cumpriu como desorganizador da classe trabalhadora brasileira, porém não avançam no estudo do sindicalismo de Estado para além das conjunturas.

Boito Junior (1991a) disserta que o sindicalismo de Estado é um todo complexo formado pela articulação entre uma estrutura sindical oficial, uma prática sindical específica e uma ideologia. Polemiza ainda ao demarcar a intransponibilidade fixada pelos limites da estrutura do sindicalismo de Estado à prática sindical, apresentando uma função contínua de desorganização do movimento dos trabalhadores. Já a ideologia do sindicalismo de Estado, agiria na direção de levar as correntes sindicais brasileiras a aderirem a este modelo de sindicalismo, inclusive fazendo com que o reconhecimento por parte do Estado, adentrando em tal estrutura, fosse uma reivindicação.

Sobre essa adesão dos trabalhadores ao sindicalismo proposto pelo Estado, Araújo (2002) identifica que ocorreu o desenvolvimento de um corporativismo de caráter inclusivo, ou seja, a política empregada pelo Estado nos pós 1930 carregava uma dimensão profícua aos trabalhadores, uma vez que havia a concessão de benefícios e o atendimento de algumas pautas. Argumenta ainda que tanto as legislações trabalhistas quanto as instituições corporativas são mecanismos centrais na incorporação da classe trabalhadora à embrionária sociedade de caráter mais industrializada, em uma tentativa de recompor a capacidade do Estado manter a hegemonia, dado o cenário de crise da economia agroexportadora e o fracasso do Estado liberal-oligárquico.

Essa recomposição do Estado era parte do que Araújo (2002) chama de projeto autoritário-corporativista, o qual encontra bases teóricas em formulações de intelectuais autoritários e de tenentes, com intento de incorporar duas classes sociais emergentes à época: a burguesia urbano-industrial e os trabalhadores urbanos. O controle do movimento operário e o desenvolvimento do corporativismo agiria, assim, para que ocorresse o desenvolvimento econômico almejado juntamente com a colaboração de classes.

Aqui conseguimos fazer uma conexão com os estudos apresentados no capítulo anterior acerca da formação social brasileira, principalmente no que diz respeito às questões no interior da própria classe dominante, que, como apresentado, possui frações que por vezes terão interesses distintos. De maneira que da parte da recém-nascida burguesia industrial, Araújo

(2002) revela que no decorrer da década de 1930 o empresariado foi cada vez mais se aproximando do regime varguista e por consequência aderindo ao projeto autoritário-corporativo, fazendo com que se estabelecesse divergências conjunturais com outras frações da classe dominante, a exemplo da burguesia agrária.

Já do ponto de vista dos trabalhadores, Araújo (2002) aponta que a "adesão" dos trabalhadores ao sindicalismo de Estado, instrumento que compunha o projeto autoritário-corporativo, se deu de forma heterogênea, a depender das frações do movimento sindical na época, como veremos abaixo.

Avançando na compreensão do que seria esse conjunto de mecanismos do sindicalismo de Estado, importante elencarmos algumas questões referente à inauguração desse sindicalismo oficial no Brasil. Uma das primeiras ações de relevância do governo de Getúlio Vargas, ainda em 1930, foi a criação do Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, ou seja, órgão para realizar as devidas intervenções sobre a contradição capital versus trabalho no que dizia respeito aos conflitos entre a classe burguesa e a classe trabalhadora. No ano seguinte o governo Vargas avançou para regulamentação do sindicalismo no Brasil, através do Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931, da qual destacamos os seguintes trechos:

Art. 1º, alínea f) abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações.

Art. 2º Constituídos os sindicatos de acordo com o artigo 1º, exige-se ainda, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e que adquirirem, assim, personalidade jurídica, tenham aprovados pelo Ministério os seus estatutos, acompanhados de cópia autêntica da ata de instalação e de uma relação do número de sócios com os respectivos nomes, profissão, idade, estado civil, nacionalidade, residência e lugares ou empresas onde exercerem a sua atividade profissional.

§ 2º As alterações introduzidas nos estatutos não vigorarão enquanto não forem aprovadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 4º Os sindicatos, as federações e as confederações deverão, anualmente, até o mês de março, enviar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio relatório dos acontecimentos sociais, do qual deverão constar, obrigatoriamente, as alterações do quadro dos sócios, o estado financeiro da associação, modificações que, porventura, tenham sido feitas nos respectivos estatutos, além de fatos que, pela sua natureza, se possam prender a dispositivos do presente decreto.

Art. 6º Ainda como órgãos de colaboração com o Poder Público, deverão cooperar os sindicatos, as federações e confederações, por conselhos mistos e permanentes de conciliação e de julgamento, na aplicação das leis que regulam os meios de dirimir conflitos suscitados entre patrões, operários ou empregados.

Art. 15. Terá o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, junto aos sindicatos, às federações e confederações, delegados com a faculdade de assistirem às assembleias gerais e a obrigação de, trimestralmente,

examinarem a situação financeira dessas organizações, comunicando ao Ministério, para os devidos fins, quaisquer irregularidades ou infrações do presente decreto. (BRASIL, 1931).

A lei regulamentadora é nítida quando lida a partir das mediações apresentadas até aqui, ou seja, desde o modo de produção capitalista e as relações sociais que o compõe, trata de um dispositivo legal, o qual pretende ao menos mascarar sua intenção de controlar o movimento dos trabalhadores. A partir do texto da lei nota-se uma regulamentação higienizadora do movimento sindical, proibindo a utilização da luta econômica para avançar para questões políticas através da propaganda socialista/comunista, ali caracterizada como “ideologias sectárias”. Além dessa proibição substancial, o decreto atua na burocratização, em uma certa fusão do movimento sindical à estrutura administrativa do Estado: não há alteração de estatuto da entidade, ou seja, seu conjunto de regras coletivas, sem a anuência do aparelho estatal. Desta maneira, o antigo instrumento de luta agora ganha uma “personalidade jurídica”, devendo assim cumprir a legislação que o cabe.

O controle do Estado sob o movimento organizado dos trabalhadores avança ainda, com o citado decreto, para uma determinada personalização do movimento, operacionalizada através da identificação de seus associados. O Estado prescreve o fornecimento da identificação dos associados: nomes, locais de trabalho, endereço, entre outras informações. Tais informações são um prato cheio para a perseguição, o amedrontamento e a punição.

Esses são alguns instrumentos coercitivos, mas, como dito anteriormente, a “cara” que se pretendia dar para a atuação do Estado nesse período era de um tom mais inclusivo. Para tal, não apenas coerção se fazia necessário, mas também cooptar e congregar interesses. Como escancaradamente apresenta o artigo sexto do decreto, os sindicatos deviam ser órgãos de colaboração com o Estado, tendo função de conciliar, dirimir conflitos entre exploradores e explorados. Nesse sentido, Araújo (2005) discorre que a conciliação de classes era uma política do governo planejada, a autora cita a fala de Marcondes Filho<sup>8</sup> o qual defendia que o espírito de colaboração que antes era uma intenção, deveria se tornar um hábito, além disso o ministro proferia que qualquer perspectiva direcionada a “discórdia” era um ataque à nação brasileira.

Gianotti (2007) desenvolve que esse conjunto de ações de coerção e cooptação acarretou um enorme prejuízo político para os trabalhadores, uma vez que anterior à ascensão de Vargas existiam diversos sindicatos fundamentados em tendências anarquistas e comunistas, atuando de forma livre, através da deliberação dos associados. Essas organizações tiveram um

---

<sup>8</sup> Ministro da Indústria, Trabalho e Emprego no governo de Getúlio Vargas de 29/12/1941 a 29/10/1945.

importante papel, por exemplo, na Greve Geral de São Paulo, ocorrida em 1917. Conforme aponta Antunes (1983) o movimento paredista naquele ano alcançou um montante aproximado de 45 mil trabalhadores, com duração de 1 mês e durante as manifestações ocorreu a morte de um trabalhador sapateiro, atingido com um tiro no estômago.

A Era Vargas (1930-1945) foi marcada pela intervenção Estatal nas questões referentes aos conflitos capital versus trabalho, seja através da regulamentação Estatal da atividade sindical, seja através das leis trabalhistas e previdenciárias datadas desse período, se tratando de uma política que tinha por objetivo a constituição de um “indivíduo/cidadão definido como trabalhador-brasileiro” (ARAÚJO, 2005, p. 237), que visava disciplinar a população trabalhadora do país, forjando uma inconciliável união entre “povo” e Estado, para garantir uma governabilidade do Estado Nacional.

Com as regulamentações, o Governo de Vargas empurrava os trabalhadores para a adesão aos sindicatos reconhecidos pelo Estado, uma vez que apenas sindicalizados faziam jus aos benefícios da legislação trabalhista, o que dificultava a resistência.

Ademais, se tratando de resistência frente às medidas de controle impostas, o movimento operário se dividiu em frações que apoiavam a proposta, uma vez que garantia as mesas de negociação com os patrões e as que realizavam críticas devido ao risco da autonomia operária, porém findaram por aceitarem por avaliarem ser inevitável sua consolidação; outros setores a recusaram de forma completa, a exemplo de alguns sindicatos ligados mais intimamente com o anarquismo, o qual logo se viram isolados. Além disso, outro fator que contribuiu com a adesão ao reconhecimento das entidades sindicais por parte do Estado foi a possibilidade de participação, enquanto representantes de associações de classe, na Assembleia Nacional Constituinte, a partir de 1933 (BATISTELLA, 2015).

Após a constitucionalização do país, aumentou-se a participação política de diversos seguimentos da sociedade. Em 1935 foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), com propostas antifascistas, anti-imperialistas e anti-latifundiárias, essa organização teve um crescimento considerável no país, se caracterizando como uma frente ampla que abarcava socialistas, comunistas, católicos, militares e democratas. No mesmo ano a Lei de Segurança Nacional, instrumento reativo frente a esse movimento crescente, foi promulgada e foi de fundamental importância para a repressão dos sindicatos, censura dos meios de comunicação e prisão de militares, sendo na sequência a ANL colocada na ilegalidade.

Avançando no atrelamento cada vez maior dos sindicatos ao Estado, em 1940, foi criado o imposto sindical. Extinto recentemente em 2017 pela reforma trabalhista de Michel Temer, tratava-se de uma contribuição obrigatória anual do salário de cada trabalhador, referente a um

dia de trabalho, independente de sindicalização ou não. O imposto sindical trata-se de uma fonte de recursos para o financiamento das entidades sindicais, o que inicialmente pode parecer algo positivo, uma vez que são necessários recursos financeiros para travar as lutas, porém representa mais um retrocesso, pois a contribuição está desvinculada da consciência do trabalhador de optar pela contribuição financeira com a sua luta. Com o imposto sindical as direções sindicais já não precisam mais mobilizar suas bases em torno da participação e sindicalização, pois os recursos contábeis estão, em grande parte, garantidos.

Araújo (2002), em seus estudos sobre a relação entre “Estado e trabalhadores na Era Vargas”, aponta que houve coerência e continuidade entre as políticas aplicadas pelo governo ainda em sua fase provisória (1930-1934) e aquelas adotadas no Estado Novo (1937-1945), o que demonstraria uma direção política de caráter corporativista. Utilizando-se de Gramsci, a autora refere que os Governos de Vargas tinham por objetivo o exercício de uma hegemonia que articula concessões a determinados setores das classes trabalhadoras com o controle sobre seus movimentos e organização.

Avançando no olhar para o movimento sindical no período democrático que durou de 1945 a 1964, também chamado de período populista (SANTOS, 2014), período de relevância para o entendimento do movimento sindical uma vez que antecede a ditadura, tínhamos uma conjuntura internacional marcada pelo início da Guerra Fria, iniciada em 1947, isto é, a disputa entre as grandes potências do bloco capitalista (Estados Unidos da América) e do socialista (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Conforme aponta Gianotti (2007), o governo brasileiro posicionou-se nesse contexto contrário à URSS, rompendo relações diplomáticas e consequentemente jogando na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB), colocando interventores nos sindicatos, cassando mandatos de deputados comunistas, reprimindo greves. Porém mesmo com tais medidas, a luta e organização da classe trabalhadora seguiu avançando e conforme traz o autor, em 1953 ocorreu greve de três importantes categorias no Rio de Janeiro, sendo têxteis (cerca de 50 mil trabalhadores), portuários e trabalhadores da construção civil. Calcula-se em torno de 800 greves no Brasil naquele ano, sendo que em São Paulo, importante polo industrial brasileiro, ocorreu a histórica Greve dos 300 mil, com duração de um mês (GIANOTTI, 2007).

O período de 1961 a 1963, conforme explana Batistoni (2001), teve como uma de suas características a efervescência política em torno da pauta das reformas de base. Gianotti (2007) resgata a greve geral ocorrida em 1963 na cidade de São Paulo, articulação que envolveu 78 sindicatos em campanha salarial unificada, sendo o resultado a conquista de 80% de reajuste. Por outro lado, parte da esquerda pressionava para a volta do regime presidencialista, uma vez

que após João Goulart assumir o poder, ocorreu a conversão para o regime parlamentarista, uma forma encontrada pela direita de limitar as ações de João Goulart. A autora destaca ainda certa passividade da esquerda hegemônica no período, uma vez que acreditavam em um pacto civil-militar que garantiria a permanência do governo de João Goulart.

Acerca dessa passividade da esquerda hegemônica<sup>9</sup>, nos atentaremos para a avaliação do comportamento dessa esquerda no movimento sindical, especificamente. De antemão importa destacar que existem interpretações diversas sobre a ação dos comunistas nos sindicatos nesse período. Conforme apontado por Englander (2017), são dois expoentes da leitura em torno do sindicalismo brasileiro, em sua relação com o Estado e a classe trabalhadora nas décadas de 1950 e 1960, sendo Francisco Weffort e Marco Aurélio Santana, os quais fazem leituras distintas acerca do período citado.

Acessar a leitura desses intelectuais sobre o período possui relevância uma vez que as análises dizem, para além do período tratado, sobre a prática sindical futura e os caminhos tomados pelos percussores do novo sindicalismo.

Weffort (1973) qualifica o movimento sindical realizado nas décadas de 1950 e 1960, anterior ao golpe, como sindicalismo populista, apresentando as seguintes características:

No plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas ‘organizações paralelas’, formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura de Estado; no plano político subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros populistas fiéis a tradição de Vargas. (WEFFORT, 1973, p. 67).

Para o autor o auge do sindicalismo populista ocorreu nos primeiros anos da década de 1960, desaparecendo junto com o populismo, o qual deu lugar à ditadura empresarial-militar iniciada em 1964. Weffort (1972) expõe que o movimento sindical avança, no decênio 1954-1964, em uma fase de modernização da indústria, em consolidar-se em setores mais tradicionais da economia, onde já havia uma atuação maior e imperava questões como atrasos de salários ou piores condições de trabalho. Pontua que houve uma politização do movimento sindical ao operar na lógica da ideologia nacionalista de colaboração de classes, na qual as reivindicações por melhores salários direcionadas aos patrões passavam por uma cobrança ao Estado para que esse garantisse ao burguês condições para que fosse concedidos aumentos salariais, sustentados pelo aparelho estatal.

---

<sup>9</sup> Enquanto esquerda hegemônica no período citado entende-se PCB.

Weffort (1972), com objetivo de demonstrar a ligação dos comunistas com a atuação que o autor qualifica como pouco questionadora da estrutura sindical oficial, apresenta trecho de publicação de Luiz Carlos Prestes<sup>10</sup>, “A situação política e a luta por um governo nacionalista”, de 1959, no qual Prestes defende uma atuação “de acordo com a estrutura legal de organização sindical brasileira” (PRESTES apud WEFFORT, 1970, p. IV 31). Destaca ainda o caráter nacionalista da estratégia do PCB, a qual considerava um equívoco em radicalizar a luta de classes entre o proletariado e a burguesia naquele contexto.

Como veremos adiante, no contexto de surgimento do novo sindicalismo, não à toa se convém adotar essa denominação para o movimento nascente. O “novo” encontra-se oposto ao “velho” sindicalismo, sendo que uma das críticas de relevância seria o afastamento das bases atribuído ao sindicalismo anterior à 1964. Acerca disso, Weffort (1972) assinala que houve um processo de institucionalização do movimento sindical, fazendo referência a criação ao que ele nomeia de “organizações paralelas”, a exemplo do Pacto de Unidade e Ação, organização intersindical que atuava com categorias do setor público ou de utilidade pública:

Este processo de institucionalização do movimento sindical cujo centro de gravidade se deslocava para o setor público, tinha seu correspondente numa tendência a um afastamento crescente com relação às bases operárias do setor privado, já não apenas moderno como também tradicional. Em realidade, aquele processo significava que o movimento sindical passava a orientar-se menos pelas reivindicações econômicas dos trabalhadores deste setor que por uma programação política que se inspirava na ideologia do nacionalismo e que deveria atingir seu ponto alto na campanha pelas reformas de base. (WEFFORT, 1972, p. IV 33).

Santana (1999), ao fazer uma leitura das críticas realizadas por alguns pesquisadores, entre eles Weffort (1973 e 1978), aponta que é frágil a análise do autor quando esse caracteriza o movimento sindical hegemônico pelo PCB como de cúpulas e conseqüentemente afastado das bases, indicando que o processo de movimentações no início da década de 1960 mostra que havia uma importante inserção dos comunistas no movimento sindical. O autor expõe, em relação a análise do movimento sindical no pré-1964, que o ressurgimento do sindicalismo no final da década de 1970 foi caracterizado " em uma de suas dimensões, pela concorrência de projetos políticos e sindicais entre setores da esquerda, mais especificamente entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB)" (SANTANA 1999, p.104). No movimento sindical havia a existência do grupo autointitulado “combativo”, do qual faziam

---

<sup>10</sup> Destacado dirigente do Partido Comunista Brasileiro.

parte metalúrgicos do ABC, sindicalistas de diversas categorias e regiões do país, bem como as Oposições Sindicais. O outro grupo, Unidade Sindical, era composto por lideranças tradicionais do movimento sindical, muitos dos quais ligados aos setores chamados de “pelegos”<sup>11</sup>, e aos militantes da esquerda que incluía o PCB, o MR-8 e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Para o primeiro grupo, a Unidade Sindical representava um sindicalismo preso ao passado pré-1964, praticando assim um sindicalismo baseado no reformismo e na colaboração de classes:

Para os sindicalistas “combativos” oriundos de diásporas do próprio PCB, este teria cometido sérios equívocos calcados em sua política “reformista” e de “colaboração de classe”, os quais levaram os setores populares à derrota diante do golpe militar de 1964. (SANTANA, 1999, p 104).

Em síntese o autor afirmará que as colocações de Weffort (1973 e 1978) não encontram um lastro empírico, o criticando por ser adepto de um olhar sob a história marcado por rupturas:

Desse modo, as análises realizadas sob esta perspectiva não só passaram ao largo das possíveis continuidades e semelhanças entre os períodos nos quais dividiram a história, como também tiveram dificuldade em perceber suas especificidades. (SANTANA, 1999, p. 105).

Para o autor, a lógica do “velho” e do “novo”, da ruptura dos períodos da história, empobrecem a avaliação, apontando inclusive como o novo sindicalismo vai, com o avançar dos anos, se adaptando a estrutura do sindicalismo oficial ou de Estado. Santana (1999) aponta ainda que já na década de 1990, produções acadêmicas fundamentadas em consistentes pesquisas empíricas, puderam relativizar leituras, como as de Weffort, acerca do sindicalismo empreendido pelos comunistas no pré-1964.

Uma dessas leituras se trata da afirmação que os comunistas, em sua ação sindical, eram desvinculados da base nas empresas:

Conforme concluíram esses estudos, os militantes do partido trabalharam duramente na constituição de organismos de representação dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, sendo relativamente bem-sucedidos nessa empresa. Estes organismos serviram de elo de ligação entre o sindicato e a base e reforçaram, em um caminho de mão dupla, a pressão desta sobre aquele. (SANTANA, 1999, p. 110).

---

<sup>11</sup> Pelego é o nome dado a pele, normalmente de carneiro, colocada sobre o lombo do cavalo para que se torne mais confortável a cavalgada, para a pessoa que montar. Devido essa função de “amaciar”, a expressão é utilizada no movimento sindical para se referir aos militantes que procuram conciliar os conflitos da classe trabalhadora e da classe burguesa.

Santana (1999) também coloca em xeque a afirmação de que o sindicalismo pré-1964 se restringia aos setores tradicionais da economia, apontando que, embora com dificuldades, os comunistas empreitavam inserções em alguns setores da indústria como metalúrgico do Rio de Janeiro, químico de São Paulo e metalúrgico do ABC paulista.

O autor refere ainda que há em diversas construções teóricas e falas de importantes lideranças<sup>12</sup> do novo sindicalismo uma confusão ou não diferenciação entre o “velho” sindicalismo do período pré-1964 e o pós-1964. Discorre que no pré-1964 havia uma importante preocupação em aproximar e incorporar as massas às entidades que as representavam no campo sindical, sendo que no pós-1964 se tornou dominante nos sindicatos as forças conservadoras que já possuíam atuação no movimento sindical e inclusive o disputava com os comunistas. Com isso, faz uma ponderação, que embora a concepção de “sindicalismo populista” não dê conta das práticas sindicais do período 1945-1964, tão pouco há “semelhante esforço de generalização que lhe seja alternativo, capaz de sintetizar o particularismo presentes nos resultados dos estudos que visaram a revisão daquele período” (SANTANA, 1999, p. 115).

As leituras de Weffort (1972) e Santana (1999) se chocam, essencialmente, quanto à inserção dos comunistas no movimento sindical, sua vinculação com as bases e setores de atuação. No entanto quando tratamos da estratégia adotada pelo PCB, também criticada por Weffort (1972), de cumprir uma etapa nacional-democrática em aliança com a burguesia, não há revisão.

Nos anos que antecederam o golpe de 1964 foram várias as experiências que a classe trabalhadora experimentou no desenvolvimento de sua organização. Nesse sentido Gianotti (2007) traz a experiência ocorrida em Porto Alegre/RS quando da renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de Golpe para impedir que João Goulart, então vice-presidente, assumisse o cargo. Na ocasião o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, tomou diversas medidas, entre elas o confisco de três mil revólveres calibre 38 da fábrica da Taurus, os quais foram distribuídos para civis no intento de formar resistência armada ao latente Golpe de Estado.

A tensão se arrastou até 1964, quando finalmente a classe dominante golpeou a classe trabalhadora, utilizando o Estado e cumprindo interesses capitalistas internacionais:

Os resultados gerais da contrarrevolução preventiva, onde triunfou, mostraram-se nítidos a partir da segunda metade da década de 1960: a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas

---

<sup>12</sup> O autor cita falas de Luiz Inácio Lula da Silva, importante quadro do movimento sindical do novo sindicalismo.

garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anticomunista. (NETTO, p. 31, 2015).

A ditadura empresarial-militar em território brasileiro, executada por “militares formados durante 15 anos pela escola superior de guerra e pela escola das Américas, no Panamá” (GIANOTTI, p. 179, 2007), instaurou um novo período na história da luta e organização da classe trabalhadora brasileira. Com isso, o regime ditatorial se tratou de décadas em que o Estado exerceu explicitamente sua função de balcão de negócios dos interesses da classe burguesa, aplicando políticas que criminalizavam a organização dos trabalhadores (como uma simples greve, por exemplo), exterminando indivíduos classificados como comunistas, além da acentuação do arrocho salarial, com objetivo de “garantir uma nova acumulação capitalista, ligada ao imperialismo” (GIANOTTI, p. 180, 2007).

A partir de então diversas organizações surgiram a partir de dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), devido a críticas em relação a estratégia adotada pela direção, a qual teria levado a uma não-resistência ao golpe de 1964:

Vários outros grupos, todos saídos do PCB, criticavam a ilusão legalista do Partido e defendiam a via armada para enfrentar a ditadura e chegar ao socialismo. Divergentes em alguns aspectos, todos eram favoráveis a criação de um ‘foco de guerrilha’. Um destes grupos, a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, defendia a guerrilha urbana com sequestros e expropriações bancárias. (GIANOTTI, p. 194, 2007).

Outro agrupamento revolucionário de destaque, a Política Operária (Polop), apontava como erro estratégico as alianças defendidas pelo PCB com a denominada burguesia nacional, nos anos anteriores:

Esses grupos políticos criticavam a ideia de se fazer uma revolução em duas etapas e defendiam que o Brasil estava pronto para uma revolução socialista. Havia muitas divergências e variantes, mas, em geral, todos criticavam a falta de perspectiva de classe do ‘Partidão’, que negava a centralidade e independência da classe trabalhadora. (GIANOTTI, p. 194, 2007).

A decisão de aliança com a burguesia, empreendida pelo PCB, foi exposta na “Declaração sobre a política do PCB”, conforme documento publicado pelo comitê central do partido em março de 1958:

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista

corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1958).

Ou seja, tratou-se de uma linha política a qual todos os militantes deveriam aplicar em quaisquer inserções, inclusive no campo sindical, conforme traz o documento de pacto com a burguesia:

Os sindicatos e as demais organizações profissionais não devem servir a objetivos partidários, mas precisam ser instrumento da unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas, na luta por suas reivindicações imediatas, pelo direito de greve, pelo melhoramento da previdência social etc. Simultaneamente, cabe aos sindicatos um grande papel no amplo movimento nacionalista e democrático. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1958).

Como se pode observar, atuando em uma linha de colaboração entre proletariado e burguesia, afastando-se de práticas que levassem ao confronto social entre essas duas classes, os comunistas ao invés de ler a luta sindical como importante espaço de organização dos trabalhadores no interior das unidades de produção, com vistas a contribuir em um processo revolucionário que tomassem esses meios de produção, acabaram imprimindo um papel unicamente nacionalista e democrático à luta sindical.

Para além da própria estrutura sindical limitadora, observa-se que, a organização que hegemonizava a perspectiva de esquerda no Brasil naquele período optou por uma estratégia que corroborava com o cenário sindical colocado, não se posicionando frontalmente aos governos populistas. O golpe empresarial-militar e a incapacidade de contragolpe, bem como o ataque e extermínio político e físico dos militantes comunistas, encerrou um período de hegemonia do PCB e a partir de então foram gestadas novas perspectivas para a esquerda organizada, processo que desembocará no chamado novo sindicalismo, bem como na construção do Partido dos Trabalhadores (PT).

### **3.2 A eclosão do novo sindicalismo**

Como veremos adiante, através dos fatos históricos, o conteúdo político reunido sob o novo sindicalismo visa romper com as amarras do sindicalismo de Estado, localizando, especialmente, a problemática em torno das direções sindicais “pelegas” e das legislações que criminalizavam os movimentos dos trabalhadores.

Elias (2021) e Antunes (1995) ao discorrem sobre o advento do que ficou conhecido

como novo sindicalismo, discorrem que nesse período houve um importante salto de qualidade na organização da classe trabalhadora brasileira a partir de seus locais de trabalho, constatado pelo aumento do número de greves, avanço do sindicalismo para outros setores (rural, setor de serviços) e criação de instrumentos necessários para articulação de tais lutas, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O novo sindicalismo, como a própria expressão anuncia, teve a perspectiva de rompimento com a lógica sindical presente até então, desenvolvida a partir da regulamentação da atividade sindical nos governos de Getúlio Vargas e, repressões impostas ao movimento sindical durante a ditadura empresarial-militar brasileira. Em síntese, a perspectiva do novo sindicalismo era de romper com a lógica predominante no chamado sindicalismo de Estado.

O período ocorrido anteriormente à ditadura empresarial-militar, no qual a classe trabalhadora enfrentou os Governos de Vargas, gerou um saldo político de relevância, principalmente a partir da década de 1950 devido às contradições impostas pelo modelo de desenvolvimento estabelecido ordem monopólica no país. Queremos dizer que, mesmo com a política varguista populista e de repressão, não se aniquilou a resistência e organização da classe explorada. Porém uma das avaliações, apontadas por Gianotti (2007), sobre o balanço da não resistência ao golpe de 1964, foi justamente uma certa aceitação da estrutura sindical varguista. Esse mesmo autor aponta, também, que a crítica dessa estrutura sindical distante das bases, atrelada a patrões e governos, foi a base para reorganização da luta dos trabalhadores durante o período ditatorial de 1964 a 1985, e assim sendo, também base para o nascimento do novo sindicalismo:

Dessa autocrítica operária surgia, como consequência natural, a necessidade de uma nova prática político-sindical. O sindicalismo não suportava mais o peso de decisões tomadas de cima para baixo. O sindicalismo precisava construir uma nova estrutura sindical, desatrelada do governo e dos patrões e que condenasse a aliança com a burguesia nacional. Essas ideias foram os elementos-chave do que veio a ser conhecido como 'Novo Sindicalismo'. Ele dará origem, no limiar de 1980, à construção de um novo projeto sindical. (GIANOTTI, p. 197, 2007).

A partir dessa leitura observamos que o novo sindicalismo não parte do mundo das ideias, tendo, portanto, uma base material. Buscar apreender essa base material, multifacetada, nos leva a construções de raciocínios que nos aproximam do movimento do real. Com isso, pudemos verificar até então, principalmente, as bases políticas para o nascimento do novo sindicalismo, as quais envolvem o histórico de organização e resistência da classe trabalhadora desde a Era Vargas até a ditadura empresarial-militar, bem como as investidas do Estado contra o movimento.

Ainda acerca das experiências concretas de luta no contexto mais duro da ditadura Negro (1999), em seus escritos sobre a origem do novo sindicalismo resgata importantes acontecimentos no ano de 1968, ainda anterior ao decreto do ato institucional nº5, que restringiu liberdades democráticas. Batistoni (2001) aponta as greves metalúrgicas de Osasco/SP (1968) e Contagem/MG (1968), como as movimentações operárias mais importantes do período:

Foram greves organizadas por grupos e comissões formadas nas fábricas, independentes da estrutura sindical, com uma prática anterior acumulada nos locais de trabalho, em particular pela ação da militância de esquerda e de católicos. O alvo direto das paralisações foi a política salarial do governo militar, expresso na palavra de ordem “só a greve derruba o arrocho”. Estes movimentos questionaram a estrutura sindical atrelada, não só como bandeira de agitação e propaganda, mas pela relação que se estabeleceu entre o movimento grevista e o sindicato. As paralisações introduziram novas formas de luta, tais como ocupação das fábricas, piquetes de autodefesa e grupos internos de trabalho. A novidade destas greves operárias esteve na criação das comissões de fábrica: em Osasco, foi exemplar a experiência da Cobrasma alcançando, inclusive, reconhecimento legal; em Contagem, formaram-se as comissões clandestinas, os “grupos de cinco”. (BATISTONI, 2001, p. 42).

Já em 1968, a classe trabalhadora seguia avançando em sua resistência. Como exemplo disso, a greve dos metalúrgicos de Contagem/MG contou com uma organização semiclandestina nos locais de trabalho e de moradia, com participação de estudantes, moradores dos bairros, professores, além de conseguir atropelar a direção pelega do sindicato (BATISTONI, 2001).

Importante destacar que, embora não seja nosso objeto de análise, o ano de 1968 foi marcado por diversos acontecimentos políticos de acirramento da luta de classes em nível mundial. Sem dúvidas a conjuntura política internacional também exerceu influência sobre os países, considerando a articulação internacional dos trabalhadores e o compartilhar de formulações em torno da luta.

Não à toa ocorreu no país um Golpe em 1964, conforme apresentamos anteriormente. Desta maneira, conter o avanço da organização da classe trabalhadora em um país como o Brasil se tratava de uma necessidade que extrapolava o território brasileiro. Diante da desobediência da classe explorada e da insuficiência dos recursos ideológicos dos quais o Governo empresarial-militar lançou mão, utilizando da força bruta para tal e decretando o Ato Institucional número 5 (AI-5):

A decretação do AI-5, em dezembro de 1968, marcou o fechamento desse período de efervescência, com a institucionalização da repressão em todo seu alcance, atingindo todos os setores em luta contra a ditadura, destruindo as possibilidades imediatas de articulação, provocando a dispersão e o

isolamento, obrigando à prática clandestina. Livre da contestação social e operária, o regime militar iniciou sua política de ‘desenvolvimento com segurança’. (BATISTONI, 2001, p. 44).

O Estado brasileiro viveu uma fase de extremo alinhamento aos interesses imperialistas naquele período de 1964 a 1985, os militares publicizavam que estavam “preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária” (BRASIL, 1968). Por processos subversivos e de guerra revolucionária, leia-se, qualquer manifestação contrária à ditadura, fazendo com que o regime não enfrentasse apenas revolucionários de orientação socialista ou comunista, mas também diversos outros setores, bem menos radicalizados, como artistas, jornalistas e líderes religiosos.

Nesse sentido, Rodrigues (1999) aponta que em 1974, o regime ditatorial sofreu uma importante e pública demonstração de fragilidade quando o então único partido de oposição, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) obteve uma vitória em diversos centros urbanos no país, na ocasião das eleições parlamentares de novembro daquele ano. O autor relaciona esse evento com o contexto internacional de crise econômica de 1973 e seus impactos sobre aqueles que pagam a conta da crise, ou seja, a classe trabalhadora, bem como as movimentações de parlamentares. No mesmo sentido, Zanetti (1993) demarca que os anos de 1973-1974 sinalizaram o fim do período mais violento da repressão do regime ditatorial, destacando as divisões no interior da classe dominante em que convergiu a desilusão de setores médios diante do fracasso do dito milagre econômico<sup>13</sup> com o protesto do empresariado de São Paulo. Já no campo internacional, o autor destaca o isolamento da ditadura brasileira diante da nova política estadunidense, no que tange aos direitos humanos, empreendida por Carter<sup>14</sup>.

Diante desse contexto da ofensiva capitalista, através de regimes ditatoriais e apesar das diversas formas de repressão empreendidas pelo Estado brasileiro, a classe operária, com destaque para a categoria dos metalúrgicos, conseguiu organizar um importante movimento em torno da pauta de reajuste salarial, já em 1977. Junto a isso, ocorreu um “erro de cálculo”<sup>15</sup>, realizado pela equipe econômica do regime, em relação à inflação de 1973-1974, causando um prejuízo de aproximadamente 34,1% ao bolso dos trabalhadores (BATISTONI, 2001):

---

13 Período que durou de 1968 a 1973 e que se caracterizou por aumento do PIB e taxas baixas de inflação.

14 Jimmy Carter presidiu os Estados Unidos da América de 1977 a 1981, pelo partido Democratas. Em 2002 recebeu o prêmio Nobel da Paz, devido suas ações de caráter humanitário.

15 A equipe econômica do governo militar roubou 34% do salário dos trabalhadores devido cálculo da inflação que não era fidedigno a realidade, após descobertos, alegaram erro de cálculo.

Esta luta, em 78, se transforma numa explosão de greves, que a partir do ABC Paulista, chega até a Capital, espalhando-se em seguida, por outras cidades dos estados de São Paulo, Rio e Minas Gerais. As greves de 78, em sua maioria, são, inicialmente, greves de metalúrgicos das grandes empresas; posteriormente, se alastram e atingem setores tradicionais como a construção civil envolvendo, inclusive, trabalhadores não sindicalizados: os funcionários públicos. Esta luta, sobretudo as greves, marcam o início daquele que veio a ser chamado pelos próprios sindicalistas e muitos estudiosos de Novo Sindicalismo. Representa também, o reaparecimento do movimento sindical na cena política do país. (ZANETTI, 1993, p. 12-13).

Diante desses elementos, percebemos que a ditadura, apesar de seu aparato de repressão física, ideológica e de organização, não conseguiu impedir que a classe trabalhadora se organizasse em torno de suas pautas. O que esse cenário nos revela é que, para além da conhecida resistência a partir das organizações que pautavam a luta armada, sendo clandestinas, mais restritas e possivelmente com maior apropriação da teoria marxista, existiram também os levantes de massa, envolvendo milhares de trabalhadores a partir de pautas mais diretamente relacionadas às condições de trabalho e sobrevivência. Embora a mídia, as artes, a produção de conhecimento, estivesse sob os olhos da censura, não era possível ocultar do cotidiano da classe trabalhadora o acirramento da contradição existente entre capital e trabalho na sociedade capitalista brasileira naquele período.

Elias (2021) aponta que a política econômica aplicada pelos dirigentes da época aprofundou a *superexploração* da classe trabalhadora brasileira, sendo que o atendimento aos interesses burgueses, empreendidos pelos militares, gerou um cenário, para os que vivem do trabalho, de combinação entre arrocho salarial e instabilidade de emprego. Da mesma forma, Lara e Silva (2015) concluem que os direitos sociais e trabalhistas passaram por importantes retrocessos durante esse período, citando o fim da estabilidade do emprego (com a criação do FGTS) e a revogação do decreto de congelamento de aluguéis, portanto, o regime militar agiu para barrar qualquer avanço social ensaiado no governo de João Goulart.

Diante de tal cenário econômico os instrumentos oferecidos pela classe dominante para a classe trabalhadora era o silêncio. Se hoje discutimos como a democracia burguesa coopta os trabalhadores através da representatividade nas estruturas do Estado, à época não era dada tal possibilidade. A classe dominante precisava agir com mais cautela diante de um contexto de um bloco socialista ainda fortalecido no outro lado do globo. Porém, como a realidade não é estática e a dinâmica social é a dinâmica das classes em conflito, a soma dessas determinações desaguou em um importante capítulo da luta sindical no Brasil.

Antunes (1995) levanta tendências fundamentais do movimento grevista do período de

1978 ao final da década de 1980, das quais citaremos duas: a forma de ser das greves e as greves com ocupações de fábricas. No primeiro eixo, o autor destaca as motivações das greves, as quais passaram pela luta contra a superexploração do trabalho, contra a repressão imposta pela legislação reguladora do sindicalismo e contra o sindicalismo sem independência do Estado e patrões. Destacamos a informação sobre os metalúrgicos no cenário das greves industriais entre 1978 e 1986:

Dentro das greves industriais, destaca-se a presença metalúrgica (com 34,5% do total ou 70,9% das greves industriais), seguido dos químicos (6,7% do total). É necessário ressaltar que a maior ocorrência de greves na indústria foi, entretanto, suplantada pelo maior número de jornadas não trabalhadas junto aos assalariados médios, onde as greves têm sido marcadas por maior longevidade, além de abrangerem um amplo leque que compreende médicos, professores, funcionários públicos etc. (ANTUNES, 1995, p. 14).

Além de destacar a presença do setor produtivo nos movimentos do período do novo sindicalismo, Antunes (1995) reserva um item de sua pesquisa para tratar das greves com ocupações de fábricas, pois as ocupações no contexto do sindicalismo apresentam uma ação mais ofensiva dos trabalhadores, a qual não se vê habitualmente, seja pelas ocupações de espaços nos quais se extrai a mais valia, seja pelas consequências a partir da ocupação e a sua defesa, onde os trabalhadores organizados se organizam para conflitos com o braço armado do Estado. Os exemplos apresentados passam pela greve dos metalúrgicos de São José dos Campos (abril/maio de 1985 - duração de 28 dias), que ocuparam a fábrica da gigantesca General Motors, com ameaça de explodir as instalações da empresa caso os militares invadissem a planta. Também ocorreram ocupações na Ford em São Bernardo do Campo/SP (1981), nas siderúrgica Belgo-Mineira e na Mannesmann em Contagem/MG (1989) e na planta da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda/RJ (1988).

Outro ponto importante, dentro do contexto do Novo Sindicalismo é o salto qualitativo que o movimento sindical deu para o avanço de sua organização com a criação da central sindical:

Agosto de 1983. Cinco mil e cinquenta e nove delegados, representando 912 entidades do movimento operário-sindical brasileiro e contando com a presença de convidados internacionais, reunidos em São Bernardo do Campo – SP, no I CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras), formalizam a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. (TUMOLO, 2013, p. 105).

Em que pese a amplitude e diversidade na formação da central sindical, o que se via em um contexto mais amplo das lutas, era então um cenário configurado como que de um levante operário em várias categorias e regiões do país, com destaque para as greves dos

trabalhadores de setores produtivos do ABC paulista, somados aos entraves político-organizativos das direções sindicais vinculadas aos patrões e seus governos que ocupavam importantes instrumentos, bem como ao regime político ditatorial.

Boito Junior (1991a), por sua vez, afirmará que a intenção dos militantes do novo sindicalismo, em partes, é impraticável. Resguardado seu reconhecimento das alterações na dinâmica sindical a depender das variações conjunturais da luta de classes, afirma que não é possível avançar para o sindicalismo propagandeado pelas organizações precursoras do novo sindicalismo sem eliminar a estrutura sindical herdada do sindicalismo de Estado de Getúlio Vargas e reatualizada na Constituição de 1988 (reconhecimento e investidura sindical, unicidade sindical, impostos sindicais e taxa assistencial, ação normativa e tutelar da justiça do trabalho sobre a organização sindical).

Santana (1999), nos traz uma importante provocação sobre a produção teórica em torno do novo sindicalismo que apresenta uma perspectiva, segundo o autor, de ruptura entre o “velho” e o “novo”, em relação as práticas do movimento sindical. Para o autor, ao avançar das pesquisas, é possível identificar “vínculos de continuidade” (SANTANA, 1999, p. 110) entre esses dois momentos do sindicalismo no Brasil:

De forma inclusiva, incorporando aspectos como a política e a militância, os processos de formação da classe desenvolvidos dentro e fora dos locais de trabalho, ou ainda, o que poderia englobar ambos, as tradições e permanências observadas nas trajetórias das categorias, estas análises trazem à tona os fortes laços que vinculam períodos e práticas diferenciadas, fornecendo elementos de contraposição à leitura que separa de forma absoluta o sindicalismo de ‘antes’ e o de ‘agora’. (SANTANA, 1999, p. 111).

Embora haja leituras que apontem alguns aspectos de semelhanças no movimento sindical ao longo das décadas, é inegável a relevância e efervescência do movimento sindical brasileiro ao final da década de 1970 e na década de 1980, período compreendido como novo sindicalismo.

Mais do que a relevância do período, é possível afirmar que foram gestadas outras formas de organizar o movimento sindical. Com base no já exposto, podemos elencar alguns elementos relevantes do novo sindicalismo, sendo eles: a centralidade do trabalho de base na construção do movimento; a perspectiva de não conciliação com a classe burguesa; a iniciativa de romper com o corporativismo profissional, trazendo elementos gerais das lutas da classe trabalhadora; a crítica à estrutura do sindicato oficial, muito embora tenham empenhado esforços para a ocupação desses espaços.

A partir desse processo, importa destacar que diversas experiências mais avançadas, do

ponto de vista organizativo, foram desenvolvidas a partir das oposições sindicais, as quais tiveram importante peso na disputa dos rumos do sindicalismo das décadas de 1970 e 1980. No tópico a seguir trataremos a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

### **3.3 Histórico, composição e organização da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo**

Quando falamos em novo sindicalismo é preciso ter em mente que o termo se refere a um período de reorganização e eclosão do movimento sindical diante do cenário de piora das condições de vida da classe trabalhadora a partir da política econômica do governo militar. No entanto, apesar de compartilhar características sob as quais é possível construir uma generalização, o cenário do novo sindicalismo não era homogêneo e isento de disputas. Produto desse levante da classe trabalhadora organizada, a Central Única dos Trabalhadores, por exemplo, possuía diversos agrupamentos que já na época disputavam os rumos da central, como é o caso do CUT Pela Base. As oposições sindicais, incluindo a OSM-SP, estava nesse bojo de disputa dos rumos da CUT e do movimento sindical brasileiro.

Compreendendo que o movimento conhecido como Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – OSM-SP – é originário do contexto social anteriormente abordado nesse capítulo, ou seja, fruto e agente da notável reorganização do operariado brasileiro ocorrida no final da década de 1970 e início de 1980, é necessário avançar nas especificidades desse movimento, especialmente sua trajetória, composição e metodologia de ação na realidade

Como o próprio nome já diz, trata-se de uma oposição sindical, no caso, à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo/SP. Antunes e Silva (2015) demonstram que, quando tratamos de oposições sindicais no contexto do novo sindicalismo, não estamos falando apenas em agrupamento que se formam para disputa de um processo eleitoral visando ocupar a direção de sindicatos, uma vez que essas oposições tiveram um papel de peso no desenvolvimento do movimento sindical, cravando seu nome em importantes momentos da história, como na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Inicialmente nos interessa destacar que, embora não aqueles que estão na oposição sindical não ocupem a direção formal do sindicato, não significa que esse grupo não reivindique e dispute a direção do movimento dos trabalhadores, sendo que essa direção se dará muitas vezes através de outras vias que não as utilizadas pela direção sindical empossada, como por exemplo o trabalho clandestino dentro das fábricas, a vinculação territorial para formação de agrupamentos, entre outras.

Podemos afirmar que as respostas políticas desenvolvidas a partir das condições nas quais foram gestadas as oposições sindicais compõem um importante acúmulo do movimento sindical brasileiro. Em outras palavras, a luta sindical produzida em um contexto de restrição das liberdades democráticas, somada a presença de interventores e pelegos ocupando as direções de sindicatos que abarcam importantes frações da classe trabalhadora, tem sua importância quando pensamos em um novo momento de reorganização do movimento sindical frente às críticas e diagnósticos que apontam os entraves atuais.

Olhar para esse período e para o OSM-SP é buscar acúmulos e olhar, talvez, um exemplo, dentre outros, de um processo sindical bastante avançado, do ponto de vista da política e organização. Porém, para não cairmos em ideações deslocadas do real, vamos nos aproximar um pouco mais do que foi a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, buscando reunir elementos da sua gênese, conteúdo político e formas de intervenção na realidade.

Resgatando o histórico da categoria de metalúrgicos de São Paulo, Batistoni (2001) revela que em 1930 foi fundada a União dos Operários Metalúrgicos de São Paulo, entidade sindical associada a Federação Operária de São Paulo, agremiação com orientação política anarco-sindicalista, a qual reunia sindicatos de trabalhadores na construção de um sindicalismo livre e independente do Estado. Na sequência, no ano de 1932, já sob o governo de Getúlio Vargas, é fundado o Sindicato dos Operários Metalúrgicos da Grande São Paulo, este reconhecido pelo Estado conforme legislações sindicais da época e as quais já abordamos nesse capítulo.

A resistência dos militantes que se opunham ao sindicato oficial, vinculado e tutelado pelo Estado durou até cerca de 1935, uma vez que, conforme debate trazido anteriormente, a associação ao sindicato oficial, reconhecido pelo Estado, era pré-requisito para que os trabalhadores tivessem respaldo da legislação trabalhista, bem como acessarem os benefícios de caráter assistencialista nos campos da saúde e jurídico oferecidos pelas entidades sindicais. Já próximo ao golpe empresarial-militar, no ano de 1962, esse sindicato se desmembraria em três sindicatos distintos, separando territorialmente três bases de operários: Guarulhos, Osasco e São Paulo (COELHO, 2007).

Ainda no contexto pré-1964, Batistoni (2001) apresenta as principais tendências no interior do movimento sindical, sendo os “vermelhos” – formada por sindicalistas e comunistas, os “amarelos” – defensores do sindicalismo oficial, alinhados ao Ministério do Trabalho, responsáveis pela criação do Movimento Sindical Democrático, de orientação anticomunista e que após o golpe militar forneceu à ditadura força de trabalho para atuar como interventores nos sindicatos; os “renovadores” – com composição bastante heterogênea que abarcavam

católicos de esquerda, socialistas, comunistas dissidentes e lideranças sindicais sem vinculação com organizações políticas, esse grupo fazia oposição a política do Partido Comunista Brasileiro – PCB.

Ainda acerca do período anterior ao golpe de 1964, o Sindicato dos Operários Metalúrgicos da Grande São Paulo, ocupou papel político de destaque nas greves de 1953, 1957 e 1963 (já desmembrado), bem como nas lutas mais amplas referentes às reformas de base propostas pelo governo de Joao Goulart (COELHO, 2007).

Após a instauração do regime empresarial-militar, os “amarelos”<sup>16</sup> passam a dirigir o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, atuando como interventores. Faria (1986) chama a atenção que para efetivação dos planos do capital e militares para o Brasil não se devia exterminar os sindicatos, uma vez que há muito serviam ao Estado capitalista, sendo importantes instrumentos de hegemonia. O objetivo da intervenção era tomar a direção do sindicato da mão dos trabalhadores e colocar nas mãos dos patrões, através de seu Estado, que naquele momento assumia uma roupagem em que a conciliação de classes não era uma questão posta.

Faria (1986) nos traz um dado muito importante para termos a dimensão das intervenções do governo empresarial-militar nos sindicatos brasileiros: 70% dos sindicatos com 5.000 membros ou mais sofreram intervenção, totalizando 536 intervenções no país de 1964 a 1970. Junto a isso, as legislações de Vargas são retomadas para garantir o controle do Estado, através do Ministério do Trabalho, sobre os recursos financeiros dos sindicatos, bem como vetar candidaturas de dirigentes sindicais ou afastá-los dos cargos após eleitos.

No que tange ao sindicato dos metalúrgicos de São Paulo a intervenção do governo militar durou até 1965, ano em que os interventores montaram chapa em processo eleitoral de chapa única e assumiram a diretoria do sindicato. As ações da diretoria do sindicato envolveram a denúncia de 1800 delegados sindicais, sendo a maioria deles próximos ou militantes do PCB, assim como o avanço na burocracia administrativa e serviços assistenciais (BATISTONI, 2001). Coelho (2007) sintetiza que a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo/SP conseguiu articular, para além do apoio à repressão, também a demagogia. Essa última era exercida através de falas inflamadas em assembleias, ameaças de greves e aparentes críticas ao regime militar, porém na prática aplicavam uma política de denúncia das lideranças combativas ao regime.

---

<sup>16</sup> A terminologia “sindicalismo amarelo” começou a ser utilizada ainda no final da primeira década do séc. XX para designar sindicalistas alinhados com os patrões e o Estado, enfraquecendo as organizações da classe trabalhadora.

Observa-se com isso que a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo durou apenas o período estritamente necessário para varrer direção e militância que pudessem ser entraves aos desejos patronais, agitando a base do então maior sindicato de trabalhadores da América Latina considerados o número de trabalhadores referenciados, o qual carregava em sua história recente destacada participação nas greves de 1953, 1957 e outubro de 1963, as três somando um montante de 1.700.000 trabalhadores com suas atividades paralisadas (FARIA, 1986). Além do peso na luta econômica, nas questões reivindicatórias, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo teve um papel de destaque nas lutas populares em apoio às reformas defendidas por João Goulart, bem como nas articulações com outros sindicatos através de espaços como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Com a presença dos interventores, a desarticulação do movimento sindical dos metalúrgicos de São Paulo/SP teve como ação exitosa perseguição política dos 1.800 delegados sindicais alinhados principalmente ao PCB. Destaca-se que o governo escolheu Orlando Malvezzi como interventor, indivíduo que contava com apoio de outros metalúrgicos, como Joaquim Santos Andrade, interventor no sindicato dos metalúrgicos de Guarulhos e que pertencia aos círculos operários, organização direitista ligada a fração conservadora da igreja católica e que fazia oposição a direção do sindicato antes do golpe (FARIA, 1986). O resultado foi o esmorecimento do movimento, uma vez que esses delegados sindicais foram presos ou perderam seus empregos, desorganizando totalmente o movimento, além de imputar medo aos demais trabalhadores.

A partir dessa análise, Faria (1986) organiza em três eixos ou planos a ação do sindicato dos metalúrgicos nos primeiros quatro anos após o golpe, sendo eles: ação burocrática-legal, isto é, conduzindo as tarefas que se espera de um sindicato, como eleições sindicais e campanhas salariais, porém sem empenho e de forma demagógica, cumprindo os protocolos legais em busca de legitimidade frente a categoria; forte política assistencialista, com criação de cooperativa de consumo, fornecimento de bolsas de estudos, criação de colônia de férias, viabilização de atendimento médico, entre outros; repressão policial, através de relações com órgãos policiais, delação de trabalhadores ligados a movimentos de oposição e inclusive, conforme denúncia de trabalhadores, viabilização da participação de agentes do DOPS<sup>17</sup> em

---

<sup>17</sup> Departamento de Ordem Política e Social – trata-se de uma polícia política que surgiu em 1924, porém teve uma atuação importante durante o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura empresarial-militar. Em São Paulo/SP o local funcionava próximo à Estação da Luz, na região central. O Dops realizava investigações, prisões e torturas de opositores dos regimes. Atualmente a sede do Dops de São Paulo/SP deu lugar ao memorial da resistência, importante espaço de preservação da memória das barbáries cometidas durante a ditadura empresarial-militar brasileira.

assembleias que discutiam a organização do movimento.

Esta era mais uma das expressões do fato de que os trabalhadores não acessavam o dito milagre econômico operado pelos militares em aliança com os empresários, e sim o oposto, o arrocho salarial era estrondoso nos lares dos trabalhadores brasileiros. Não por acaso era necessário polícia na assembleia dos trabalhadores e interventores no sindicato, uma vez que a via da conciliação onde a classe dominante cede algumas migalhas à classe trabalhadora não estava na ordem do dia. E foi desse cenário de terra arrasada que brotou a resistência, em alguns períodos de forma subterrânea, longe do alcance do olhar do algoz.

Com isso, o golpe de 1964 não havia eliminado a contradição entre capital e trabalho, nem tampouco as concretas expressões dessa relação, muito pelo contrário, como visto no primeiro capítulo desse estudo, a ditadura veio para operacionalizar interesses do capitalismo monopolista no Brasil, piorando as condições de vida da classe trabalhadora de uma forma geral, ao mesmo tempo que o avanço industrial aumentava a concentração desse proletariado, lhe dando possibilidades de outros contornos.

Porém mesmo antes do golpe, no interior do movimento sindical, já havia críticas à política de colaboração de classes empreendida pelo PCB. Efetivado o golpe que escancarou o quão equivocada estava a orientação política do partido, surgiram cisões e novas organizações que, atinentes ao movimento operário, criticavam: a política de alianças do PCB, que optou por se aliar a uma pretensa burguesia nacional; o cupulismo no movimento sindical, o qual resultava em uma não realização de trabalho junto as bases; e a crítica à estrutura sindical (FARIA, 1986).

Nesse sentido, o autor aponta dois alicerces na fundação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo:

Todos os depoimentos coletados apontam no sentido de dois troncos fundamentais que estão presentes nas origens da Oposição Metalúrgica de São Paulo. O primeiro de origem católica, particularmente a JOC, e o segundo de origem comunista, frações sem maior organicidade, ex-militantes isolados que não tinham espaço dentro do sindicato etc. (FARIA, 1986, p. 71).

Os motivos que elenca são o fato de que esses núcleos católicos tinham maior proximidade com o operariado, através da JOC (Juventude Operária Católica), bem como priorizarem uma atuação mais organizada junto a base e terem mais espaço, uma vez que eram igreja, para a atuação políticas nos anos sequenciais ao golpe. Os comunistas viviam uma realidade diferente, uma vez que precisavam se reorganizar e sofriam maiores perseguições, de imediato.

Em 1966, dois anos após o golpe e a intervenção no sindicato, se iniciaram as

articulações para formação de chapa que concorria à diretoria do sindicato. Em 1967 ocorreram eleições e se apresentou a chapa de oposição, composta por sindicalistas católicos – ligados à Ação Operária Católica (ACO), organismo criado a partir da Juventude Operária Católica (JOC) –, sindicalistas insatisfeitos com a diretoria e rumos do sindicato e ex-militantes e simpatizantes do PCB, conforme demonstra Batistoni (2001).

Durante esse processo, destacou-se a existência das greves de 1968 de Contagem-MG e Osasco-SP como fatores importantes para a organização do porvir da OSM-SP, bem como da influência da prática da JOC no interior do movimento sindical. Conforme apresenta Santos (2015), a partir das práticas de organização do operariado pela JOC, a partir do chão das fábricas, ou seja, dos seus locais de trabalho, se estabeleceu o desenvolvimento de algo muito caro aos trabalhadores organizados em torno da OSM-SP, as comissões de fábrica.

Trata-se do trabalho mais clandestino, por fora da estrutura oficial do sindicalismo de Estado, vinculado à base, e assim, de extrema relevância para a necessária reorganização do movimento sindical em tempos de repressão policial e alinhamento das diretorias dos sindicatos aos interesses empresariais e militares. Desse período relembramos as importantes greves ocorridas em Contagem/MG e Osasco/SP, por metalúrgicos, já citadas anteriormente, como importantes referências políticas para o desenvolvimento da OSM-SP.

Debruçando-se sobre a composição na formação da OSM-SP, Batistoni (2001) organiza e caracteriza os grupos da forma apresentada a seguir. O primeiro se trata dos católicos, os quais podiam ser caracterizados por suas concepções anticupulistas, conseqüentemente partindo da defesa de um movimento sindical organizado a partir da base, sendo que essa fração tinha importantes acúmulos e proximidade com o operariado a partir de suas atuações cotidianas e contínuas nos setores periféricos das grandes cidades, com o uso dos equipamentos religiosos localizados nos territórios. Os militantes de organizações de esquerda compõem o segundo grupo, a citar Ação Popular (AP), Organização Comunista Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO) e da Organização Comunista 1º de Maio, com características em comum da crítica à política do PCB para o operariado antes de 1964 e pela autocritica do cupulismo e ausência de democracia de base nos espaços políticos e operários, bem como posicionados contrariamente à luta armada. Em relação ao PCB, destaca-se que não foi o partido que compôs diretamente a OSM-SP, mas sim ex-ativistas e simpatizantes.

O terceiro grupo são os chamados sindicalistas, militantes do movimento sindical sem vinculação às organizações políticas, os quais podem ser subdivididos em dois, o primeiro era ligado a um quadro auxiliar de interventor, que compôs a chapa da diretoria do sindicato em 1967, porém deixou a gestão, juntamente com o segundo, ligado ao setor recreativo do

sindicato. A partir da composição apresentada, a autora destaca que

A heterogeneidade original da OSM aponta, desde sua origem, as dificuldades que teria de enfrentar internamente para a conformação de uma unidade caracterizando-se como uma frente de trabalhadores individuais, com gêneses políticas e ideológicas diversas, e não de uma aliança entre setores de esquerda para atuar no movimento sindical. (BATISTONI, 2001, p. 47).

Faria (1986) aponta que desde a formação da primeira chapa, a qual disputou as eleições em 1967, a defesa era que fosse criado um movimento de oposição que ultrapassasse o período de eleições sindicais. A OSM-SP deveria ser um movimento que fizesse oposição a estrutura sindical da época, agindo para atacar a falta de trabalho de base, de uma central sindical, da dependência do Ministério do Trabalho e o caráter assistencialista do sindicato.

Em 1967 a Chapa Verde, chapa da oposição, disputa as eleições para a diretoria do sindicato. Em seu programa constavam questões como revogação da lei de greve, luta contra a lei do arrocho, revogação da lei do FGTS, realização de assembleias gerais, trabalho de base nas portas de fábricas, além de denúncia contra a direção do sindicato, apontando suas práticas antioperárias. Na outra ponta estava a Chapa Azul, integrada pelos interventores de 1964, com um programa fortemente dedicado ao assistencialismo, porém também traziam as reivindicações de revogação da lei de greve e revisão das leis do arrocho salarial, bem como revogação da lei do FGTS. Também se inscreveu uma terceira chapa, laranja, para dividir os votos da oposição, sendo que o resultado ficou 10.355 para Chapa Azul e 6.649 para a chapa de oposição, levantando uma avaliação que sem a participação da chapa laranja haveria uma polarização maior entre oposição e situação, o que desencadearia a derrota da chapa dos ex-interventores (FARIA, 1986).

Findada as eleições, e com a derrota da chapa da oposição, parte do grupo se afasta enquanto outra parte segue tocando as tarefas da oposição, que naquele momento se tratava de ir à porta das fábricas e fazer o trabalho de base, orientado pelos boletins que eram confeccionados. A oposição havia deliberado também que era o momento de realizar filiações dos trabalhadores ao sindicato, estratégia para que aqueles que estavam insatisfeitos com a diretoria do sindicato passassem a ter direito a voto, podendo vir a apoiar e votar na chapa da oposição nas eleições futuras.

Se a derrota desanimou parte dos metalúrgicos que acreditaram na vitória da Chapa Verde e assim a retomada do instrumento para a luta, em 1968 ocorre um fato que sem dúvidas aquece a militância: dirigida pelo grupo de oposição que havia ganhado as eleições no sindicato dos metalúrgicos de Osasco, ocorreu a greve mais importante do pós-1964. Os trabalhadores

da empresa Cobrasma foram a vanguarda do movimento grevista, que reuniu cerca de 6.000 trabalhadores. Conforme apontado por Faria (1986), tanto a vitória da oposição nas eleições em Osasco quanto as dimensões do movimento grevista em 1968 têm uma raiz que se construiu inclusive nos anos anteriores ao golpe, as comissões de fábrica:

Os trabalhadores eram eleitos diretamente em todas as seções da fábrica, a executiva tinha tempo livre para percorrer a fábrica, participavam dela trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, a assembleia geral era a instância máxima de decisão, renovava periodicamente seus membros podendo ser destituídos caso a assembleia geral decidisse e havia independência em relação ao sindicato. (FARIA, 1986, p. 81).

No decorrer desse processo, a comissão de fábrica da Cobrasma, com seu estatuto próprio, representava um rompimento com a política sindical tocada anteriormente ao golpe, pois naquele contexto os delegados sindicais tinham a função de repassar a política decidida na diretoria do sindicato, ao contrário da comissão que guardava autonomia para organizar o trabalho sindical dentro da fábrica (FARIA, 1986). E como dito, a organização sindical com enraizamento na base deu bons frutos e ficou registrada como referência histórica para trabalhadores de outros locais.

Para além da assertiva na relação com as bases, a greve de 1968 em Osasco avança em outros acúmulos para o movimento sindical: ocupação de fábricas, sequestro de chefias, piquetes de auto-defesa, comando de greve eleito pelos grevistas (FARIA, 1986). Apesar de violentamente reprimida, a experiência de Osasco ajudou a reacender a Oposição Metalúrgica em São Paulo/SP e, mais que isso, a experiência da Cobrasma mostrou que de fato era preciso avançar em um movimento sindical que tivesse o trabalho de base como um dos seus pilares, rompendo com o movimento sindical cupulista.

Considerando esse histórico Faria (1986) sistematiza algumas características gerais da OSM-SP: a prática de base, em contraposição a prática de cúpula, utilizando-se principalmente das comissões de fábrica para manter esse trabalho dentro da fábrica vivo e dinâmico; se no período anterior (antes de 1964) o entendimento hegemônico no movimento sindical era de que a estrutura sindical era uma conquista dos trabalhadores e que deveria ser aperfeiçoada, na OSM-SP havia um debate contra certas questões da estrutura como vinculação ao ministério do trabalho, necessidade de uma central sindical e crítica ao assistencialismo, porém se frisa que a preocupação central era democratizar o sindicato e tirar os pelegos da diretoria, com pouca crítica a estrutura sindical em si – essa feita por alguns militantes, não sendo uma política geral da OSM-SP; a centralidade do local de trabalho, da fábrica, como espaço mais importante da luta operária.

Se forma então essa arma potente na luta de classes chamada Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, logo nos anos posteriores ao golpe empresarial-militar e todos seus instrumentos de repressão aos movimentos sociais. Em reação as diversas mobilizações ocorridas no ano de 1968, a ditadura instaura o Ato Institucional número cinco, conhecido como AI-5, representando um maior recrudescimento do regime.

Santos (2015) aponta que nesse período mais duro, com maior perseguição, prisões e mortes de lideranças dos movimentos sociais e sindical, a OSM-SP arrefece, ficando mais limitada a núcleos obviamente clandestinos, porém seguia na produção de jornais que eram distribuídos aos operários também de forma clandestina. Nesse período, a OSM-SP tem dois de seus militantes assassinados pelo regime, o primeiro nas manifestações de 1º de maio de 1970 e o segundo em dezembro de 1971, mais tarde foram assassinados mais dois militantes, em 1976 e 1979. O AI-5 só foi revogado em dezembro de 1978.

Olhando mais para esse período mencionado, Faria (1986) aponta de que 1970 a 1976 o proletariado brasileiro dobra seu número, tornando a fábrica um importantíssimo espaço das lutas. Nesse período a OSM-SP não desenvolverá seu trabalho apenas nos períodos de eleições para a diretoria do sindicato ou nas campanhas salariais, mas principalmente no cotidiano do trabalho nas fábricas, com objetivo de construir grupos de fábrica. Esses grupos, formados por cinco, dez, quinze operários, eram responsáveis por distribuir os jornais e articular lutas por melhorias de condições de trabalho dentro das fábricas, por direitos como insalubridade, hora extra, equiparação salarial:

Sob esse silêncio relativo operários descobriam a sua força e aprendiam a resistir à nova realidade imposta pelo capital. Grupos de operários de oposição propunham-se estar junto com os operários, fazer junto com os operários e repensar a luta operária e sindical no país. E estarão durante todo o período avaliando o seu trabalho nas pequenas lutas possíveis. Reprimidos nos pequenos conflitos, punidos com a demissão, inqueridos pelos órgãos policiais, imediatamente exilavam-se em outras fábricas e tratavam de socializar a experiência adquirida. (FARIA, 1986, p. 132).

Importa destacar o cenário desses locais de trabalho, onde mesmo com tanta repressão e medo, os trabalhadores se organizavam e resistiam. Para além do cenário econômico, o qual já citamos aqui, com arrocho salarial, grande crescimento econômico para o capital e diminuição do salário-mínimo real para os trabalhadores, somado a perda de estabilidade trazida pela aprovação do FGTS.

Algo que foi muito presente no período mencionado, também responsável pelo dito milagre econômico, foi o aumento da produtividade nas fábricas. Nesse sentido, são diversos

exemplos trazidos por Faria (1986), o qual reuniu em seu estudo entrevistas com operários metalúrgicos e reportagens da época, além de conteúdo de boletins de fábrica formulados pela OSM-SP, citaremos a seguir alguns.

O primeiro deles refere-se ao aumento da velocidade das máquinas e aumento das horas extras obrigatória, Faria (1986) traz um dado em relação a produção da Volkswagen do Brasil, gigantesca do setor de montagem de veículos automotores, sendo que a média de produção saltou de 10,4 veículos por empregado em 1971 para 14 veículos por empregado em 1973. Na filial da Philco, empresa estadunidense de produtos eletrônicos, a OSM-SP denunciava uma grande quantidade de desmaios ocasionados pela intensificação da exploração do trabalho, apontando que a empresa deixava macas nas seções da fábrica para remoção do trabalhador que desfalecia, tão comum eram as ocorrências.

Somado a essas situações, Faria (1986) também destaca a opressão realizada nos locais de trabalho com objetivo de garantir maior produtividade e controle total sob o trabalhador. Era comum a utilização de mecanismos como funcionários específicos para vigiar os trabalhadores a não irem, por exemplo, ao banheiro durante o expediente. Os operários, conforme relatos, urinavam em sacos de estopas ou garrafas que ficavam junto as máquinas.

Nesse período surge a Unidade Metalúrgica na Luta (UML), uma espécie de face clandestina da OSM-SP. A justificativa era a perseguição política diante do fato da OSM-SP não ser uma organização secreta, o que fazia com que se corresse maior risco em veicular em seus jornais propaganda mais direta contra o regime. A UML foi formada por cerca de 50 metalúrgicos e possuía núcleos em diversas regiões da cidade de São Paulo. As reuniões da organização duravam aproximadamente dez minutos e podiam contar com a presença de no máximo três militantes, conforme deliberava o estatuto.

A composição era a mesma da OSM-SP: operários ligados a JOC, organizações de esquerda e alguns sindicalistas independentes. O objetivo era organizar grupos nas fábricas e o principal mecanismo para isso eram contatos individuais. Para a agitação política o principal instrumento era o jornal, sendo que apenas um exemplar passava nas mãos de dezenas de trabalhadores (FARIA, 1986).

A partir de 1974 houve uma multiplicação dos grupos de fábrica vinculados a OSM-SP, sendo que a sinalização da abertura política a partir da vitória do MDB nas eleições de novembro de 1974, lutas com resultados positivos a partir de greves e intensificação das mobilizações em bairros (GRAZIA, 2017). Nesse mesmo ano toda a coordenação da OSM-SP é presa, com cerca de 50 militantes permanecendo encarcerados por vários meses.

A rearticulação da OSM-SP foi possível devido ao enraizamento nas bases, sendo a

principal expressão um grupo nomeado de interfábrica, que reunia diversos operários demitidos da empresa Villares, que conseguem se manter e em sua composição reunir operários de dez fábricas da região. Em 1975 a OSM-SP não consegue montar chapa para as eleições, porém consegue recompor sua coordenação, com dezesseis membros, tendo por objetivo fortalecer o trabalho de base nas diversas fábricas e lutar contra a estrutura sindical vigente. (GRAZIA, 2017).

Em 1977 a OSM-SP lança o jornal “Luta Sindical”, que seria o instrumento de comunicação da oposição até 1984:

O primeiro número sai em 1976 com 500 cópias. Durante todos esses anos o jornal serviu para divulgar lutas de fábricas, propagandear a organização das comissões de fábrica, denunciar as condições de vida dos trabalhadores, a ação dos pelegos à frente do sindicato, propor uma nova forma de sindicalismo, levar, enfim, aos trabalhadores uma análise de conjuntura a partir da visão e das propostas políticas da OSM. (GRAZIA, 2017, p. 40).

Já no final da década de 1970, com o avanço das greves de trabalhadores em 1978, na qual os grevistas “rejeitam a intervenção do sindicato, reconhecem a OSM como direção e movimento assume um caráter de protesto não só contra os baixos salários, mas também contra os sindicatos não representativos” (GRAZIA, p. 41, 2017). Dando sequência, a OSM-SP consegue realizar seu primeiro congresso em 1979, sendo deliberação desse encontro a formação de uma central única de trabalhadores.

Destacamos, por fim, o envolvimento dos militantes da OSM-SP na criação das Associações de Trabalhadores por regiões na cidade de São Paulo/SP. Grazia (2017) aponta que entre 1978 e 1982 foram criadas sete associações na capital paulista, todas formadas em locais onde já existiam núcleos da OSM-SP, sendo que carregavam importantes acúmulos oriundos da oposição. A autora caracteriza as associações a partir de estudo detalhado da ATRM – Associação de Trabalhadores da Região da Mooca, sendo alguns elementos que nos interessam: a maior parte da direção deveria ser composta por operários sem cargos de chefia, além disso os associados deveriam ser exclusivamente pertencentes a classe trabalhadora; deliberou, entre seus objetivos, ser um espaço para favorecer a organização independente da classe operária, propiciar a articulação entre diversas categorias de trabalhadores existentes na região e exercitar a prática da direção coletiva.

Fica evidente que as associações tinham uma forte orientação para a organização da militância nas fábricas, ou seja, o trabalho sindical, sendo inclusive acusadas de ser um sindicato paralelo. Ocorre que, conforme trazido por Grazia (2017) os militantes da OSM-SP,

após a ampliação dos movimentos com as greves de 1978, começaram a sentir dificuldade em contar apenas com o espaço físico das igrejas, dado o aumento das atividades presenciais.

As associações contribuíam também para aproximação de trabalhadores de outras categorias, além de ser espaço de formação política e atividades culturais, que aglomeravam os trabalhadores. Porém, mesmo com as associações formadas, o trabalho da OSM-SP continuou. Interessante destacar que avaliações de militantes da OSM-SP compiladas por Grazia (2017) apontam uma dificuldade de organização da oposição após as greves de 1978/79 devido a um grande número de demissões de operários que compunham a oposição, pois, nesse momento de efervescência eles saíram da condição de clandestinos, facilitando a perseguição e demissão.

Frente aos desafios colocados, em 1983 a OSM-SP convocou um encontro chamado “Primeiro Encontro de Fábricas de São Paulo” com o objetivo de retomar o processo de mobilização a partir dos organismos de fábrica. No fim daquele ano se constatou que a OSM-SP estava com dificuldade de chegar nas fábricas (GRAZIA, 2017). Em 1984 esse afastamento foi confirmado nas urnas, com nova derrota do grupo de oposição nas eleições para a diretoria do sindicato:

A oposição como um todo (agora chamada de Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo) ainda tenta durante toda a década garantir o trabalho nas fábricas, constituindo agora basicamente no ‘acompanhamento’ de fora para dentro, limitado a distribuição de jornais/boletins nos portões das fábricas. (GRAZIA, 2017, p. 157).

Somada a demissão dos militantes da OSM-SP por perseguição, influi no refluxo da oposição o cenário catastrófico de desemprego em massa que assolou os trabalhadores na década de 1980, donde gerou diversos movimentos contra o desemprego. Grazia (2017) aponta ainda que as tarefas de construção da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, com a perspectiva de atuar nos espaços institucionais que de desenhavam com a chamada transição democrática, consumiu os militantes com mais experiência, que por sua vez não conseguiram mais investir tempo e militância nos incipientes grupos de fábrica ou em outras ações diretamente com a base a partir da militância centrada nos locais de trabalho.

Observa-se então a importância da OSM-SP para o movimento sindical brasileiro e em especial a participação dessa oposição, junto com outros agrupamentos, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, na conformação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, importante expressão do novo sindicalismo.

A interlocução entre diferentes setores do movimento operário no interior da OSM-SP apresenta riqueza ímpar do ponto de vista da apreensão da realidade operária-sindical da época

a partir da investigação do que ali foi produzido. Pudemos observar que as condições adversas na qual a oposição foi gestada possibilitou, como saldo positivo, o desenvolvimento de metodologias, como as comissões de fábricas, o trabalho clandestino desenvolvido durante os anos mais duros do regime empresarial-militar e a crítica ao sindicalismo de Estado, embora existissem ressalvas com relação a essa última.

Diante desses elementos que demonstram parte da complexidade que configurou a formação e o desenvolvimento da OSM-SP, nos ateremos no próximo capítulo, a investigar a luta por saúde pública nesse mesmo período estudado.

## **4 LUTAS POR SAÚDE PÚBLICA E MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Até aqui conseguimos avançar em alguns debates importantes para a análise mais apurada do nosso objeto de pesquisa, buscando alcançar os objetivos pré-determinados. No primeiro capítulo trouxemos discussões de base acerca da leitura da organização social de tipo capitalista, bem como as particularidades da sua fase monopolista no período temporal estudado. Na sequência dedicamos um capítulo da pesquisa para abordarmos o movimento sindical no Brasil, em especial o denominado novo sindicalismo, apresentando a oposição sindical metalúrgica de São Paulo e seu papel de destaque enquanto oposição de relevância ímpar no movimento sindical brasileiro no contexto do novo sindicalismo.

Diante disso, abordamos primeiramente nesse capítulo discussões em torno da política social entendida a partir da luta de classes, campo no qual se encontra nosso objeto de pesquisa.

Em seguida, apresentamos discussões que relevam as lutas por saúde pública no Brasil no período estudado, adentrando no contexto da luta pela reforma sanitária, bem como sistematizamos acúmulos teóricos produzidos ao longo das últimas décadas sobre a relação movimento sindical *versus* luta por saúde pública. Com base nisso, analisamos os dados coletados sobre a oposição sindical metalúrgica de São Paulo, os colocando em movimento a partir das elaborações teóricas produzidas acerca do objeto.

### **4.1 Breves apontamentos sobre as políticas sociais na sociedade capitalista/Perspectiva de análise das políticas sociais frente à complexidade da dinâmica social**

Antes de entrarmos no debate específico da política de saúde pública no país nos parece importante apresentar brevemente algumas questões em torno das políticas sociais. Esse campo de estudo é atravessado, assim como o estudo de outros fenômenos sociais, por diversas perspectivas teóricas-metodológicas. Como enunciado anteriormente, optamos pelo método materialista histórico-dialético para desvendar nosso objeto, porém, destacamos que mesmo dentro do campo marxista, existem leituras divergentes quanto às políticas sociais. A complexidade da temática, que envolve a relação entre Estado e interesses das classes sociais em conflito, ou seja, do Capital *versus* trabalho, somada à questão em torno da emancipação da classe trabalhadora, desaguará na complexidade das análises em torno da questão.

Behring e Boschetti (2011), ao analisarem a contribuição da tradição marxista para o

estudo da política social, destacam que existem análises unilaterais e empobrecidas em torno do tema, atribuídas, de acordo com a avaliação das autoras, aos períodos de invasão positivista na tradição marxista<sup>18</sup>. Como expõe Quiroga (1991), a apropriação da teoria marxista enquanto método para leitura da realidade se deu muitas vezes através de um marxismo sem Marx, isto é, leituras através de outros autores com interpretações muitas vezes insuficientes, mecanicistas, fatalistas, conduzindo pesquisadores a resultados que não encontram a totalidade, ao contrário, a partir de abordagens unilaterais apresentam fragmentos como totalidade.

Desenvolvendo a crítica, as autoras apresentam exemplos de análises insuficientes em torno das políticas sociais:

[...] aquelas que situam a emergência de políticas sociais como iniciativas exclusivas do Estado para responder a demandas da sociedade e garantir hegemonia ou, em outro extremo, explicam sua existência exclusivamente da luta e pressão da classe trabalhadora. Em ambas predomina uma visão de Estado como esfera pacífica, desprovido de interesses de luta de classe. Também são exemplares, nessa direção, as abordagens que, ao estudar os efeitos das políticas sociais, as compreendem apenas como funcionais à acumulação capitalista, tanto do ponto de vista econômico quanto político. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 37).

As autoras seguem o raciocínio destacando que tais análises são unilaterais pois não exploram de maneira suficiente todas as contradições dos processos sociais que envolvem as políticas sociais. Porém não deixam de afirmar que as políticas sociais assumem as características citadas acima, ou seja, são produtos de lutas, bem como meios de garantir hegemonia, sendo funcionais para a acumulação capitalista. Problematizam, porém, que tais análises não consideram as políticas sociais no campo das reivindicações da classe trabalhadora, assim como é a luta por saúde pública e universal.

Lançar olhar para as políticas sociais com compromisso de não realizar uma análise unilateral exige um esforço de compreender suas determinações históricas e conjunturais, considerando o momento da luta de classes e do capitalismo no cenário estudado. Esse esforço compõe a análise que pretende ser materialista, histórica e dialética. No caso específico do nosso estudo não se trata de uma avaliação da política de saúde, mas do movimento de uma fração importante da classe trabalhadora organizada em direção à conquista dessa política social.

A partir desse objeto de estudo já eliminamos de antemão a perspectiva da política

---

18 Quiroga (1991) tratará da questão no livro “A invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social”, utilizado na construção da metodologia dessa pesquisa.

social, no caso da política de saúde, enquanto exclusivamente uma ação do Estado para exercer controle sob a classe trabalhadora ou como um mecanismo, também exclusivo, de garantir a manutenção da exploração capitalista da força de trabalho assalariada. Verifiquemos, portanto, o uso do termo “exclusivamente”, pois não podemos descartar esses caracteres das políticas sociais sob o modo de produção capitalista.

Avançando no debate da relação entre políticas sociais e a organização da classe trabalhadora em si ou para si, Tonet (2015) levanta a discussão em torno da emancipação política ou humana. Para o autor, as políticas sociais estão no âmbito da emancipação política da classe trabalhadora, sendo que quando falamos em fim da exploração do trabalho, da sociabilidade burguesa, estamos tratando da emancipação humana, ou seja, essa última se trata de uma perspectiva revolucionária enquanto a primeira, limitada em si mesma, compõe uma perspectiva reformista. Sobre os direitos conquistados, aponta que “por mais aperfeiçoados que sejam esses direitos, eles jamais poderão ultrapassar os limites que lhes são postos pela reprodução do capital” (TONET, 2015, p. 281).

De comum acordo com o autor em seu entendimento sobre as políticas sociais, não podemos deixar de citar a importância das lutas por melhores condições de vida associadas a uma estratégia revolucionária. Em nosso entendimento essas lutas podem integrar o processo de avanço da consciência de classe, em direção a uma consciência revolucionária, desde que articuladas com outras dimensões da luta pela emancipação humana, como a luta teórica e a construção de instrumentos de luta política que tenham como objetivo a revolução socialista. É nesse contexto que a luta por assistência à saúde pública, gratuita, de qualidade e 100% estatal pode estar, desde que realizada as devidas mediações. As lutas por políticas sociais, na direção das lutas revolucionárias, não podem ter um fim em si mesmas.

Tonet (2015), assim como Behring e Boschetti (2011), procura fugir da unilateralidade ao empreender seu olhar sob as políticas sociais. Para o autor as políticas sociais não podem ser simplificadas a uma ação do Estado para cooptar a classe trabalhadora, da mesma forma que também é deveras unilateral as definirmos como produto exclusivo das reivindicações da classe trabalhadora organizada. Em sua elaboração, as localiza na complexidade dos conflitos entre capital e trabalho, sendo que seu caráter, de contribuir para os interesses da classe trabalhadora ou da classe burguesa, depende “do estado da luta entre as forças em confronto” (TONET, 2015, p. 281).

Essa perspectiva nos convida a incorporar, para além da leitura das classes sociais e Estado, a dinâmica da luta de classes quando lançamos olhar às políticas sociais. Não basta fazer uma leitura apressada que abarque alguns lados da questão, como por exemplo

entendermos que a sociedade é dividida em classes sociais antagônicas, que essas classes têm interesses inconciliáveis e que a classe dominante tem como instrumento o Estado, que é utilizado de acordo com seus objetivos de dominação e exploração. A partir disso conclui-se que as políticas sociais, uma vez empreendidas pelo Estado, são unicamente instrumento de dominação da burguesia sob o proletariado, pois arrefecem a luta social ao oferecer migalhas, ao mesmo tempo que contribuem para a concepção ideológica burguesa do Estado como guardião dos interesses gerais da sociedade humana.

Tampouco incorporar a leitura da dinâmica da luta de classes nas análises da política social compreende tê-la como resultado exclusivo do êxito das pautas da classe trabalhadora em movimento. Essa perspectiva esconde a complexidade das movimentações da classe dominante em direção a manutenção da sociabilidade capitalista e do atendimento de seus interesses, desconsiderando também os interesses entre frações da própria classe dominante que podem estar interessadas na implementação de determinada política social a depender das linhas que se estabeleçam. Para exemplificar essa última afirmação podemos pontuar os ganhos da indústria farmacêutica a partir da assistência farmacêutica prevista no Sistema Único de Saúde (SUS), de educação privada com políticas como Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ou de empregadas contratadas pelo Estado para construção de moradias populares.

Nem sempre a classe dominante será frontalmente oposta a consolidação de políticas sociais, nem sempre um direito garantido a classe trabalhadora, que possivelmente lhe garantirá melhores condições de vida, implicará em uma derrota para a burguesia. A implementação de uma política social pode ou não se configurar enquanto uma vitória política da classe trabalhadora organizada e, se configurando como uma vitória, não significa que contribuiu para o avanço da luta emancipatória da classe, podendo estar no âmbito do reformismo.

Com isso, afirmamos que a defesa aqui exposta não nega que as políticas sociais cumprem *também* papel de arrefecer movimentos da classe trabalhadora, reforçar a concepção ideológica burguesa do Estado, e que também podem ser vitórias dos trabalhadores. É provável inclusive que apresentem nitidamente todas as implicações ao mesmo tempo.

A questão gira em torno de compreender, como colocado por Tonet (2015), em qual situação se encontra a luta entre burguesia e proletariado, qual a correlação de forças, o que a implementação da política social representa naquele momento, e se está vinculada com uma estratégia emancipatória ou não.

Assim, para que se avance com a perspectiva emancipatória/revolucionária, é preciso resgatar essa perspectiva na luta dos trabalhadores, inclusive pelas políticas ou direitos sociais,

uma vez que essa deu lugar a perspectiva reformista, de melhoramento do sistema capitalista. Para tal, segundo Tonet (2015), é preciso que o operariado volte a ocupar seu papel de direção nas lutas sociais:

Elemento essencial da tarefa prática é a centralidade política do proletariado, o que significa que este deve se preparar ideológica, política e organizativamente de modo independente e contrário tanto ao capital como ao Estado. Isto também significa que o eixo de todas as lutas deve residir fora do parlamento e do Estado. Vale enfatizar que não se trata de rejeitar as lutas nestes âmbitos, mas de subordiná-las às lutas extraparlamentares. (TONET, 2015, p. 294).

É nessa perspectiva que pretendemos lançar nosso olhar sob as lutas pela política social de saúde pública no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Não se trata, portanto, de situá-las em uma perspectiva unilateral ou romântica como um feito heroico daqueles que o compuseram, nem de forma fatalista o entender exclusivamente enquanto ação burguesa para garantir a reprodução da força de trabalho. O desafio é justamente entender as lutas por saúde pública enquanto espaço de disputas. É preciso ler a conquista do direito à saúde no Brasil a partir da arena dos conflitos entre capital e trabalho, se esforçando para não homogeneizar as organizações políticas e segmentos ali presentes.

Para isso, importa compreender melhor como se deu a luta pelo Sistema Único de Saúde no Brasil (SUS) e sua relação com a classe trabalhadora organizada, conforme seguiremos nos itens a seguir.

#### **4.2 A configuração da política de saúde pública na ditadura empresarial-militar**

Conforme a teoria da determinação social, o processo de saúde-doença deve ser entendido enquanto um processo social. Almeida (2018), explica o que seria isso utilizando-se de Laurell (1989), pontuando que o olhar da saúde-doença como processo social parte da compreensão do “nexo biopsíquico como a expressão concreta na corporeidade humana do processo histórico num momento determinado” (ALMEIDA, 2018 apud LAURELL, 1989, p. 100).

Com base nesta teoria, entendemos que a saúde-doença envolve os processos biológicos e psicológicos e neles se expressa, mas há uma subordinação destes processos ao social, que os condiciona a se expressar de determinadas formas. (ALMEIDA, 2018, p. 76).

Sob essa perspectiva o social não é apenas mais um fator que, somados a outros, determinam o processo saúde-doença, mas o pano de fundo para os processos da saúde-doença.

A perspectiva da determinação social da saúde não se trata da discussão hegemônica, multicausal, dos determinantes sociais em saúde, perspectiva na qual a saúde-doença seria influenciada por fatores de risco, sejam eles sociais, biológicos, psicológicos etc. A saúde-doença estaria diretamente relacionada ao grau de exposição a esses fatores de risco, sendo esses fatores questões casuais que necessitam de correção para que se promova saúde, em contraposição a uma determinação de natureza estrutural, do modo de produção capitalista, sob o qual se produzem processos críticos que a levam à condição de saúde-doença (BREIHL, 2013).

Na mesma perspectiva teórica Albuquerque e Silva (2014) retomam Juan Cesar García, o qual define saúde como estado de “máximo desenvolvimento das potencialidades do homem, de acordo com o grau de avanço obtido pela sociedade em um período histórico determinado” (GARCIA, 1989, p. 103 apud ALBUQUERQUE; SILVA, 2014, p. 957).

Todos os aspectos da vida humana carregam a determinação social, incluindo a saúde. Observar através da lente da determinação social é compreender o grau de desenvolvimento das forças produtivas de determinada sociedade, bem como as relações de produção ali estabelecidas, pois a realização humana está diretamente relacionada com esses condicionantes (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014). É preciso certo grau de desenvolvimento das forças produtivas para acesso a alimentação, abrigo, menor desgaste físico e risco para atividade de trabalho etc. Porém, o desenvolvimento das forças produtivas por si só não basta se não estiver articulado com as relações de produção nessa sociedade.

Na sociedade capitalista a produção de bens, através do trabalho social, não indica acesso generalizado a esses bens. O desenvolvimento das forças produtivas permite avançados recursos para diagnósticos de diversas doenças, porém a esmagadora maioria da humanidade não possui acesso. Lembrando também que o desenvolvimento das forças produtivas ocorre orientado por uma materialidade, que em termos concretos, no campo de tecnologias em saúde, ocorre através de financiamento de pesquisas em determinadas áreas, atravessadas por interesses das frações da burguesia.

Porém, por motivos diversos, a classe dominante por vezes consegue se beneficiar quando o assunto é condições de saúde da classe trabalhadora, é demonstrado Hochman (2013), que ao se debruçar sobre as bases da política de saúde pública no Brasil, resgatando diversas produções que analisam esse cenário na Primeira República<sup>19</sup>, aponta a relação entre as políticas de saúde e os interesses das classes dominantes com vistas à dinâmica de desenvolvimento

---

<sup>19</sup> Período histórico inaugurado com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e findado o Golpe de Estado em 1930.

capitalista, tanto no plano nacional quanto no internacional. Esse período é dividido em dois momentos, no âmbito do movimento sanitarista, sendo que o primeiro correspondeu à primeira década do século XX, no qual Oswaldo Cruz esteve à frente dos serviços de saúde federais, sendo que o principal aspecto trabalhado era o saneamento da capital federal (Rio de Janeiro/SP) e combate a algumas epidemias presentes no período.

A política de saúde do período tinha como objetivo principal combater os prejuízos, no âmbito do comércio exterior, causadas pelas degradantes condições sanitárias da capital federal e de seu porto (CASTRO SANTOS, 1987; COSTA, 1985 apud HOCHMAN, 2013). O mesmo ocorria no porto de Santos e na capital paulista, sob a mesma lógica do comércio exterior, associada também a preocupação com a política de imigração da cafeicultura paulista (BLOUNT, 1971; 1972; CASTRO SANTOS; 1993; RIBEIRO; 1993; apud HOCHMAN, 2013).

Já o segundo momento do movimento sanitarista daquele período - compreendido como das décadas de 1910 e 1920 – teve como característica fundamental o foco no saneamento rural, em particular o combate as endemias presentes nesse meio. Em avaliação desse segundo momento Hochman (2013) defenderá que um forte caráter nacionalista impulsionou as políticas de saúde, dado a partir da revelação das condições de saúde dos habitantes dos “sertões” brasileiros, ou seja, uma população que inicialmente se encontrava em regiões remotas do país, porém a categoria “sertões” deixa de ser geográfica e passa a ser política, uma vez exposta as condições de saúde dos moradores das periferias dos centros urbanos.

Havia uma preocupação dos diversos movimentos nacionalistas com a inexistência de um “sentimento nacional”, especialmente dessa grande parcela da população que estava sofrendo no corpo as precárias condições sanitárias, sendo que a intervenção em saúde foi vista como modo de realizar uma determinada “integração” dessa população, esquecida pelo poder pública, uma vez que “para os missionários do saneamento, qualquer solução para os problemas apontados passaria pela conscientização das elites brasileiras sobre os riscos e os custos crescentes (sanitários, sociais e políticos) da manutenção do *status quo* sanitário” (HOCHMAN, 2013, p. 73).

O decreto nº 3.987 de 2 de janeiro de 1920 cria o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), e no ano de 1923 se realiza um ato governamental que ficou conhecido como Reforma Carlos Chagas, a qual teve por objetivo ampliar o atendimento em saúde a partir do poder central (BRAVO, 2009). São ações executadas a partir do DNSP a criação da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural, bem como da Delegacia de Higiene Profissional e Industrial, medidas que tinham por objetivo dar respostas tanto a questão das epidemias no campo, quanto

das questões referentes à emergência da classe trabalhadora assalariada urbana.

Outro marco histórico importante para o estabelecimento e a configuração da política de saúde no Brasil foi a criação, em 1923, das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), através da lei Elói Chaves. As CAPs se tratava de um embrião do sistema previdenciário, eram organizadas por empresas, sendo financiadas pela União, empresários e trabalhadores, sendo que os benefícios eram proporcionais às contribuições realizadas, sendo ofertado, no campo da saúde a assistência médico-curativa e fornecimento de medicamentos.

Bravo (2009) aponta que a Política Nacional de Saúde, esboçada desde 1930 através de algumas ações, só ganhará corpo no período de 1945-1950. Nesse período foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), a partir de convênios com órgãos estadunidenses e financiamento da fundação Rockefeller, os quais elencaram objetivos para melhoria do quadro sanitário no país, porém não conseguiu alterar o quadro de alta transmissão de doenças infecciosas, além de altas taxas de mortalidade infantil e mortalidade geral. A autora demarca ainda que, até 1964, apesar das pressões do setor médico empresarial, a assistência médica previdenciária era efetivada praticamente pelos serviços próprios dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs)<sup>20</sup>.

Em síntese, nesse período se pode constatar que as intervenções de saúde pública no período se referiam a prevenção ou controle de doenças, através de campanhas ou ações direcionadas para esse fim, já a assistência médica individual ficava por conta do sistema de seguro social, de caráter limitado aos contribuintes, bem como das instituições filantrópicas e privadas.

Constatamos no primeiro e segundo capítulo dessa dissertação que, especificamente nas abordagens que remeteram ao período da ditadura empresarial-militar, diversas ações foram tomadas para que triunfassem os interesses imperialistas. Esse contexto diz sobre um modo de viver da classe trabalhadora, como também diz de um determinado modo de adoecer, de morrer.

Soares (1976/1977) nos apresenta alguns dados importantes da realidade para apreciação do cenário colocado: pesquisas realizadas pelo DIEESE avaliando a política salarial de 1965 a 1975, com dados que denunciam o aumento da exploração do trabalho, vinte e quatro categorias de trabalhadores tiveram queda no poder aquisitivo na cifra de 30%, em contraposição ao crescimento do PIB ocorrido no mesmo período. No Brasil 72% dos que morriam, nesse mesmo período, tinham menos de 50 anos, sendo que 46,5% eram crianças, se comparado aos EUA e

---

<sup>20</sup> Ao contrário dos CAPs, que beneficiavam apenas trabalhadores de uma única empresa, os IAPs beneficiavam uma categoria profissional, por exemplo bancários, metalúrgicos, etc.

Inglaterra, 20% dos óbitos ocorriam com pessoas de menos de 50 anos. Acerca da mortalidade infantil, em São Paulo no ano de 1973 a cada 1000 nascidos vivos, 90 morreram. Em 1961 eram 60 óbitos a cada 1000 nascidos vivos. Em 1973 o PIB apresentou crescimento de 11,4%, enquanto o número de desnutridos era de 40 milhões de brasileiros, sendo que 12 milhões eram crianças. Em 1973, 70 a cada 100 estudantes que abandonavam seus cursos, era por motivos de saúde.

Bravo (2009) nos traz que, no campo das políticas de saúde no Brasil, após o golpe que instaurou a ditadura empresarial-militar, se orientou para uma prática privatista, na qual o Estado através de suas ações privilegiava os produtores privados, ou seja, os capitalistas da área da saúde. A seguir demonstraremos como isso ocorria, mas antes cabe apresentar a caracterização apresentada por Fagnani (1997) que, também em um esforço de caracterizar as políticas sociais no Brasil, defenderá que vivemos nas políticas sociais uma fase de estratégia conservadora, compreendida como o período de 1964 a 1985.

Para o autor, o qual formulações corroboram com as sínteses de Bravo (2009), nessa fase de estratégia conservadora podem-se observar cinco traços estruturais comum a diversas políticas sociais, entre elas a saúde: a regressividade dos mecanismos de financiamento; a centralização do processo decisório; a privatização do espaço público; a expansão da cobertura e da oferta de bens e serviços; e o reduzido caráter redistributivo. Esses traços possuíram especificidades de acordo com o setor, como educação, saúde, assistência, previdência etc.

O primeiro traço se refere a regressividade dos mecanismos de custeio, destacando Fagnani (1997) que no caso da saúde pública não foi definida fonte de financiamento parafiscal, isto é, não se onerou empresas privadas para que colaborassem financeiramente com a política pública. Com isso, o financiamento da saúde ficou dependendo exclusivamente de recursos do Tesouro Nacional, o que atribuiu a política de saúde um caráter marginalizado durante os anos da ditadura (FAGNANI, 1977). Em 1973 os recursos destinados ao ministério da saúde representavam apenas 1% do orçamento federal, valor extremamente irrisório se comparado ao orçamento das Forças Armadas, que engoliam 18% dos recursos da União (PONTES, 2010 apud ESCOREL, 2008).

Em relação a centralização do processo decisório no poder Executivo federal, o regime operou anulando qualquer forma de controle social, seja através da imposição do executivo sob os outros poderes, cerceamento dos direitos civis e políticos e outros mecanismos de violência característicos de regimes de exceção (FAGNANI, 1997).

Sobre a privatização do espaço público nesse período, o autor aponta que:

Outra característica da estratégia conservadora é sua extrema permeabilidade aos interesses particulares, empresariais e clientelistas. A fragilização dos mecanismos democráticos de controle e representação social facilitou o acesso de determinados atores, representantes de interesses empresariais privados (fornecedores de bens, executores e prestadores de serviço ao Estado) às principais arenas de decisão da política social. A aliança desses segmentos com os detentores do poder burocrático influenciou perversamente as políticas sociais. (FAGNANI, 1997, p.188).

Escorel (2008) refere que anteriormente ao golpe militar, a prestação de assistência médica era realizada majoritariamente pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, compostos por hospitais, ambulatórios e consultórios. Com a fundação do INPS, que aglutinou e unificou esses institutos, e sob a defesa que a rede de atenção era insuficiente, foi aprovada a assistência à saúde dos trabalhadores através da terceirização, ou seja, da contratação de serviços de terceiros, favorecendo assim o setor privado.

Aparentemente contraditória é a característica de expansão, quantitativa, da oferta ou cobertura das políticas sociais nesse período da estratégia conservadora sob os moldes ditatoriais. No campo da saúde podemos constatar essa ampliação através de alguns números: de 1970 entre 1980 o número de internações hospitalares saltou de 2,9 milhões para 11,7 milhões, já de consultas médicas o aumento da ordem de 135 milhões. O número de hospitais praticamente dobrou, saltando de 2.947 em 1964 para 5.708 em 1978; quando falamos em leitos hospitalares, entre os 1960 e 1978, a amplificação foi de 218.000 leitos (SILVA, 1984 apud FAGNANI, 1997).

Aqui fazemos parênteses nas características apresentadas por Fagnani (1997), para discutirmos a aparente contradição entre um regime onde os interesses burgueses imperavam, contando com uma assassina repressão às contestações empreitadas pela classe trabalhadora organizada, e um aumento na rede de prestação de serviços de saúde aos trabalhadores.

Para realizar essa discussão em primeiro lugar precisamos compreender as classes sociais a partir dos locais que ocupam na produção da vida material, ou seja, do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, como é o caso. Considerados os fatos históricos ocorridos durante o período da ditadura empresarial-militar, em especial a já citada perseguição aos trabalhadores, com seu teor de barbárie, é comum qualificarmos a figura do indivíduo pertencente a classe dominante, nesse caso os burgueses e seus capachos militares, como “maus”.

Essa qualificação moral, embora carregue sentido quando olhamos para nossos códigos éticos e morais mais básicos, não nos elucidam em nada no desvendar do real. Não faltam exemplos de burgueses que pagam os salários em dia, que oferecem nas festividades de final

de ano festas aos trabalhadores, que financiam projetos e programas em territórios vulneráveis etc. Da mesma forma a expansão de certos serviços destinados aos trabalhadores, como no caso da assistência à saúde, não deve ser vista como uma ação descolada do todo que compõe a sociedade.

Vejam os que essa expansão atende aos interesses capitalistas, tanto de pequenos capitalistas donos de clínicas e hospitais, quanto de capitalistas de países imperialistas, fabricantes de remédios, equipamentos, assim como outros do ramo da construção civil. A expansão avança na mesma medida em que favorece o lucro capitalista, onde a saúde torna-se mercadoria.

Bravo (2009, apud OLIVEIRA E TEIXEIRA, 1986) observa que o modelo adotado pela ditadura na construção da política de saúde brasileira favoreceu, dentre outras coisas, a criação de um complexo médico-industrial responsável por altos índices de acumulação de capital por grandes monopólios internacionais produtores de fármacos e de equipamentos médicos, bem como o desenvolvimento de uma ênfase na prática médica curativa, individualizada, assistencialista e especializada, orientada para o lucro, privilegiando setores privados.

Outra característica das políticas sociais no período, conforme apontado por Fagnani (1997) se trata do seu reduzido caráter redistributivo. No caso da política de saúde podemos apontar alguns marcadores que reforçam a avaliação do autor, sendo um o caráter contributivo para acesso a alguns serviços de saúde, através do vínculo de trabalho formal. Fagnani (1997 apud SINGER et al. 1978) ainda elenca como evidências do reduzido caráter redistributivo algumas características contidas no modelo curativo-privatista hegemônico no período: concentração dos serviços de saúde em regiões com maior desenvolvimento; marginalização das ações em atenção básica; alta ocorrência de pandemias relacionadas à miséria; taxas de mortalidade e morbidade infantil altas; elevado número de óbitos ocasionados por doenças associadas à miséria; importantes desigualdades nas regiões do país no que diz respeito ao risco de adoecer ou morrer.

Em síntese, no que tange as condições de saúde durante a ditadura, observa-se níveis muito ruins da situação de saúde da população, totalmente destoantes com a expansão da produção, isto é, do desenvolvimento das forças produtivas no país, que, se orientadas para o bem-estar comum, propiciariam menor degradação do trabalho humano e, por conseguinte, da condição de saúde. Já no âmbito da política de saúde, essa se expandiu, consolidando um papel central das instituições privadas no atendimento das demandas de saúde da população trabalhadora, mostrando que o sofrimento humano em decorrência de adoecimento era e é um importante campo de obtenção de lucro e expansão capitalista.

Menicucci (2003), também pontua que podemos caracterizar o período como de formulação e execução do “modelo médico assistencial privatista”, sendo que o Estado agiu para a compra de serviços privados de saúde, financiamento com recursos públicos para a expansão da indústria da saúde. Destaca que as instituições desse período, inicialmente vinculadas ao governo, foram ganhando autonomia e se desenvolvendo, sendo que, por outro lado, o Estado aplicou investimento para desenvolver sua capacidade de prestação de serviços públicos em saúde, especialmente nos níveis de atenção secundária e terciária.

A autora destaca que as ações dos governos com relação à assistência à saúde no espaço das instituições previdenciárias beneficiaram a constituição de uma assistência nesse campo que mescla os setores públicos e privados, e essencialmente agiu para a expansão desse último, especialmente após 1960.

Isso se deu tanto no caso do setor privado prestador de serviços de saúde, que passou a ter no setor público a garantia de um mercado cativo, quanto no setor empresarial organizador de formas privadas de assistência, também este sendo incentivado por meio da alocação de recursos financeiros públicos, que propiciaram o desenvolvimento de formas coletivas e empresariais de assistência, vinculadas à inserção no mercado de trabalho. (MENICUCCI, 2003, p. 58).

Ainda sobre a configuração da política de saúde no período, a autora traz um debate interessante em torno dos impactos políticos, do ponto de vista da articulação dos trabalhadores em torno dessa pauta:

A expansão da assistência médica se deu a partir da segmentação entre os trabalhadores, objeto das políticas. A forma corporativa que caracterizou a criação e a expansão da previdência social brasileira, e vinculada a ela a assistência à saúde de maior proporção, expressou-se como uma conquista ou uma concessão para grupos particulares de trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho. Dessa forma, na sua origem, a assistência médica pública não se constituiu em razão de objetivos universalistas e igualitários, e ao longo do tempo foram se desenvolvendo formas variadas de segmentação, que se traduziam na inserção em instituições de saúde diferentes. Uma das consequências dessa segmentação institucional foi a ausência de uma efetiva solidariedade entre os trabalhadores e de uma consciência de interdependência, de forma a constituir uma coletividade. Isso vai se traduzir posteriormente na ausência de uma sustentação política efetiva, embora ela se desse formalmente, dos trabalhadores organizados a um sistema de saúde público universal. (MENICUCCI, 2003, p. 59).

Observa-se então que além de privilegiar o setor privado, há uma conformação da política de saúde no Brasil, anterior ao regime empresarial-militar, porém aprofundado após ele, na qual os trabalhadores acessam esse direito de forma segmentada, corporativa. Não há de fato um direito para a classe trabalhadora como um todo, mas para frações dessa classe. Menicucci

(2003) inclusive adentra em uma importante discussão, a qual atravessa nossa pesquisa, que se trata justamente da participação de frações da classe trabalhadora organizada na luta por um sistema público, universal, gratuito e estatal. Para a autora esse formato historicamente configurado da política de saúde no Brasil trará consequências do ponto de vista de base de apoio social para o projeto universalizante em saúde, questão que trataremos na análise dos dados encontrados a partir da pesquisa documental e debate com as perspectivas de análise para a questão da relação movimento sindical versus luta por saúde pública.

### **4.3 Movimento Sanitário, Movimento Popular em Saúde e Reforma Sanitária**

Não só o movimento sindical se destacou nas décadas de 1970 e 1980, se reorganizando, uma vez que no bojo dos atores das lutas sociais do período podemos verificar também a existência dos movimentos sociais organizados da classe trabalhadora. O contexto de avanço do capital monopolista, acentuando a exploração e a concentração de renda, os crescentes conflitos no campo, a dura repressão do regime empresarial-militar, as péssimas condições de saúde, de moradia, transporte, entre outras questões, foram uma importante arena para o surgimento e desenvolvimento de movimentos populares tanto no contexto urbano, quanto no campo.

Conforme apontado por Elias (2018) os movimentos populares, assim como o movimento sindical, tiveram um importante peso, especialmente a partir da década 1980, na organização da classe trabalhadora em torno de suas pautas:

Diante do histórico da realidade brasileira que se configurou na década de 1980 de crise do capital, e ao mesmo tempo, de avanço do movimento sindical, das diversas lutas e organizações que representavam os interesses da classe trabalhadora, da existência de movimentos populares, que apesar de seus limites e possibilidades, passaram a ter significativa importância no âmbito das lutas sociais; destacamos que esse foi um importante período de síntese dos processos de lutas construídas até então pela classe trabalhadora e pelos setores populares no país. (ELIAS, 2018, p. 10).

Nesse contexto se insere a luta pela assistência à saúde, a qual tomou diferentes caminhos em razão dos atores que a protagonizaram, a citar o movimento sanitário e os movimentos populares em saúde.

O movimento da reforma sanitária brasileira (RSB), resultado da trajetória do movimento sanitário no Brasil, pode ser entendido como acúmulos a partir da organização de frações da classe trabalhadora brasileira em direção a conquistas de direitos no campo da saúde,

mas não só, uma vez que o compõe algo que podemos identificar como uma disputa ou luta teórica em torno da saúde e das práticas que a envolvem. Além disso, esteve atravessado pela luta pelo reestabelecimento da democracia no Brasil no período das décadas de 1970 e 1980.

Para Gerschman (2004), esse movimento, formado no início da década de 1970, que se autodenominou movimento sanitário, tratou-se inicialmente de um grupo de intelectuais, médicos e lideranças políticas do setor da saúde com forte ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como recebeu fortes influências do modelo da reforma sanitária italiana, possuindo ligações com organismos internacionais como a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS) e se alimentando de experiências alternativas de saúde de alguns municípios brasileiros, também nesse período. Escorel (1999), em seu estudo sobre o movimento sanitário, além de o localizar historicamente nos chamados “anos Geisel”<sup>21</sup>, o fraciona em três vertentes que o compõe: movimento estudantil setorial e o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), movimento dos médicos residentes e renovação médica (sindicatos) e a academia.

Tanto Escorel (1999), quanto Gerschman (2004), apontam que é em um contexto de certo abrandamento do regime ditatorial que o movimento sanitário ganha força e corpo. Além disso, partilham da constatação de que o desenvolvimento do movimento esteve relacionado a sua institucionalização.

Esse último trata-se de um ponto importante do nosso estudo sobre o movimento sanitário e o movimento de reforma sanitária, pois a avaliação sobre a ocupação ou não de espaços institucionais estará presente em importantes divergências quando abordarmos a fração popular organizada dessa luta por saúde, o Mops – Movimentos populares em saúde. Em olhar mais amplo, constatamos até então que a questão da institucionalização ou relação classe trabalhadora organizada *versus* Estado atravessa não só os debates em torno das lutas por saúde, mas também a trajetória do movimento sindical, bem como o debate sobre as políticas sociais.

Ainda sobre o desenvolvimento inicial do movimento sanitário, Escorel (1999) aponta que a partir de 1975 ocorre por parte do Estado mais investimento na área de saúde, fruto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o qual cria três importantes espaços institucionais, sendo eles o setor Saúde do Centro Nacional de Recursos Humanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a Financiadora de Estudos e Projetos, e o Programa de Preparação estratégica de Pessoal de Saúde da OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde:

Essas três frentes institucionais articularam uma rede de sustentação de projetos e de pessoas, financiando pesquisas, contratando profissionais,

---

21 Ernesto Geisel foi presidente da República de março/1974 a março/1979, durante ditadura empresarial-militar.

promovendo a articulação com as secretarias estaduais de saúde, elaborando propostas alternativas de organização dos serviços de saúde e de desenvolvimento de recursos humanos. Constituíram, portanto, as bases institucionais que estimularam o movimento sanitário em seu processo de articulação e crescimento. (ESCOREL, 1999, p. 43).

Além das várias frentes institucionais ligadas ao Estado ou organismos internacionais, articulou-se pelo movimento sanitário um instrumento de relevância para sua expansão, o já citado Centro Brasileiro de Estudos em Saúde - CEBES, fundado em 1974. A partir desse centro de estudos foi lançada a revista “Saúde em Debate”, importante publicação da área que existe até os dias atuais, assim como o CEBES. Porém, mais do que um espaço para organização de publicações da área, o CEBES se tornou uma organização que se lançou na luta por saúde e pela democracia, criando-se núcleos país afora. Parte da militância do CEBES passou a se ocupar de assessorar parlamentares, resultando em 1979 no I Simpósio sobre Política Nacional de Saúde da Câmara dos Deputados.

Nesse espaço, o CEBES apresenta o documento intitulado “A questão democrática na área de saúde”, no qual articula a luta por saúde com outras questões latentes da sociedade brasileira no período, como a luta pela democracia e contra a carestia. Na leitura conjuntural apresentada, o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (1979) revela o cenário de pauperização da classe trabalhadora brasileira, bem como os precários atendimentos em saúde e a insatisfação da população frente ao cenário. Em se tratando da relação luta sindical e assistência em saúde, o documento cita que “crescem, finalmente, as reclamações sindicais contra os convênios e contratos com as empresas médicas” (CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM SAÚDE, 1979, p. 11).

Na avaliação do CEBES (1979), a mercantilização da medicina promovida pelo governo criava esse cenário caótico da prestação de serviços em saúde, apresentando inclusive demandas de fração dos empresários do setor ao afirmar que “donos de hospitais ameaçam fechá-los porque os lucros estão baixando” (CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM SAÚDE, 1979, p. 11), ao mesmo tempo que critica a indústria da saúde.

Além da apresentação do cenário social nacional e das críticas à mercantilização, o texto traz proposições quanto a formulação de uma política de saúde que seja democrática, reconhecendo a saúde como direito universal e inalienável, extrapolando a assistência em saúde, resgatando que deve se garantir condições que proporcionem a promoção da saúde da população. Por fim, defende a criação de um sistema único de saúde, o qual seja descentralizado, versando também sobre a vinculação ao ministério da saúde e não da previdência social, com orçamento assegurado (CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM

SAÚDE, 1979).

Gerschman (2004), demarcando as trajetórias institucionais do movimento sanitário, aponta a VIII Conferência Nacional de Saúde (1986) como importante marco onde se definiu o projeto de Reforma Sanitária. A referida conferência deliberou a criação da Comissão Nacional de Reforma Sanitária, criada pelo governo com proposta a de ser paritária entre governo e “sociedade”. Porém a composição desse espaço supostamente paritário revelou que a balança pedia muito mais para o setor compreendido entre governamental e empresários da saúde. Dos 22 membros, apenas 6 eram oriundos de organizações ligadas aos movimentos da classe trabalhadora, sendo as 6 vagas divididas da seguinte forma: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Nacional dos Médicos (FNM), Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM). Os demais integrantes estavam divididos entre representantes do governo, parlamentares, centrais patronais e prestadores privados de saúde.

Em contraponto, criou-se a partir da VIII Conferência Nacional de Saúde a Plenária de Entidades de saúde, a qual tinha como objetivos articular organismos da sociedade civil e elaborar um projeto constitucional para ser apresentado ao processo constituinte. Essa plenária era composta por entidades do movimento sindical (CUT, CTG, Contag); partidos políticos (PCB, PCdoB, PT, PSB e PDT); profissionais de saúde, movimento sanitário e academia (CEBES, Abrasco, UNE, etc); Movimento Popular em Saúde (Conam e federações estaduais) e entidades das esferas estaduais e municipais favoráveis à reforma (Conselho Nacional de Secretários de Saúde e Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde). (Gerschman, 2004).

O movimento pela reforma sanitária estava, dessa forma, dividido entre esses dois espaços, com o olhar direcionado para a reorganização institucional que o país vivia, a partir do processo de reformulação da Constituição Federal em andamento. A questão prioritária do momento parecia ser obter a vitória da perspectiva reformadora em saúde através da conquista de direitos no campo institucional, seja através da aprovação do capítulo da saúde na Constituição Federal contemplando as pautas do movimento, seja através das ações do Estado que antecederam a sua aprovação<sup>22</sup>:

[...] a partir da formação da concessão produziu-se um deslocamento da luta que acontecia no âmbito social e que culminou com uma proposta de amplo

---

22 Embora a constituição federal date de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde de 1990, a Reforma Sanitária inicia em 1987, a partir da reforma administrativa da saúde e a criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS).

alcance e consenso social para o interior dos organismos estatais de saúde. A disputa pela implantação da Reforma Sanitária passou a se dar no terreno dos enfrentamentos políticos das diversas frações da tecnoburocracia do setor e a propósito, da execução dos avanços operacionais previstos pelo projeto. (GERSCHMAN, 2004, p. 56).

Ainda sobre institucionalização e forças que envolveram o movimento sanitário e, posteriormente, o movimento pela reforma sanitária, importa adentrarmos nas questões referente ao que Gerschman (2004) vai nomear como movimento social em saúde, subdivido em movimento popular em saúde e movimento médico. Para fins da nossa pesquisa interessamos aprofundar na trajetória do movimento popular em saúde. Do segundo, movimento médico, destacamos que engloba as entidades médicas, associações de caráter sindical (categoria médica), associações que regulam o exercício da profissão médica, as de caráter técnico-científico, entre outras.

Na leitura de Gerschman (2004), esse conjunto de forças pode ser caracterizado pelo alto grau de institucionalização, sendo que nos anos 1970 e início de 1980 lideraram o questionamento às políticas de saúde e formulação de proposta da reforma sanitária, sendo que a partir da metade da década de 1980 concentra suas energias nas discussões acerca do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, preocupando-se mais com os problemas de implantação da política de saúde.

No campo sindical, Campos (1988) resgata algumas ações da atuação da categoria médica a partir de seu assalariamento, citando o Movimento de Renovação Médica (REME), o qual tinha como objetivo disputar sindicatos, conselhos e associações profissionais. Destaca a velocidade de crescimento do movimento e o associa ao fenômeno do Novo Sindicalismo, sendo que se organizavam a partir das oposições sindical e em pouco tempo conquistou a maioria e mais importantes entidades médicas brasileira, a citar Sociedade de Medicina e Cirurgia (1977), Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (1977), Sindicato dos Médicos de São Paulo (1978). Além das mobilizações em torno de direitos específicos da categoria, o REME assumia em suas pautas a defesa de um sistema de saúde nacional que atendesse aos anseios da população brasileira.

Até aqui nos debruçamos acerca das lutas por saúde pública no então chamado movimento sanitário que culminará no projeto de reforma sanitária, a partir das intervenções realizadas sobre aqueles que exerciam o trabalho no campo da saúde. A produção teórica, ocorrida nos Departamentos de Medicina Preventiva de importantes universidades brasileiras, entre 1960 e 1974, se caracterizou como marco do movimento sanitário, o qual se desenvolveu através da prática e militância dos profissionais médicos, residentes, estudantes, professores,

pesquisadores, em diversos espaços, especialmente institucionais, como mostramos anteriormente.

A centralidade na academia e na institucionalização e o afastamento dos movimentos sociais têm sido questões para importantes pesquisadores desse campo ao lançarem olhar sobre o movimento da reforma sanitária. Stotz (2019), ao elaborar sobre o afastamento do Movimento da Reforma Sanitária dos movimentos sociais, bem como seu forte vínculo com o Estado, critica uma elaboração do importante sanitarista Sérgio Arouca sobre o “fantasma da classe ausente” no movimento da reforma sanitária. Para o primeiro, assim como Dantas (2017), a Estratégia Democrática Nacional, encampada pelo PCB - partido do qual Arouca era quadro, caracterizada a partir de uma leitura da realidade brasileira na qual existia um comum interesse e, portanto, uma possibilidade de aliança, entre a classe trabalhadora e uma burguesia nacional, frente ao setor latifundiário e ao imperialismo - teve forte influência no movimento sanitário brasileiro e no balanço produzido sobre ele.

Para Stotz (2019), a política empreitada pelo PCB, atuando em favor da transição democrática por vias institucionais, não olhava com bons olhos o movimento sindical de caráter mais combativo. O autor exemplifica ainda que tanto o PCB quanto o movimento da Reforma Sanitária defendiam politicamente José Sarney, fato que também contribuiu para o afastamento da classe trabalhadora organizada ao esse último ser eleito e através de sua política econômica causar uma hiperinflação. Pontua que o movimento da reforma sanitária, já no contexto da constituinte, perde base social, sendo que as lideranças estariam deslocadas de uma base, fazendo-se valer mais por suas trajetórias e vínculos com o governo federal do que pelo seu poder de mobilização de massas.

Considerando essas problemáticas, as escolhas táticas realizadas no interior do movimento sanitário e do movimento pela reforma sanitária podem ser mais bem compreendidas ao conhecermos a trajetória dos Movimentos Populares em Saúde (MOPS). Seu surgimento data do início da década 1970, ainda sob o contexto da ditadura militar-empresarial, tendo expressão em bairros pobres e periferias das grandes cidades e centros urbanos-industriais, cuja população ali presente formava associações comunitárias reivindicando melhores condições de vida, saneamento, unidades de saúde, moradia, transporte, etc. Ou seja, organizações, com base territorial, a partir do local de moradia, composta por trabalhadores, em mobilização por mais direitos.

Gerschman (2004) dedica parte dos seus estudos sobre a da reforma sanitária brasileira para tratar do MOPS. Destaca a relação entre a insurgência do movimento com a igreja progressista, assim como dos partidos de esquerda. Dividindo o movimento em fases, apresenta

uma caracterização positiva, embora carregada da visão anteriormente criticada por Stotz, como citamos.

Para Gerschman (2004), o Movimento Popular em Saúde teve algumas fases, sendo a primeira de denominada como “reivindicatória”. Data da década de 1970, momento em que simultaneamente ocorria importantes discussões no campo da saúde, referentes à medicina comunitária. Com forte vinculação com as comunidades de base da Igreja, era composto por moradores dos bairros, profissionais de saúde, estudantes, religiosos, militantes de organizações de esquerda, os quais investiam no debate e na prática em torno do acesso de frações da classe trabalhadores em condições subalternas à assistência em saúde.

Com o objetivo de socializar as práticas desenvolvidas, bem como promover articulações entre os grupos espalhados pelos centros urbanos do país, organiza-se em 1979 o I Encontro de Experiências de Medicina Comunitária (Enemec). A medicina comunitária é vista como uma “alternativa ao sistema de saúde, na medida em que o setor público de saúde se deteriorava como resultado da crescente privatização da assistência médica” (GRESCHMAN, 2004, p.95). O encontro contou com 332 participantes, sendo que a maioria dos delegados eram técnicos ligados às universidades ou secretarias estaduais e municipais de saúde. A preocupação geral era uma politização das populações de bairros periféricos por meio do debate da saúde, preocupando-se também com o desenvolvimento do movimento de forma independente.

A segunda fase do MOPS, conforme caracterização de Gerschman (2004), ocorre já na década de 1980, com realização do II Enemec. Nesse encontro, há uma alteração na composição dos delegados, que agora são em maioria representantes dos movimentos populares organizados em federações, associações de moradores, comissões de saúde, entre outros. Gershman (2004) destaca ainda o IV Enemec como um marco importante, uma vez que coloca no centro do debate a organização do próprio movimento popular em saúde, retirando a questão da medicina comunitária como eixo principal dos encontros. Conforme apresentado pela pesquisadora, organizou-se as diretrizes de atuação do MOPS a partir dos seguintes pontos:

[...] controle dos serviços de saúde pelos trabalhadores; melhoria e igualdade dos direitos previdenciários e de serviços de saúde no campo e na cidade; ações preventivas para a conquista da saúde, tais como terra para plantar e morar, salário justo, emprego, saneamento. (GRESCHMAN, 2004, p. 98).

Já nesse encontro surge o debate acerca da institucionalização do movimento, sendo optado pela não institucionalização. Avança-se também na questão organizacional, uma vez que se define coordenações e necessidades de alianças com outros movimentos sociais e sindicais que deveriam ser realizadas a partir dos locais de atuação. Para Gerschman (2004), o

IV Enemec marca uma maior politização do movimento, com tentativa de desvencilhar de lideranças técnicas e religiosas, reorganizando-se inclusive os próximos encontros, os quais passaram a contar com dois momentos: o primeiro com lideranças técnicas para avançar na formação e o segundo de discussão política dos rumos do movimento.

O V Enemec avança no debate sobre a organização do movimento, apresentando duas defesas centrais: uma a favor da institucionalização e obtenção de personalidade jurídica, com argumentos que tal fato facilitaria o financiamento do movimento e sua organização, a partir de contratação de assessores. A outra defesa era desfavorável a institucionalização, argumentada no sentido de que a institucionalização levaria ao atrelamento ao Estado e arrefecimento do movimento através da burocratização e afastamento das bases. A questão não foi revivida nesse encontro e reapareceu nos encontros posteriores (GERSCHMAN, 2004).

Em fevereiro de 1986 ocorre o VI Enemec, o qual aprovou, entre outras questões, a defesa da “estatização dos serviços de saúde e o controle dos mesmos pela população” (GERSCHMAN, 2004, p. 103).

Ainda em relação a institucionalização do Mops, ou melhor, sua não institucionalização, Greschman defende que houve uma “ausência de maturidade para absorver a institucionalização como uma exigência do processo político” (GRESCHMAN, 2004, p. 70). Para a autora, a não institucionalização e a “radicalidade”, principalmente com a defesa da estatização total da saúde, ocasionou a divisão e o “descenso” do movimento, porém, na sequência de sua elaboração, aponta que após a VIII Conferência Nacional de Saúde e o último Enemec de caráter nacional em 1987, o movimento se ocupa de atuar nas esferas municipais e estaduais devido a constituição do SUDS, tendo como tarefa central dinamizar os conselhos de saúde, focando assim na política de saúde. Em nosso entendimento a atuação nos conselhos trata-se de uma via institucional de atuação, pois estão diretamente vinculados ao Estado e seus organismos do dito “controle social”, bem como o foco dado, pelo movimento, na então política de saúde.

Outra questão que merece destaque nas elaborações de Gerschman (2004) em relação ao Mops trata-se da sua classificação política do movimento em duas “facções”, nas palavras da autora. A primeira seria a “radical, anti-Estado”, a qual faria a leitura do Estado como espaço exclusivo das classes dominantes e que esses militantes acreditavam que qualquer ação do Estado direcionada aos mais pobres teria caráter de controle. A segunda teria como base a leitura do Estado também enquanto instrumento da burguesia, porém, a partir de pressões em seu interior, poderia haver vitórias sociais no campo da saúde.

Como Greschman (2004) não desenvolve o que caracteriza como “anti-Estado”, sua

caracterização das frações do Mops fica frágil, embora seja de relevância ímpar suas contribuições para o resgate do que foi o Mops. Contudo, é possível verificar, conforme apontado por Dantas (2017), o posicionamento da autora em conformidade com o projeto de conciliação de classes defendido hegemonicamente pelo movimento de reforma sanitária.

O que também não fica explicado, além da concepção, é o desdobramento da vertente “anti-Estado” para o movimento, no que concerne à sua suposta paralisação. Se observa, conforme trazido pela autora, que o Mops possuía uma série de reivindicações direcionadas ao Estado, inclusive a completa estatização do sistema de saúde, sem participação do setor privado, proposta considerada radical pela autora. Ao que nos parece, havia uma crítica na contramão da condução geral hegemônica do movimento de reforma sanitária, relacionada a institucionalização, e, conforme apresentado anteriormente, tal crítica possuía como fundamento a preocupação em relação ao afastamento das bases sociais. Justamente uma questão que os próprios intelectuais da Reforma Sanitária debatem: a questão da vinculação ou não com as bases sociais, nesse caso, usuários dos serviços públicos de saúde, por conseguinte, em sua grande maioria, a classe trabalhadora.

Acerca dessa vinculação, mais especificamente a relação do movimento sanitarista com o movimento sindical, trabalharemos adiante a partir dos dados obtidos através de pesquisa documental. No entanto é necessário precisar que quando nos referimos as bases de sustentação política, por exemplo, do projeto universalizante e 100% estatal em saúde, essa deve ser entendida enquanto a classe trabalhadora organizada em seus instrumentos de luta, não se tratando exclusivamente do movimento sindical. Esse raciocínio é simples pois basta localizar que o movimento sindical não é igual à totalidade da classe trabalhadora, tampouco a única fração da classe trabalhadora organizada, como bem já observamos através da construção do Mops, o qual aglomerava trabalhadores que não estavam necessariamente em contrato formal de trabalho e assim passíveis de se organizarem no movimento sindical.

Apesar de aqui tratarmos da relação entre movimento sindical e a luta pela política social saúde, com determinadas características, é importante realizar a pontuação acima. Ademais, na sequência abordaremos as leituras em torno dessa relação entre o movimento sindical e o movimento por reforma sanitária.

#### **4.4 A oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a pauta da saúde: análise das publicações e deliberações**

Para analisarmos a relação da oposição sindical metalúrgica de São Paulo com a pauta da

saúde pública optamos pela pesquisa documental, elencando os seguintes materiais: jornal “Luta Sindical”, importante veículo de comunicação da OSM-SP, o qual teve a edição de número 1 em fevereiro de 1976 e a última edição em fevereiro de 1984; jornal “Olho Vivo”, também editado pela OSM-SP, sendo analisados os materiais desde a primeira edição em 1986 até a de número 50, lançada em dezembro de 1989; jornal Piquetão – Região Sul, com a primeira edição datada de agosto de 1983 até a edição nº 15, de fevereiro de 1985; jornal metalúrgicos da CUT – com edição número 1 lançada em janeiro de 1986, até a edição sem número dezembro de 1988, a qual saiu com nome “Oposição Metalúrgica”; e a “Resenha Operária”, publicação mensal destinada aos militantes da OSM-SP, sendo a primeira publicação datada de janeiro de 1989, e a última analisada a de número 08, de junho do mesmo ano; resoluções do I Congresso da OSM-SP, ocorrido em 1979; resoluções do II Congresso da OSM-SP, ocorrido em 1980; resoluções do III Congresso da OSM-SP, ocorrido em 1986; Teses apresentadas pelos setores da OSM-SP ao I Congresso da OSM-SP; resoluções dos congressos nacionais da CUT ocorridos no período: Congresso de Fundação, I Congresso Nacional da CUT, II Congresso Nacional da CUT e III Congresso Nacional da CUT.

Como critério de escolha dos documentos elencamos que trabalharíamos com os materiais produzidos pela OSM-SP nas décadas de 1970 e 1980, os quais expressassem a política da oposição, tendo o cuidado de analisar materiais que chegassem às mãos dos trabalhadores, não ficando por exemplo apenas com as resoluções de congressos que circulam mais exclusivamente entre os militantes da organização. A opção por analisar os jornais se justifica, pois, como veremos adiante, há uma interpretação acerca da relação entre movimento sindical e luta por saúde pública na qual afirma-se que a pauta da saúde pública é tratada apenas em resoluções, não sendo agitada nas bases do movimento, dessa forma não ganhando vida política. Em relação às resoluções dos Congressos da CUT, optamos por analisar visto que expressam a posição de uma fração da classe trabalhadora fortemente vinculada com a OSM-SP naquele período, a qual extrapola a categoria dos metalúrgicos de São Paulo/SP, nos dando condições de comparar as duas abordagens.

Os materiais foram acessados no Cedoc – Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores<sup>23</sup>, do IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e

---

<sup>23</sup> Situado na sede da CUT, em São Paulo/SP. Dispõe de acervo digital, porém os materiais pesquisados foram encontrados apenas no acervo físico.

Pesquisas<sup>24</sup> e do Centro de Estudos Victor Meyer<sup>25</sup>. Destaca-se que nenhuma das organizações citadas apresentavam a totalidade de exemplares dos jornais, visto que os acervos se originaram de doações de colecionadores particulares. Assim, realizamos o esforço de mesclar os acervos para garantir o maior número possível de edições.

Como caminho para coleta dos dados, inicialmente elencamos quais materiais iríamos buscar para nos fornecer os dados almejados, de acordo com nosso objeto e objetivos de pesquisa. Entendemos que seria importante acessar documentos produzidos pela OSM-SP que expressassem as principais bandeiras de luta agitadas com a base dos metalúrgicos de São Paulo/SP, motivo pelo qual definimos que uma fonte de pesquisa importante seriam os jornais ou boletins produzidos no período destinados à categoria. Também definimos que seria de suma importância acessar documentos que trouxessem, em síntese, as principais deliberações políticas da oposição, motivo pelo qual definimos pesquisar as resoluções de congressos da OSM-SP.

Feito isso, partimos para a organização do material. A partir das fontes disponíveis, já citadas anteriormente, optamos por pesquisar todos os jornais disponíveis nos arquivos, mesclando-os para obter o máximo possível de números. Em relação às resoluções dos congressos, tivemos acesso a totalidade do material, somado às teses enviadas pelos setores ao I congresso da OSM-SP<sup>26</sup>. Realizamos na sequência o fichamento dos materiais, destacando como se foi abordada a temática saúde, nela compreendida desde assistência à saúde até condições de saúde de seres humanos, de um modo geral.

Para fins de apresentação dos resultados optamos por descrever brevemente os conteúdos encontrados, pontuando acerca do que se tratavam, para em seguida apontar elementos acerca do objeto que diz respeito a relação entre a OSM-SP e a luta por saúde pública.

Iniciaremos com o jornal “Luta Sindical”<sup>27</sup>, do qual fizemos a análise de 47 edições,

---

<sup>24</sup> Sede em São Paulo/SP. Dispõe de acervo digitalizado que nos foi gentilmente disponibilizado.

<sup>25</sup> Sede em Salvador/BA. Disponibiliza em seu site um compilado de documentos da OSM-SP.

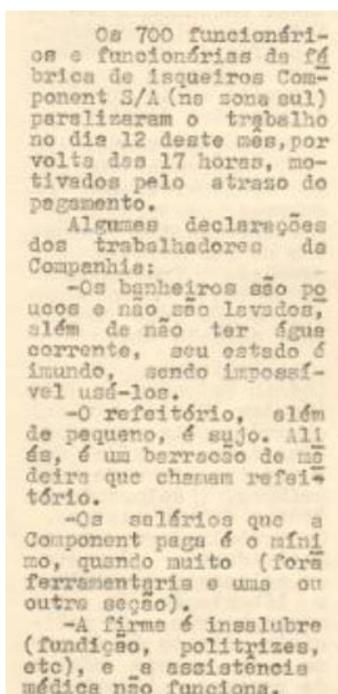
<sup>26</sup> Não tivemos acesso a informações sobre teses enviadas aos congressos posteriores.

<sup>27</sup> Foram os exemplares analisados: nº 1 (fevereiro/1976); nº 2 (março/1976); nº 03 (maio/1976); nº 04 (setembro/1976); nº 05 (fevereiro/1977); nº 06 (mês inelegível/1977); nº 07 (mês inelegível/1977); nº 08 (dezembro/1977) – conteúdo inelegível; nº 09 (fevereiro/1978) – conteúdo inelegível; nº 02 (agosto/1979); nº 03 (outubro/1979); nº 04 (outubro/1979); nº 09 (não consta o mês/1979); nº 10 (não consta o mês/1979); nº 11 (outubro/1979); nº 12 (dezembro/1979); nº 13 (dezembro/1979); nº 14 (fevereiro/1980); nº 15 (março/1980); nº 16 (maio/1980); nº 17 (novembro/1980); nº 18 (junho/1981); nº 19 (outubro/1981); nº 20 (novembro/1981); nº 21 (dezembro/1981); nº 22 (janeiro/1982); nº 23 (fevereiro/1982); nº 24 (março/1982); nº 25 (abril/1982); nº 26 (maio/1982); nº 27 (junho/1982); nº 28 (julho/1982); nº 29 (agosto/1982); nº 30 (setembro/1982); nº 31 (outubro/1982); nº 32 (novembro-dezembro/1982); nº 33 (janeiro/1983); nº 34 (fevereiro/1983); nº 35

compreendendo o período de fevereiro de 1976 a fevereiro de 1984<sup>28</sup>. Esses jornais eram entregues diretamente para a base, ou seja, trabalhadores metalúrgicos da cidade de São Paulo, sendo que continham, de um modo geral, os seguintes conteúdos: análise de conjuntura; críticas à direção do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo; notícias das fábricas, incluindo denúncias e agenda de lutas; chamamentos para mobilizações da categoria e dos trabalhadores de um modo geral; notícias sobre lutas de outras categorias; notícias sobre lutas dos trabalhadores em outros países.

Já na primeira edição do jornal “Luta Sindical”, de fevereiro de 1976, é citada a questão da assistência médica, a qual presume-se que seria ofertada no âmbito da empresa conforme fragmento fotográfico do jornal (Figura 1):

Figura 1- Fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" – nº 01 - fev./1976.



Fonte: acervo IIEP.

A segunda edição desse veículo de comunicação com os trabalhadores traz um texto que versa sobre as precárias condições de vida da classe trabalhadora brasileira, pontuando sobre a falta de saneamento básico, associando essa problemática com os altos índices de mortalidade

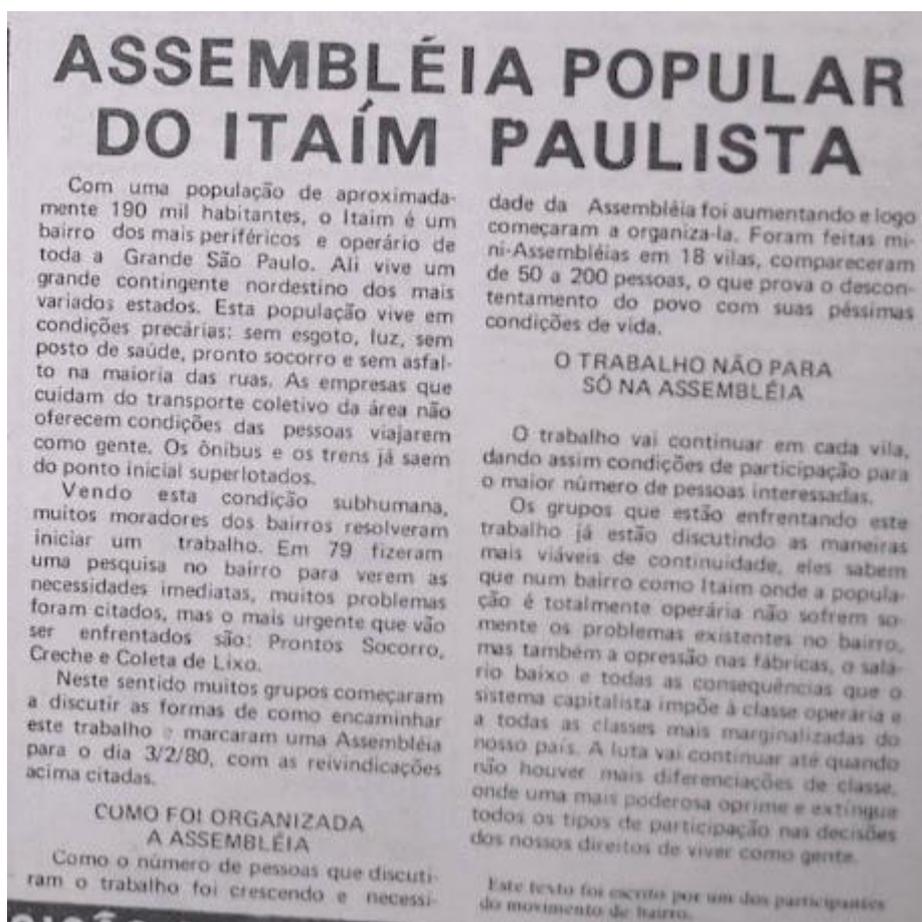
---

(março/1983); nº 36 (abril/1983); nº 37 (maio/1983); nº 38 (junho/1983); nº 39 (agosto/1983); nº 40 (setembro/1983); nº 41 (novembro/1983); nº 42 (janeiro/1984) e nº 43 (fevereiro/1984).

infantil reportados no período. Já no exemplar de maio de 1976 os operários trazem para o jornal o debate acerca do salário-mínimo no país, expondo dados da Organização Mundial da Saúde sobre a desnutrição da população brasileira, a qual a cifra era de 40% da população brasileira em estado de subnutrição.

A próxima abordagem relacionada com a temática da saúde ocorrerá somente em 1980, na edição de fevereiro (Figura 2):

Figura 2 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" – nº 14 - fev./1980.



Fonte: acervo CEDOC CUT.

Nesta edição do jornal se identifica uma vinculação direta com o movimento popular em sua luta por um sistema de saúde público, entre outras pautas. As edições 16 (maio/1980) e 17 (novembro/1980) também abordam questões relacionadas com a saúde, sendo a crítica à assistência médica na fábrica da Arno (edição 16) e da FAME – Fábrica de Aparelhos e Material Elétrico, - na qual a denúncia girava em torno da empresa apenas aceitar atestados médicos fornecidos pelo médico da empresa, o qual segundo a denúncia nunca identificava doença nos

trabalhadores.

O jornal de número 21 cita em seu texto de conjuntura que o dinheiro usado para pagar juros da dívida externa poderia ser investido na construção de hospitais e postos de saúde. Já a edição posterior aborda a questão do rombo no INPS e o pagamento de uma nova taxa de contribuição para o Instituto, expressando descontentamento com o atendimento médico prestado e propondo que o INPS deveria ser “dirigido e administrado” pelos trabalhadores.

Já o jornal de número 23 traz o seguinte texto envolvendo o setor saúde (Figura 3):

Figura 3 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" – nº 23 – fev./1982.



Fonte: acervo CEDOC CUT.

Na matéria sobre as lutas dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP, a OSM-SP cita algumas paralisações, dentre elas a Volks-caminhão, sendo que esta teria sido motivada devido às péssimas condições de trabalho e de atendimento médico, o qual teria negligenciado a saúde de um trabalhador. Trata-se de um movimento paredista diretamente relacionado com as questões de saúde de um modo geral, com recorte específico também para a questão da assistência à saúde.

O próximo Luta Sindical, de março de 1982, aborda também a questão da assistência em saúde para a classe trabalhadora brasileira, porém dessa vez dentro de um texto maior e mais amplo sobre a luta dos trabalhadores (Figura 4):

Figura 4 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" – nº 24 – março. /1982.

**O jogo da vida**

## Operários x Patrões

*Crise do capitalismo no mundo inteiro. Crise no capitalismo brasileiro. A saída dos patrões é contra os nossos interesses. Nós temos uma saída. que é contra os interesses dos capitalistas. Nessa briga quem pode mais chora menos.*

Nos nossos jornais dos meses anteriores falamos muitas vezes que a economia brasileira está em crise, mas o problema não é só daqui. Veja-se o caso da Inglaterra, França e, ultimamente, nos Estados Unidos. Desde 1968, as crises econômicas no mundo capitalista têm-se tornado mais profundas e mais frequentes. E o grande capital imperialista, Japão, Alemanha e outros como Estados Unidos, procura sair dessa situação aumentando a exploração dos operários de seus países e dos países subdesenvolvidos como o Brasil, Argentina, Nicarágua e outros.

No Brasil, que é um país já bastante industrializado, apesar de dominado pelo capital estrangeiro, a crise chega a uma situação nunca vista antes. A onda de desempregos é a maior desde 1930. Só que tem uma diferença agora; naquela época, o Brasil quase não tinha indústrias. E hoje o país é a décima potência industrial do mundo. A dívida externa chega aos 60 bilhões de dólares e os banqueiros estão fazendo grandes exigências para financiar os 18 bilhões de dólares que o país precisa só para pagar os juros dessa dívida e as remessas de lucros das multinacionais. No ano passado só os juros da dívida exigiam 31% das exportações para serem pagos.

**O REMÉDIO DOS PATRÕES**

Qual a saída dos capitalistas? É muito fácil de adivinhar. Por exemplo: na indústria automobilística, as compras caíram 30%, em compensação, os preços dos carros subiram 148%. E qualquer trabalhador conhece na própria pele a política de desemprego que os patrões e o governo aplicam para rebaixar os custos. Mas não é apenas o arrocho dos nossos

salários que é utilizado para manter o capitalismo. Há um enorme arrocho indireto que o governo aplica através de todos os impostos. Deixando de investir em educação, saúde, transportes, jogando todo o nosso dinheiro nas Forças Armadas e forças policiais, o governo consegue transformar o país num mar de doenças, subnutrição, enchentes, que só neste ano destruiu milhares de casas nas periferias, criando um clima de terror e com transmissão de doenças de todo o tipo, que já mataram dezenas de pessoas.

**A RESPOSTA DOS TRABALHADORES**

Está claro, para todo trabalhador consciente que para resistir a esse assalto é necessário se organizar na fábrica, nas comissões de empresa, paralisar a produção, manifestar seu descontentamento para impedir a superexploração. É o exemplo dos companheiros de muitas empresas no final de 1981 e agora no início deste ano: veja o caso da Ford, Massey-Ferguson, FMB e agora a Brastemp.

Paralisar a fábrica, unir as outras fábricas, passar por cima dos pelegos que atrapalham a luta, organizar toda a classe trabalhadora em direção à greve geral é o que todos nós percebemos que é necessário. Mas é preciso mais ainda, para combater todo um arrocho indireto que vem através da política econômica do governo. É preciso fortalecer o movimento popular por melhores condições de vida nos bairros, apoiar as lutas dos trabalhadores do campo e dos camponeses sem terra, massacrados pelos latifundiários e multinacionais. É preciso que a classe trabalhadora consiga mudar a política econômica do país e fazer sua própria política.



**E PENSAR QUE SOMOS A DÉCIMA POTÊNCIA MUNDIAL!!**

Fonte: acervo CEDOC CUT.

Neste número é abordado uma análise da conjuntura a partir de uma perspectiva classista, deixando evidente aos trabalhadores o papel do Estado frente aos patrões e aos operários. O texto aponta que o governo não realiza investimento, entre outras esferas de necessidade, na saúde pública, gerando adoecimento e morte dos trabalhadores. Também traz uma proposta que supera o corporativismo sindical, conclamando a classe trabalhadora a se organizar nas fábricas, mas também apoiar as lutas populares nos bairros das cidades e os trabalhadores do campo.

A edição de número 27, de junho de 1982, traz em sua capa uma reportagem sobre a copa do mundo, o dinheiro que é investido no megaevento e o uso político do campeonato mundial de futebol para desviar a atenção da classe trabalhadora quanto à sua própria condição. O texto

denuncia o desemprego, as piores nas condições de vida, o não direito de praticar esporte e ter uma vida saudável, afirmando que esses direitos são negados à classe trabalhadora brasileira. O texto também trata das questões que envolvem os trabalhadores do esporte comum, ou seja, aqueles que não possuem fama, assistência médica correta e/ou aposentadoria.

A edição 28 traz uma charge e um texto que versam sobre o rombo orçamentário no INPS e a proposta do governo de aumentar o percentual de contribuição dos trabalhadores. O texto traz ainda uma preocupação com relação ao corte de investimentos na assistência médica do Instituto. Na mesma edição é realizada uma crítica em relação ao assistencialismo, inclusive no setor saúde, prestada pelos sindicatos através de atendimentos médicos e assistência farmacêutica, conforme apresentado (Figura 5):

Figura 5 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" - nº 28 - jun. /1982.



Fonte: CEDOC CUT.

No exemplar nº 29 mais uma vez se apresenta a queixa de atendimento médico precário nas fábricas, além de problemas envolvendo o aceite de atestados médicos.

Já o jornal de número 31 é apresentada uma denúncia do tratamento diferenciado com os trabalhadores terceirizados no acesso à assistência em saúde na fábrica da Volks, pontuando que esses não têm direito ao atendimento médico ofertado aos trabalhadores contratados diretamente pela Volks.

No número 32 o debate do texto de capa gira em torno da disputa dos recursos públicos, apontando que o FMI orienta o Brasil a reduzir investimentos em serviços públicos, dentre esses a assistência médica prestada à população. Na mesma edição é novamente abordada a questão da assistência médica prestada por sindicatos (Figura 6):

Figura 6 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" – nº 32 – nov-dez. /1982.

**Porque somos oposição**

Dia 10 de dezembro o nosso holeriti virá com um desconto de 2 por cento a mais. É o dito desconto assistencial, que será descontado de todos os metalúrgicos, sindicalizados ou não, para a diretoria do sindicato continuar mamando. Uma minoria, decide tirar dinheiro de todos os metalúrgicos, na marra. Além da mensalidade do sindicato ser a mais alta do Brasil, 750 cruzeiros. Todo ano pagamos o imposto sindical (um dia de salário de cada trabalhador), e além disso tudo, ainda metem a mão no nosso bolso dessa maneira, com mais um desconto. É só fazer as contas e ver que no sindicato não é dinheiro que falta, falta é vergonha e responsabilidade dessa diretoria para que cumpra as decisões das assembleias, alugue sub-sedes em todas as regiões industriais de São Paulo e facilite a organização dos trabalhadores, para que os trabalhadores se organizem nas fábricas e possam se reunir perto de seus locais de trabalho.

O desconto do ano passado foi de 1,5 por cento, esse ano foi de 2 por cento. E o ano que vem?

O sindicato não tem que ser usado como cabide de emprego dos amigos dos pelegos e nem como agência do INPS. É importante ver que todos companheiros que não são sindicalizados já pagam o imposto sindical, que é descontado diretamente pelos patrões, MAS TODOS JA PAGAM O INPS para ter atendimento médico e dentário. O governo fica com o dinheiro e dá uma porcaria de atendimento para os trabalhadores, e obriga o desconto de um dia de salário para garantir a existência dos sindicatos, mesmo que estes não façam nada em defesa da categoria.

**POR UM SINDICATO LIVRE, AUTÔNOMO E DEMOCRÁTICO**

O CERTO É QUE OS TRABALHADORES SUSTENTAREM LIVREMENTE OS SEUS SINDICATOS. Não precisamos de nenhuma lei do governo para nos amarrar. Por isso defendemos um sindicato livre, que seja de todos os trabalhadores, e que não defenda e não esteja amarrado ao governo e aos pelegos. Um sindicato em que tudo: contas, reivindicações, estatutos sejam discutidos e decididos pelos próprios trabalhadores. Que deva satisfações apenas aos trabalhadores e que não possa sofrer intervenção por parte do governo. Um sindicato que apenas os trabalhadores decidam.

Queremos um sindicato democrático. Onde possam falar e serem ouvidos, onde sejam cumpridas as decisões tiradas pela maioria. Um sindicato que incentive a participação dos trabalhadores e que pratique uma verdadeira democracia interna, a democracia operária. E que seja autônomo e independente de qualquer partido político ou credo religioso.

O dia em que o trabalhador confiar em seu sindicato ele vai se sindicalizar e tirar o dinheiro do seu bolso livremente para manter suas lutas; e não na marra, como acontece atualmente.

Além disso, o desconto foi aprovado numa assembleia tumultuada onde as propostas diferentes da diretoria não puderam ser apresentadas, pois a maioria dos que se inscreveram não pode falar.

Isto tem que acabar.

**O MASSACRE DOS POSSEIROS**  
a vida, a luta, a morte dos lavradores na Região de Araguaia.

**LEIA A HISTÓRIA DA LUTA DOS LAVRADORES CONTRA A EXPLORAÇÃO. PROCURE COM QUEM LHE VENDE O LUTA SINDICAL. CUSTA SÓ 100 CRUZEIROS.**

Fonte: acervo IIEP.

Com isso, a questão referida acima é colocada como uma possível pauta a ser inserida em um contexto de greve contra a demissão de trabalhadores de uma empresa (Figura 7):

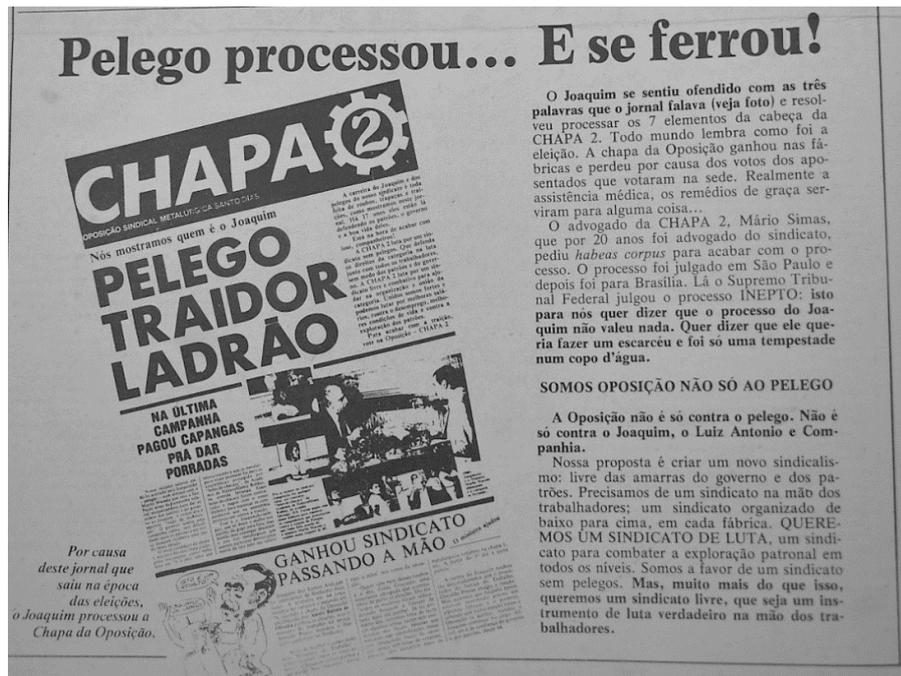
Figura 7- fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical – nº 32 – nov-dez. /1982.



Fonte: acervo IIEP.

Os exemplares de número 33 e 35 pautam críticas aos atendimentos médicos realizados nas empresas Ford, PADO e Sanyo. Já a edição número 37 apresenta mais uma vez a crítica às ações assistencialistas do sindicato no campo da saúde (Figura 8):

Figura 8 - fotografia de fragmento do jornal “Luta sindical” – nº 37 – maio/1987.



Fonte: CEDOC CUT.

Desta maneira, é possível identificar que a militância da OSM-SP faz a associação entre a vitória da chapa da situação e a prática de assistencialismo através de atendimentos médicos e distribuição de remédios operada pela direção. Além de fazer tal associação e crítica, o texto aponta que a oposição perdeu as eleições para a diretoria do sindicato devido ao voto dos aposentados, os quais votaram na sede e que seriam os maiores beneficiados pelos atendimentos médicos e distribuição de remédios realizados pelo sindicato. Levando em consideração que os aposentados não possuem direito aos convênios ou atendimentos médicos ofertados pelas e nas empresas. Juntamente as críticas acerca do serviço de assistência à saúde público da época, nos parece fazer sentido o fato de que esse segmento da categoria buscasse apoio nas ações assistencialistas da entidade sindical.

A edição de número 40 traz uma notícia de greve na empresa Bozzano, a qual teve por conquista, entre outros pontos, a garantia de assistência médica por mais alguns meses para os trabalhadores que haviam sido demitidos. Na mesma edição, em reportagem sobre uma greve do setor público, denunciam que o governo dizia não ter dinheiro para reajuste dos servidores ou para construção de postos de saúde, porém contraditoriamente, havia dinheiro para manter mordomias dos governantes.

O jornal Luta Sindical de número 42 traz o noticiário do sindicato de trabalhadores rurais em Santarém/PA, abordando a pauta da luta contra intervenção no sindicato e também incluindo entre as bandeiras a luta por saúde pública (Figura 9):

Figura 9- fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" - nº 42 – janeiro/1984.

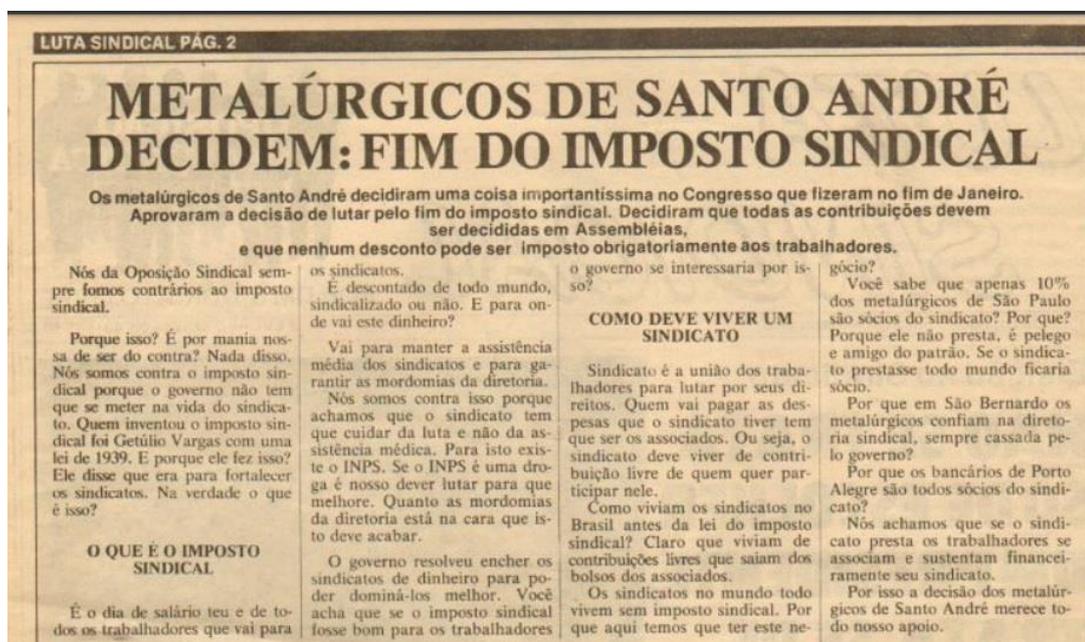


Fonte: acervo CEDOC CUT.

Além do panorama geral sobre a intervenção do Estado nos sindicatos, coloca-se a necessidade de a luta seguir a partir da organização dos trabalhadores, sendo que uma das três pautas elencadas é justamente a luta por postos de saúde, isto é, saúde pública. Assim como no caso dos aposentados, discutido acima, fica evidente que os trabalhadores rurais têm uma demanda por assistência médica, que nesse caso passaria a ser suprida pelo investimento estatal em saúde pública.

Por fim, a edição de número 43, em matéria sobre o imposto sindical, a OSM-SP aborda novamente a crítica ao papel assistencialista no setor saúde que os sindicatos cumprem e também sugere o caminho que os sindicatos devem tomar (Figura 10):

Figura 10 - fotografia de fragmento do jornal "Luta Sindical" - nº 43 - fev/1984.



Fonte: acervo IIEP.

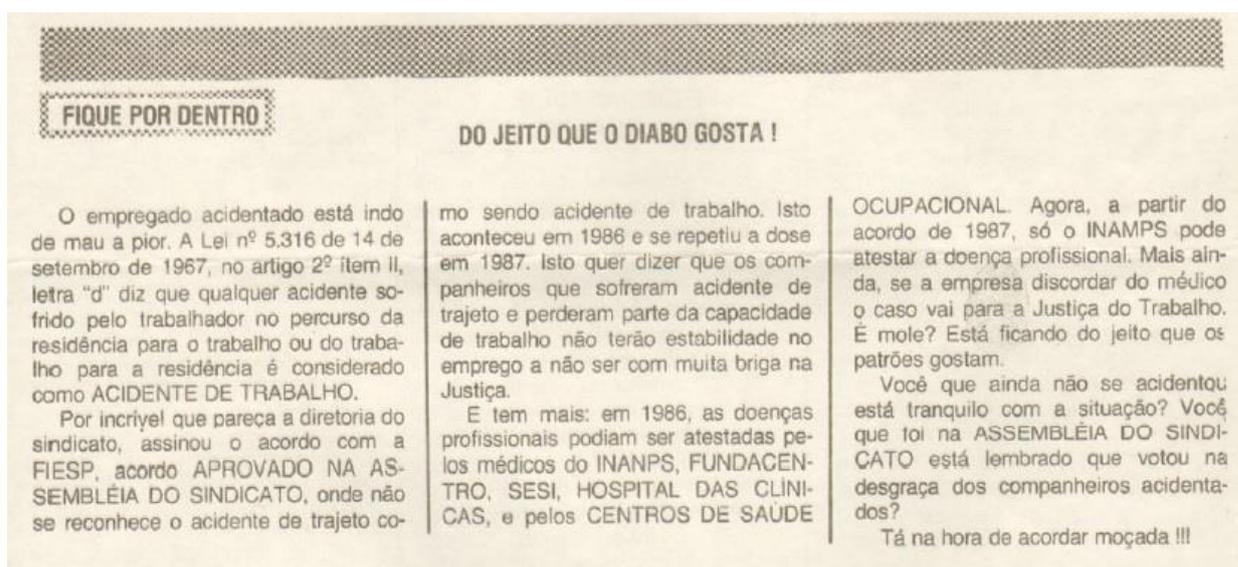
No texto a OSM-SP aponta que o caminho é lutar por melhorias no atendimento ofertado através do INPS, reconhecendo sua debilidade, não trazendo, porém, desta vez a pauta da saúde universal.

Outro importante veículo de comunicação da OSM-SP, do qual tivemos acesso de forma mais integral, se trata do jornal "Olho Vivo", com a primeira edição lançada em 1986. Abaixo trataremos das edições analisadas, que compreendem desde a primeira edição até o jornal de número 50, publicado em dezembro de 1989. Em relação a esse periódico tivemos acesso a todos as edições, sendo duas em 1986, 11 em 1987, 12 em 1988 e 25 em 1989. A periodicidade do jornal era bastante variável, sendo que em alguns meses havia edições semanais e em outros

momentos passaram-se meses entre uma edição e outra.

Ao contrário do “Luta Sindical”, a presença de textos que fazem citação a questão da saúde no jornal “Olho Vivo” é de menor expressão. Dos 50 jornais analisados, encontramos menção à saúde em 8 edições. A primeira abordagem sobre este tema foi encontrada na edição nº 14, de julho de 1988 (Figura 11):

Figura 11- fotografia de fragmento do jornal "Olho Vivo" - nº 14 - julho/1988.



Fonte: acervo IIEP.

A matéria traz dois textos, um em relação a mudança na legislação no que tange ao acidente de trabalho e outra que se refere a limitação do ato de atestar a doença de trabalho, que a partir de um acordo passa a ser exclusividade do INAMPS. Já o jornal de número 20 traz uma matéria sobre as condições de vida da classe trabalhadora nos países socialistas, afirmando a superioridade desse bloco e utilizando-se do exemplo de Cuba, da sua limitação territorial e de recursos naturais, se comparada ao Brasil e suas proporções continentais. O texto também aborda o cenário dos jogos olímpicos mundiais, fazendo uma relação entre o desempenho dos atletas dos países socialistas com as condições de vida da classe trabalhadora naqueles locais. Com isso, é possível identificar que militância da OSM-SP faz denúncias referente ao cenário brasileiro no campo da mortalidade infantil, acesso à alimentação, moradia, saúde e esporte. Além de fazer uma propaganda de teor socialista já na primeira capa do jornal em que traz reflexões importantes sobre o nascimento do “novo Homem” a partir de um novo modo de produção (Figura 12):

Figura 12- fotografia de fragmento do jornal "Olho Vivo" - nº 20 - outubro/1988.



Fonte: acervo IIEP.

Na edição seguinte novamente discute-se a questão da saúde a partir dos jogos olímpicos, realizando uma denúncia quanto às condições de saúde dos atletas brasileiros. No número 25 do jornal Olho Vivo divulga-se um espaço de formação promovido pela CUT zona oeste e zonal sul da capital paulista cujo tema era "Ação Sindical pela Saúde". Infelizmente não conseguimos resgatar o conteúdo desse curso.

Importante destacar que a partir de seu número 20 o jornal traz uma seção, em formato de anexo, intitulada "informe-se". Tratava-se de recortes de reportagens de outros veículos de

informação sobre temas diversos, porém relacionados à luta dos trabalhadores. De tal forma, algumas reportagens identificadas sobre o tema saúde após a edição 20 não são textos escritos pela militância da OSM-SP diretamente, mas selecionados a partir de outros veículos de comunicação para a composição do jornal, como é o caso do próximo fragmento do jornal que aborda o tema saúde, a edição de número 34, de maio de 1989, no qual traz reportagem acerca da movimentação dos trabalhadores da empresa Cosipa.

O texto expõe que aproximadamente 2 mil trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista eram acometidos por leucopenia, uma manifestação hematológica, no caso em decorrência de contaminação por benzeno, na qual há a diminuição de glóbulos brancos no sangue. Na situação expressa os trabalhadores foram convocados pela empresa para realização de exames médicos como forma de antecipar o retorno ao trabalho, uma vez que estavam todos afastados. Porém, os trabalhadores se recusaram afirmando que os exames deveriam ser realizados pelo Inamps. Na mesma perspectiva, a edição número 39, de julho do mesmo ano, na qual novamente uma reportagem de outro veículo de comunicação anexada ao periódico denuncia a contaminação de trabalhadoras de uma indústria têxtil com produtos químicos.

A edição 44, de outubro de 1989, traz em sua capa um texto convocando os metalúrgicos para um encontro com o então candidato à presidência do país, Luiz Inácio Lula da Silva, no qual, entre outras pautas, seria discutida a organização dos trabalhadores para conquistar melhores salários, moradia, saúde e transporte coletivo. Por fim, a edição de número 49 traz, também na seção “informe-se”, com duas reportagens envolvendo o tema saúde: a morte de 15 indígenas da etnia ianomâmis por desnutrição e malária e a interdição da siderúrgica Aços Anhanguera, do Grupo Villares, por órgãos da saúde e Delegacia Regional do Trabalho devido ao alto número de trabalhadores intoxicados, totalizando 75 internamentos e 3 mortes.

Em relação ao veículo de imprensa “Piquetão – região sul”, identifica-se também que este foi um jornal com intervalo de publicações variáveis, os quais tivemos acesso a todos os números (1 a 15), sendo que a edição de número 16 traz um informe que a partir daquela o jornal já não seria mais assinado como OSM-SP, mas como Corrente Operária Socialista, deixando de ser um instrumento da oposição sindical e passando a ser instrumento que fomentaria a organização política dos trabalhadores, extrapolando a questão sindical, por tal motivo não analisamos o conteúdo dos números posteriores ao 15. O primeiro número do “Piquetão – região sul” saiu em agosto de 1984, já o de número 15 em fevereiro do ano seguinte.

Das 15 edições analisadas, que compreende a totalidade do jornal enquanto instrumento da OSM-SP, encontramos matérias relacionadas à saúde em 4 edições: 07, 09, 10 e 12. Na edição nº 07, de novembro de 1983, são duas abordagens do tema encontradas. Na primeira,

em uma reportagem sobre a previdência social, a militância da OSM-SP critica a possibilidade de aumento da porcentagem de contribuição para o INPS, associada, entre outras coisas, à redução da assistência médica. Também apontam a diferença entre o atendimento na saúde pública e a ofertada na rede particular (Figura 13):

Figura 13 - fotografia de fragmento do jornal “Piquetão – região sul” – nº 07 – nov/1983.



Fonte: acervo IIEP.

Essa edição traz ainda um texto bastante provocativo sobre o contexto de violência urbana, citando um assalto a banco no qual uma jovem mãe e uma criança foram assassinadas. Como resposta, a OSM-SP aponta que o aumento do efetivo de policiais não garantiria segurança aos trabalhadores, sendo necessário garantir trabalho e direitos sociais, como o acesso à saúde, para reversão do quadro. Citam ainda que após o golpe de 1964 a violência

aumentou, sendo inclusive instrumento do regime para garantir a exploração dos trabalhadores.

O “Piquetão – região sul” de número 09 traz uma reportagem que versa sobre um trabalhador de uma empresa metalúrgica de São Paulo/SP que se recusou a deixar a empresa após anúncio de demissão, pontuando que após resistência do trabalhador e outros que o apoiaram, apesar de não conseguir reverter a demissão, conquistou mais 3 meses de salário e assistência médica custeada pela empresa por 6 meses. Mais uma vez situando a assistência médica privada como conquista no terreno das lutas sindicais.

Na edição seguinte há um texto sobre as greves e ocupações de fábricas em que a OSM-SP traz uma reflexão sobre o controle que os patrões exercem sobre a vida e o trabalho da classe operária para garantir o lucro, colocando que na perspectiva dos trabalhadores a regulação das coisas deve se dar a partir das necessidades, citando entre elas a saúde. Na edição de número 12 se faz uma avaliação da derrota da OSM-SP nas eleições para a direção do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo/SP, trazendo mais uma vez o componente da assistência médica ofertada pelo sindicato como instrumento para angariar votos, principalmente entre os aposentados.

Outro veículo de comunicação que assinava como instrumento da OSM-SP é o jornal “Metalúrgicos da CUT”. Na primeira edição analisada há uma explicação sobre a mudança de nome do jornal, apontando que anteriormente se chamava “Jornal da Oposição”, trazendo inclusive em diversas edições que a OSM-SP são os metalúrgicos da CUT na categoria. Em nossa pesquisa não conseguimos localizar exemplares do “Jornal da Oposição”, apenas uma edição arquivada junto com o Metalúrgicos da CUT, de dezembro/1988, que saiu com o nome de “Oposição Metalúrgica”, carregando a mesma estética do “Metalúrgicos da CUT”, inclusive com a marca presente em todos as edições com os escritos “Construir a CUT pela base”. De tal forma, analisamos as edições de 01 a 15 (exceto a edição 03, a qual não tivemos acesso); edição sem número de maio/1988 e edição sem número de dezembro de 1988, sendo que a última, como dito, saiu com o nome “Oposição Metalúrgica” como título do jornal.

Das edições analisadas encontramos menções à saúde nas edições de número 05, 06 e 09. Na primeira, datada de maio de 1986, a OSM-SP traz uma reivindicação em torno das CIPAS, pontuando que devem ser compostas a partir de eleições, para que assim defendam a saúde dos trabalhadores. Na edição seguinte, o tema tratado foi a saúde dos trabalhadores eletricitários, trazendo diversos dados sobre os males da eletricidade e o direito à periculosidade que esses trabalhadores têm. Já a edição de número 09, de novembro de 1986, versa sobre a contaminação de trabalhadores em uma indústria química.

A próxima publicação analisada difere das demais por ser uma espécie de revista

destinada aos militantes da OSM-SP, ao contrário das demais que são instrumentos direcionados à base. A “Resenha Operária” foi lançada em 1989, mais precisamente no mês de janeiro. Em nossa pesquisa, conforme recorte histórico, analisamos as publicações realizadas na década de 1980, ou seja, os números lançados em 1989, de janeiro a dezembro, com exceção do exemplar de número 05, o qual não tivemos acesso.

Já na primeira edição explica-se a quem se destina a publicação e sua estruturação, a qual tem o objetivo de trazer conteúdo de maior densidade. A OSM-SP orienta a quem os lê que a “Resenha Operária” está vinculada ao jornal “Olho Vivo”, apesar de terem públicos distintos.

De imediato nota-se que a revista surge em um momento importante para o Partido dos Trabalhadores (PT), as eleições presidenciais na qual Lula disputa com Fernando Collor de Mello, sendo que o candidato petista apresentava chances de vencer as eleições segundo avaliação do partido. Nesse contexto, são muitas as edições que abordam questões do partido, análises da conjuntura política e econômica, bem como o papel do sindicalismo naquele cenário.

No que tange às questões relacionadas a saúde, a edição de dezembro de 1989, dedicada às questões do Leste Europeu, - mais especificamente o processo de ruínas do socialismo real nos diversos países - cita que embora a classe trabalhadora daqueles países lute por mais democracia, de modo algum querem perder os direitos sociais conquistados no regime socialista, dentre eles a saúde.

Findada a exposição dos conteúdos dos jornais, apresentamos abaixo o material identificado a partir da análise das resoluções dos congressos da OSM-SP, bem como dos congressos da CUT realizados no período. Acessamos as resoluções dos congressos da OSM-SP a partir de documentos impressos do acervo do CEDOC CUT, bem como de material transcrito pelo Centro de Estudos Victor Meyer. Já as resoluções dos congressos da CUT estão disponibilizadas, digitalmente, no sítio do CEDOC CUT na internet.

No que tange aos congressos da OSM-SP, foram realizados três: o primeiro entre 24 e 26 de março de 1979; o segundo no ano de 1980 e o terceiro em maio de 1986. Para nossa pesquisa analisaremos as resoluções desses congressos.

O primeiro e o segundo congresso da OSM-SP não trazem em suas teses aprovadas questões direcionadas para a saúde. Já o terceiro congresso, de 1986, realiza duas deliberações a respeito da temática: a primeira que a OSM-SP deve atuar para que o movimento sindical assumira pautas que contemplem o conjunto da sociedade, entre elas o não pagamento da dívida externa e a melhoria das condições de saúde, moradia e transporte; a segunda é a aprovação da luta para que a assistência médica seja realizada sob o controle da população.

Ainda em relação aos congressos da OSM-SP, identificamos o documento “coletânea de documentos do I congresso da oposição sindical metalúrgica de SP: subsídios para discussão do 1º congresso da oposição metalúrgica de São Paulo”, composto por: apresentação da OSM-SP; boletim informativo do congresso; regimento interno do congresso aprovado previamente pela maioria dos setores da OSM-SP; carta ao I congresso da OSM-SP encaminhada pela oposição sindical metalúrgica de Osasco/SP; Teses discutidas e aprovadas pela maioria do setor Santo Amaro para o I congresso da OSM-SP (zona sul); Teses discutidas e aprovadas pela maioria do setor Cidade Adhemar; Teses discutidas e aprovadas pela maioria do setor Ipiranga para o I congresso da OSM-SP (zona sudeste); Teses discutidas e aprovadas pela maioria do setor Mooca para o I congresso da OSM-SP (zona leste); Teses discutidas e aprovadas pela maioria do setor Campo Limpo para o I congresso da OSM-SP; Teses discutidas e aprovadas pela maioria do setor Socorro para o I congresso da OSM-SP (Zona Sul); Teses discutidas e apresentadas por um setor da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco/SP; e por fim, as teses aprovadas do congresso.

Das sete teses apresentadas, apenas o texto produzido pelo setor Mooca não citou a questão da saúde. A abordagem das demais se deu da seguinte forma: setor Ipiranga que propôs como bandeira de luta a melhoria do INPS com fiscalização do sindicato, além de trazer um texto sobre estrutura sindical e a crítica à assistência médica ofertada nas fábricas, as quais negligenciam a saúde dos trabalhadores os obrigando a trabalhar mesmo que doentes; o setor Cidade Adhemar que problematiza em torno da face assistencialista do sindicato, colocando como proposta o fim do sindicalismo assistencialista e corrupto, criticando o fato do sindicato oferecer atendimento médico; o setor Ipiranga que apresenta a proposta da OSM-SP aprovar a luta pelo fim da assistência médica nos sindicatos e que o INPS atenda de maneira satisfatória os trabalhadores; o setor Campo Limpo que aponta que a luta deve ser pela melhoria do INPS e que esse seja fiscalizado pelos sindicatos, que se libertariam das demandas assistencialistas; o setor Socorro que contribui com a crítica de que o sindicato não pode ser um braço auxiliar do INPS, ofertando atendimento médico; já a tese apresentada pela Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco aponta que a OSM-SP deve incorporar a luta por ensino e assistência médica gratuita.

Dada a forte relação entre a OSM-SP e a CUT, expressa através dos diversos jornais da oposição bem como das resoluções do congresso, estando na OSM-SP destacados quadros do movimento sindical combativo que também se lançavam na construção da CUT, como forma complementar, analisamos também as resoluções dos congressos da CUT de 1983 (Congresso de fundação), 1984 (Primeiro Congresso); 1986 (Segundo Congresso) e 1988 (Terceiro

Congresso). Esses dados nos servem também como parâmetros para avaliarmos as discussões no campo da saúde realizadas no âmbito do novo sindicalismo nesse mesmo período avaliado.

No congresso de fundação, realizado na cidade de São Bernardo do Campo no ano de 1983, aprova-se um estatuto no qual se versa sobre a estrutura de funcionamento da central. Esse documento traz que a direção nacional da entidade deverá organizar no mínimo 12 secretarias nacionais, sendo que uma delas trataria especificamente do tema “saúde, previdência social e segurança do trabalho”.

Já no primeiro congresso, que ocorreu na mesma cidade, porém no ano posterior, aprova-se uma pauta de lutas que reivindica o atendimento imediato das necessidades da classe trabalhadora brasileira, entre elas a saúde, as quais seriam custeadas a partir de recursos provenientes da tributação dos lucros: financeiros e bancários, de empresas multinacionais e dos rendimentos das grandes propriedades e projetos rurais.

Em 1986, dessa vez na cidade do Rio de Janeiro/RJ, realiza-se o segundo congresso. A saúde é abordada de forma mais consistente, uma vez que há uma defesa da estatização dos serviços de saúde e que a entidade deve construir campanhas com esse fim, de estatização dos serviços básicos, dentre eles a saúde. Também se encaminha que a central deve promover uma unidade entre movimento sindical e movimentos populares que lutam, dentre outras pautas, pelo direito à saúde. O documento cita que a proposta de estatização dos serviços básicos deve ser levada à constituinte, também citando que a entidade deve batalhar pelo fim *gradual* (grifos nossos) do assistencialismo, exigindo que o Estado assuma esse papel de garantir a saúde e atendimento médico sob controle dos trabalhadores:

d) A CUT deve promover seminários, discussões e uma Plenária Nacional que defina sua proposta de intervenção na Constituinte, que deve ter como eixo prioritário a defesa dos interesses da classe especialmente seus direitos econômicos, políticos e sindicais na Constituinte, incluindo: [...] – estatização dos transportes, saúde e educação.

[...] b) batalhar pelo fim gradual do assistencialismo, exigindo que o Estado assuma este papel garantindo a saúde e assistência médica sob o controle dos trabalhadores. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1986, p. 14, 52).

O terceiro congresso, sediado na capital mineira no ano de 1988, traz em sua análise de conjuntura que a política do FMI ocasionou corte nas políticas sociais, dentre elas a saúde. Esse congresso também referenda as propostas do 1º Encontro Nacional de Saúde e Previdência da CUT, sendo elas:

1) A criação do Sistema Único de Saúde, estatal, público, gratuito, de boa

qualidade, sob o controle da população através de suas entidades representativas; 2) O custeio do Sistema Único de Saúde através de orçamento da União, estados e municípios e efetivação de conselhos de saúde, de nível nacional a local, com participação democrática das representações do movimento sindical e popular, com caráter deliberativo e autonomia para gestão e controle do sistema; (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES), 1988, p. 31).

Nesse encontro o tema da saúde aparece em diversos pontos, no geral em defesa da qualidade do atendimento em saúde e da importância da criação de um sistema público de saúde.

A partir dessa diversidade de conteúdos abordando a questão da saúde nos materiais da OSM-SP pesquisados, seguiremos nossa análise. De imediato reforçamos, por mais óbvio que seja, que nossa leitura desses dados é calcada nas construções teóricas que realizamos desde o primeiro capítulo dessa dissertação. Com objetivo de reaquecer nossa memória, ao olharmos para a realidade da OSM-SP e da luta pela reforma sanitária brasileira, estamos partindo do Brasil das décadas de 1970 e 1980, no qual não há muito o país sofrera um duro golpe empresarial-militar, de imediato atuando de maneira intensa para ceifar qualquer movimentação que fosse em direção contrária aos interesses imperialistas. Não bastasse o golpe, aqueles que detinham o poder aprofundaram a repressão, instaurando o AI-5 em 1968, em que foram suspensos os direitos políticos e concedidos amplos poderes ao poder executivo, o qual se encontrava nas mãos dos militares conspiradores do golpe de abril de 1964.

Além da estrutura oficial de repressão e censura, limitantes da organização política dos trabalhadores, havia os raptos, torturas e assassinatos, praticados nos ditos porões da ditadura. Outras vezes o Estado, através de seu braço armado, matava à luz do dia, como foi o caso do militante da OSM-SP Santos Dias da Silva, assassinado pela Polícia Militar de São Paulo durante uma atividade sindical em frente a uma fábrica, em outubro de 1979. Não precisava de muito para receber a classificação de comunista, mesmo não defendendo o fim da propriedade privada dos meios de produção e a consequente emancipação humana. Qualquer posicionamento crítico ao regime era visto com maus olhos e, se esse era o *modus operandi* do período, em que mais perigoso ainda era ser de fato comunista, despendendo tempo e energia para organizar o proletariado.

Se a repressão era intensa, também intenso era o ritmo de trabalho imposto pelo capital aos corpos dos trabalhadores. Como demonstrado ao longo do segundo capítulo dessa dissertação, o golpe empresarial-militar, dentre outras questões, esquentou o forno do desenvolvimento do capital monopolista no Brasil. Máquinas em velocidade máxima, horas

extras obrigatórias, a intensificação da exploração do trabalho ocorreu sob o véu dos militares. O dito milagre econômico, com destacado crescimento do Produto Interno Bruto, foi forjado em meio a cenas de terror no interior das fábricas, como também sinalizamos ao longo de nossas exposições. Na sequência veio a inflação, o aumento dos preços e a carestia, a remuneração dos trabalhadores se mostrando cada vez mais insuficiente para o atendimento das necessidades básicas de sobrevivência. No campo sanitário, a desnutrição, as altas taxas de mortalidade infantil, a insuficiência da assistência em saúde. Findado governo militar, a saída negociada dos militares do poder deu o tom dos governos que os sucederam, os quais seguiam umbilicalmente associados aos interesses imperialistas.

Esse é o cenário, ou os cenários, em que surgiram e se desenvolveram tanto as lutas dos metalúrgicos de São Paulo em torno da OSM-SP, como dos sanitaristas, movimentos populares e demais atores, em torno da reforma sanitária. A partir dos dados coletados, em esforço para não desistoricizar as leituras, somados aos constructos teóricos apresentados ao longo da nossa dissertação, avancemos na análise da relação da OSM-SP com a luta por saúde pública.

Assim como parágrafos atrás reavemos o contexto histórico do surgimento e desenvolvimento da OSM-SP, também necessária é a retomada de alguns pontos da reflexão realizada no capítulo dois, em torno do sindicalismo, buscando construir com maior dialeticidade a leitura das ações do período. Destacamos uma discussão importante que é justamente a formação do novo sindicalismo, o qual buscou romper com a lógica da estrutura sindical conformada no país após a regulamentação da atividade sindical, ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas.

Lembramos que Boito Júnior (1991a) irá colocar aquilo que chamamos de sindicalismo de Estado como intransponível, do ponto de vista do movimento dos trabalhadores ocupar as estruturas sindicais oficiais e transformá-las a partir de uma atuação pautada nos pressupostos do novo sindicalismo, pois essa própria estrutura sindical teria função permanente de desorganização do movimento dos trabalhadores. Já a OSM-SP de modo geral, não se tratava de uma “chapa”, mas um movimento orgânico junto aos metalúrgicos de São Paulo/SP com seus instrumentos de comunicação, suas formulações e instâncias. Mas também, em conjuntura de eleições para a diretoria sindical, a OSM-SP inscrevia sim sua chapa e disputava o pleito, nunca obtendo sucesso. Da mesma forma que disputava as eleições sindicais, também era a OSM-SP hegemonicamente favorável à criação de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT), que articulasse as lutas dos trabalhadores brasileiros, assim como também diversos militantes da OSM-SP foram formar o PT e suas tendências.

Ou seja, a OSM-SP não tinha a pretensão de encerrar em si mesma a luta dos

trabalhadores, demonstrando a compreensão da importância de instrumentos de organização como a central sindical e o partido político. Essa consideração é importante pois não podemos incorrer no erro de entender a OSM-SP como uma organização política ou partido que tem a tarefa de organizar a luta política do proletariado, em suas diversas dimensões e pautas, dando-lhe uma responsabilidade maior que lhe cabe enquanto luta sindical específica de uma fração da classe trabalhadora.

Não seria justo e tampouco teoricamente coerente com nossa abordagem teórico-metodológica cometermos o equívoco de ignorarmos as particularidades dos diversos instrumentos de organização da classe trabalhadora, tratando tudo como “movimento operário”, sem distinção. Aqui estamos falando dos limites e potencialidades impostos a cada instrumento: os sindicatos, as centrais, os movimentos populares, o partido. O contrário também é verdadeiro: não podemos olhar para a luta sindical como se estivesse isolada de programas políticos e das organizações partidárias que os formulam.

Da mesma forma, não podemos ler a luta dos trabalhadores e suas trincheiras como uma estrutura mecânica, isenta de movimento, onde por exemplo a luta sindical está limitada ao corporativismo, naturalizando direções dadas aos movimentos que são politicamente situadas. Em suma, compreender os limites da luta sindical em determinados períodos históricos não pode levar à naturalização desses limites, da mesma forma que é preciso evitar a idealização da luta dos trabalhadores, ignorando as bases materiais sob as quais se organizam.

Ainda nesse sentido se faz necessário pontuarmos os limites da nossa pesquisa no que tange aos caminhos que percorremos para compreender a relação da OSM-SP com a luta por saúde pública. Vejamos, utilizamos a pesquisa documental, direcionada às publicações da oposição direcionada aos trabalhadores, bem como também publicação específica direcionada aos militantes e por fim resoluções dos congressos da OSM-SP, além de resoluções dos congressos nacionais da CUT ocorridos no período. Não nos utilizamos, por exemplo, de entrevistas com militantes da OSM-SP para abordar os fatos que fogem às publicações analisadas, como por exemplo discussões em reuniões ou participações em atividades dos movimentos populares da capital paulista que tinham por objeto a luta por assistência à saúde.

Limitação por um lado, potencialidade por outro, uma vez que podemos pautar uma discussão com a perspectiva de que o apoio do movimento sindical à luta pela saúde pública ficava as deliberações de encontros, não encontrando lastro no cotidiano da atividade política. Assim, nossa opção nos dá condições de realizar avaliações com base nas agitações e propaganda destinadas a massa dos trabalhadores metalúrgicos.

Dito isso, iniciamos nossa análise resgatando duas explicações empreendidas quanto à

relação entre movimento sindical e a luta pela reforma sanitária brasileira: a que lê essa relação primordialmente através da hegemonia política do movimento por reforma sanitária e a que discute os limites da base de apoio do movimento sindical organizado à reforma sanitária a partir da problemática do corporativismo.

Para abordarmos a primeira perspectiva, é necessário fazermos uma breve explanação sobre os projetos ou estratégias políticas hegemonicamente dominantes ou em construção no período estudado. Vejamos, estamos aqui dissertando sobre as lutas da classe trabalhadora, seja no campo sindical ou no campo da luta por políticas públicas, e, tendo por objeto a inter-relação entre esses dois campos, sendo que o objetivo dessas lutas imediatas, conforme apresentado, não se esgotam nelas mesmas. Por não terem um fim em si próprias, estão subordinadas a estratégias mais amplas, as quais apontam um caminho para a emancipação da classe trabalhadora, ou seja, tanto o movimento sindical quanto os movimentos mais relacionados diretamente com a luta por saúde pública, estão inseridos no contexto dessas estratégias.

A primeira que nos deparamos se trata da Estratégia Democrático-Nacional, citada tanto em nossos estudos sobre a crítica do novo sindicalismo ao sindicalismo pré-1964, quanto na crítica dos caminhos institucionais da reforma sanitária. De um modo muito breve, a EDN foi uma formulação realizada pela classe trabalhadora organizada, sob hegemonia do PCB, entendida enquanto etapa necessária para o desenvolvimento das condições para a revolução de caráter socialista no Brasil. Baseada em uma leitura da formação social brasileira na qual a estrutura agrária e o imperialismo atravancavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a saída seria a colaboração de classes entre trabalhadores do campo e da cidade, setores médios e uma suposta burguesia nacional progressista, em contraposição a elite agrária e a burguesia imperialista. Tal aliança levaria ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e consequentemente do operariado brasileiro, dando condições para uma próxima etapa que seria a revolução de caráter socialista (IASI, 2014).

A segunda seria a Estratégia Democrático-Popular, formulada já no contexto de surgimento e consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT), negando a experiência anterior de aliança com a burguesia, tendo como fundamentos:

- a) uma caracterização do Brasil como tendo um desenvolvimento capitalista no qual se reproduzem desigualdades regionais e sociais e que é marcado pela marginalização dos setores populares do espaço político; b) Um Estado Burguês que historicamente assumiu uma feição predominantemente coercitiva e que com a abertura democrática abre a possibilidade de uma real ampliação da política para os “de baixo”; c) a impossibilidade de uma passagem imediata ao socialismo o que implica em uma política de acúmulo de forças; d) este acúmulo de forças se fundamenta na organização das

demandas populares a serem apresentadas tendo por eixo um programa antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário que ao se chocar com o caráter autocrático do Estado Burguês levaria a uma ruptura (em uma aproximação), ou que devido ao fortalecimento da sociedade civil poderia levar gradualmente a um conjunto de reformas que superariam o capitalismo (em outra); e) o terreno desta luta seria o da democracia e os principais instrumentos seria as lutas sociais e a participação nas eleições que combinadas levariam, numa determinada alteração na correlação de forças, a chegar a pontos institucionais que poderiam desencadear as reformas radicais. (IASI, 2014, p. 15).

No caso da estratégia democrático-popular, observa-se que sua formulação ocorre durante o período da nossa pesquisa, especialmente na década de 1980, com a fundação do PT e seus congressos. Porém, em nossa abordagem sobre o novo sindicalismo, importante elemento desse período e estratégia, alguns autores apontam críticas quanto aos limites do novo sindicalismo e a consequente adequação à ordem. Dantas (2017), ao discorrer sobre a proposta do Mops para a saúde pública, que seria 100% estatal, sem participação do setor privado, afirmará que o movimento não encontrou apoio do movimento sindical, aí incluída a CUT. Afirmação esta que busca demonstrar as características de conciliação de classes enquanto característica presente nas principais organizações que compuseram a EDP.

As formulações críticas em torno da EDP ocorrerão com maior incidência somente após o principal instrumento construído durante esse período, o PT, chegar ao mais alto grau do poder executivo no país, quando Lula assume a presidência em 2003<sup>29</sup>.

A simples elucidação acerca da existência dessas estratégias, bem como suas breves caracterizações, nos dá condição de compreender de forma mais abrangente “o que está por trás” de formulações, defesas e críticas acerca da trajetória do movimento dos trabalhadores em busca por sua emancipação. E, para além dessas questões de maior abrangência, ao olharmos para o movimento sindical em sua relação com as lutas por políticas sociais, ou seja, lutas por direitos que atingem todo o conjunto da classe trabalhadora, nos é central dois debates: o corporativismo no meio sindical e a análise da classe ausente no contexto do movimento de reforma sanitária.

Começemos pelo segundo, o qual já citamos brevemente no item anterior. Escorel (2006) discorre sobre uma análise realizada por Sérgio Arouca, destacado quadro do

---

<sup>29</sup> Em Iasi (2006) se tem acesso a um detalhado estudo crítico da trajetória do Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação até a chegada a presidência da república, com exposição de resoluções de congressos, tomadas de decisões de sua direção, demonstrando o caminho trilhado para o pacto de conciliação de classes. Outra produção de relevância, mais recente, é o livro organizado por Iasi, Figueiredo e Neves (2019), no qual se realiza um inventário crítico em torno da EDP com mais de 17 textos de diversos autores.

movimento da reforma sanitária brasileira, no processo de orientação da própria Sarah Escorel, acerca do “fantasma da classe ausente”:

Chama de “fantasma”, porque “assusta, mas não existe”, ou seja, o Movimento Sanitário questiona periodicamente sua própria legitimidade enquanto intelectual coletivamente orgânico por não contemplar em suas discussões e decisões “cotidianas” organismos formalmente representativos das classes trabalhadoras como os sindicatos operários, as centrais sindicais e até mesmo os partidos progressistas. No entanto, a classe operária não está ausente, no sentido de que seus valores e necessidades direcionam a luta pela Reforma Sanitária. (ESCOREL, 2006, p. 186).

Seguindo o raciocínio de justificar uma ausência do proletariado no movimento sanitário a autora aponta que o Movimento Sanitário consegue imprimir a direção na luta pela Reforma Sanitária. Com isso, essa direção é qualitativamente proletária, uma vez que a luta por um sistema de saúde “universal, equânime, acessível e democrático, quando pensa na saúde como valor universal e se concentra no alvo de impedir a mercantilização da saúde” (ESCOREL, 2006, p. 191).

Apesar de trazer essa defesa de uma determinada proletarização sem a necessidade da presença de proletário, Escorel (2006) admite que ao concentrar suas energias em uma estratégia que privilegia o espaço do Estado como espaço das lutas para atingir seus objetivos, o movimento deixa em segundo plano o trabalho mais cotidiano e perene com a classe trabalhadora. Para resolução da questão, a autora afirma que é preciso que o movimento sanitário se nutra das questões proletárias. Porém, isso não significa abandonar “o palco de luta até agora considerado estratégico e sim reforçar a organicidade no sentido de fundir-se com o proletariado, converter-se e sentir-se parte dele” (ESCOREL, 2006, p. 191).

Dantas (2018) em um esforço de aprofundar a questão do movimento sanitário em sua relação com as organizações da classe trabalhadora, como partidos e organizações sindicais, defenderá que há uma base material desse “fantasma da classe ausente”, a qual seria uma crise de estratégia, de organização e de teoria da classe trabalhadora mundial, ocorrida desde os anos de 1970/1980, tendo como eventos influenciadores o fim do bloco socialista, a reestruturação produtiva capitalista e a ascensão do neoliberalismo.

Dantas (2018) diferencia, no entanto, que no caso brasileiro, nesse mesmo período, vivíamos um ascenso nas lutas da classe trabalhadora, mas destaca que na sequência já houve um recuo, o qual fica mais evidente na segunda metade da década de 1980, citando as seguintes questões conjunturais: possibilidade real do Partido dos Trabalhadores (PT) chegar à presidência da república em 1989; concepção de uma sociedade civil, composta por diversas

classes e frações de classes, que supostamente coadunava, no aspecto político, com pautas em comum como as diretas já, fim da censura, direito a saúde e fim da ditadura militar:

A partir desses dados de realidade e dos muitos desafios estratégicos, táticos, teóricos e programáticos que daí desdobravam, os sanitaristas tomaram opções que, ao lado da correlação de forças desfavorável, contribuíram também para o alargamento do fosso que os separavam de suas bases, reais ou pretendidas. A autocrítica em relação à absolutização da via institucional e o consequente abandono da luta construída pela base já foram realizados, em parte, pelo movimento sanitário, mas não o suficiente para desabonar a tática e abalar o lugar fetichizado da democracia – como único terreno legítimo da luta política, por excelência – e do Estado – entendido meramente como máquina a serviço dos vencedores de pleitos eleitorais. (DANTAS, 2018, p. 147).

O autor não realizará a negação do fenômeno da “classe ausente”, mas apresentará uma formulação que explica o fenômeno. Primeiramente expondo as escolhas políticas, consoantes com a EDN, tomadas pelos dirigentes da luta pela reforma sanitária brasileira, destacando que a escolha pela luta institucional não foi consequência do afastamento das bases, mas sim de fato uma opção política. Além disso, pontua que Arouca não lê o dilema do fantasma como ausência total da classe trabalhadora, o sanitarista em verdade argumentava que a direção da luta pela reforma sanitária não poderia ser de outra senão da própria classe trabalhadora, dado seu conteúdo, muito embora o movimento organizado sindicalmente estivesse pouco direcionado para a questão específica da saúde (DANTAS, 2018). Refere, porém, que não foi essa a interpretação que ganhou força entre os sanitaristas, principalmente a partir dos anos 1990, quando parte das avaliações chegam a culpabilizar a classe trabalhadora organizada por derrotas no campo saúde:

Seu desconhecimento do SUS, sua pouca ou nenhuma consciência sanitária e o seu senso comum que valoriza o privado em detrimento do público, conjugados ao corporativismo sindical que fortalece o mercado dos planos de saúde, tornaram-se peças de acusação de uso corrente. Cobra-se do fantasma o que o fantasma não pode dar. Tais constatações, embora corretas, ignoram e desconhecem a própria base que acusam de ausente (DANTAS, 2018, p. 151).

O autor refere que os movimentos de saúde são muito diversos, defende, portanto, que o SUS é fruto da luta dos trabalhadores, e que identificar a ausência da classe trabalhadora, limitada somente a movimento social setorial, é desqualificar a luta e supervalorizar as articulações realizadas pelo alto, ou seja, instituições vinculadas ao Estado ou a própria presença de sanitaristas ocupando cargos no Estado. Dantas (2018) vincula ainda tal leitura com a perspectiva de união nacional encampada pelos sanitaristas, sendo produto de um projeto

nacional que abarcaria inclusive setores da burguesia. Para fundamentar cita a fala de Arouca na abertura da VIII Conferência Nacional de Saúde no qual lamenta a ausência de algumas entidades ligadas ao setor privado naquele espaço. Em síntese, conclui:

Dito de outra forma, não é possível associar as conquistas na Saúde, bem como suas crises e seus fracassos, à existência ou não de movimentos populares organizados em torno das bandeiras da saúde. Embora, no Brasil, os movimentos sociais nunca tenham fortemente se organizado por essa demanda, a única explicação razoável e historicamente correta, como atestou Arouca, é que a força do movimento organizado da classe é autora do SUS e das conquistas dos últimos 40 anos. A expertise, o conhecimento profundo das questões de saúde, a capacidade formuladora e habilidade política dos sanitaristas se beneficiaram do ambiente de luta política do período. (DANTAS, 2018, p. 153).

A síntese acima já não diz da participação direta de determinados setores organizados da classe trabalhadora na luta setorial por saúde pública, mas pontua o ascenso das lutas da classe trabalhadora nas décadas de 1970 e 1980, configurando uma luta política da qual os sanitaristas, ou seja, a luta pelo SUS, se beneficiou. A questão da “classe ausente” é abordada a partir de outra perspectiva que não a participação direta, em uma visão mais ampla, dos acúmulos da luta política, do momento da luta de classes e o impacto da movimentação de setores organizados da classe trabalhadora em outras lutas.

Embora não nos restem dúvidas do impacto na luta entre capital *versus* trabalho, das investidas da classe trabalhadora organizada a partir de seus locais de trabalho nos anos finais da década de 1970 e na década de 1980, na direção de conquistas de direitos sejam eles no campo social ou político, compreendemos que para nossa pesquisa é importante avançar no entendimento da relação entre a luta pelo direito a saúde pública e a organização dos trabalhadores a partir do movimento sindical.

Stotz (2019) versa sobre a mesma questão, da classe ausente, a partir de uma crítica direcionada à Santos (2014), a qual aborda uma possível relação entre a tradição corporativa do movimento sindical e a fragilidade de legitimação do SUS. Stotz (2019) resgata que os principais intelectuais e agentes do movimento sanitário estavam vinculados ao PCB, que por sua vez representava a política de conciliação de classes, virando as costas para o movimento sindical combativo e buscando uma derrota e não derrubada<sup>30</sup> do regime empresarial-militar. Retoma ainda, como já citado nessa pesquisa, a opção de priorizar a via institucional para

---

<sup>30</sup> O autor define a derrota da ditadura como uma saída negociada dos militares do poder, envolvendo amplos setores da sociedade em uma aliança democrática. Já a derrubada pressuporia o enfrentamento direto à ditadura.

cumprir os objetivos do movimento sanitário, fato que gerou afastamento dos movimentos populares, como o Mops, bem como a opção de participar do colégio eleitoral de 1985, em contraposição ao PT, o qual optou pelo boicote.

O autor defende que a classe ausente foi produto da própria política do PCB, política de alianças/conciliação de classes, a qual a massa dos trabalhadores não se vinculou. Por outro lado, faz a crítica que tampouco o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu levar a cabo a tarefa da entrada da classe trabalhadora no cenário político de forma independente, pois a condução do PT tinha o limite de ser ideologicamente vinculada a uma corrente democrática radical, pequeno burguesa, a qual dirigia o partido e não tinha experiência política para imprimir direção frente a conjuntura (MARTINS, 1983 apud STOTZ, 2019).

Esses caminhos trilhados pela direção do movimento sanitário o levaram realmente a conformar-se de maneira frágil do ponto de vista de sua base de sustentação. Essa leitura de Stotz (2019) localiza na vanguarda do movimento, dirigida e dirigente do PCB, as questões que levaram à sua fragilidade, e não da classe trabalhadora de uma forma genérica:

Alegações de quem se encontrava à margem dos setores mais combativos do movimento operário, em decorrência de sua estratégia democrático-burguesa. Incapaz, portanto, de entender que a classe operária sempre luta por reivindicações econômicas específicas. Que geralmente é obrigada a se manifestar politicamente, a exemplo da recusa e resistência à política econômica que afeta seus direitos e conquistas materiais. E que, no decorrer dessas lutas, apoiado por organizações de vanguarda, organiza-se em torno delas por serem instrumentos mais eficazes na luta de classes. (STOTZ, 2019, p. 56).

Como observado, tanto Stotz (2019) quanto Dantas (2018) desenvolvem em suas análises a problemática dos impactos da direção política dada ao movimento sanitário, não abarcando com maior profundidade a questão do corporativismo, que em nosso entendimento também é um elemento chave para compreender os passos do movimento sindical no que tange a luta pelo projeto de reforma sanitária.

Costa (1994) aponta que a reforma sanitária, com sua proposição de um sistema universal de acesso aos cuidados em saúde, do qual não é necessária a prévia contribuição, apresenta uma ruptura no modelo de proteção social vigente no país desde a década de 1930. Argumenta que o projeto apresentou um caráter redistributivo, viabilizando transferência de recursos entre aqueles que contribuía para aqueles que não contribuía, em um paradigma de proteção social solidária. Porém, para o autor, existia uma característica, a qual ele denomina de “tendência estrutural”, de buscar atendimento diferenciado, operada por “organizações intermediárias que articulam interesses, como os sindicatos e organizações profissionais ou

funcionais” (COSTA, 1994, p. 3).

O autor versa que, paradoxalmente, as representações sindicais defendiam teses publicistas ou estatizantes nos espaços institucionais de disputa dos rumos da política de saúde, ao mesmo tempo em que pautavam a assistência privada em espaços de mesas de negociação dos segmentos que representavam. Para dar substância ao seu argumento, Costa (1994) traz alguns dados:

Uma pesquisa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) mostrou que 49,5% dos sindicalizados da Grande São Paulo, dos setores metalúrgico, químico, construção civil, têxtil, bancário, comerciário e transporte coletivo, tinham como principal motivo para a entrada no sindicato a possibilidade de serviços sociais (CUT, [19--?] apud COSTA, 1994, p. 4).

Além disso, ressalta que “as convenções coletivas de quatro sindicatos de São Paulo, em fins da década de 80, fazem referências explícitas aos convênios médicos” (COSTA, 1994, p.4). Com isso, o autor reforça o desalinhamento entre a luta encampada por um sistema de saúde universal, com algumas defesas de ser totalmente estatal, e as pautas colocadas pelos movimentos nas mesas de negociação as quais reivindicavam a assistência privada em saúde, agindo assim na contramão da consolidação da proposta do sistema público, gratuito e universal.

Outra questão de relevância apresentada por Costa (1994) era como as entidades sindicais lidavam com a assistência à saúde dos trabalhadores e seus dependentes em caso de desemprego, propondo nos acordos coletivos que as empresas custeassem os planos privados de saúde após a demissão, por um período de um ano:

Essa preocupação com o trabalhador desempregado e, portanto, dependente do atendimento público apareceu em vários outros acordos, atestando não só o reconhecimento pelos sindicatos das grandes dificuldades de realização, fora do circuito do trabalho, de alguns direitos essenciais de assistência à saúde, mas também o distanciamento ativo da agenda publicista. (COSTA, 1994, p. 6).

Menicucci (2003) discorre que a configuração da política de saúde no Brasil, a partir dos institutos previdenciários, oportunizou uma lógica corporativa de inclusão de trabalhadores urbanos inseridos no mercado formal de trabalho. Para a autora esse formato histórico da assistência à saúde não proporcionou a “constituição de uma identidade coletiva entre o público-alvo capaz de articular uma demanda universalista” (MENICUCCI, 2003, p. 32), ao contrário, propiciou a particularização e o corporativismo. Para Menicucci esse modelo de assistência trará consequências quanto ao apoio efetivo à constituição do SUS na década de 1990 dos setores mais mobilizados dos trabalhadores, contando apenas com o apoio formal.

Observamos aqui que a argumentação da autora se aproxima das questões apontadas por Costa (1994), ao indicar uma distância entre uma luta efetiva, a partir das questões concretas dos locais de trabalho, e um apoio formal, em espaços institucionais como as conferências de saúde ou espaços de articulação entre as forças sociais favoráveis ao projeto da reforma sanitária.

Na mesma direção é a pesquisa realizada por Teodoro e Csapo (2021), no qual apresentam a relação entre a luta sindical pela assistência à saúde dos trabalhadores e o mercado dos planos privados coletivos de saúde:

Como determinante político relevante nesse processo – agregado aos condicionantes institucionais, de conjuntura econômica e mesmo de interesse patronal, o estudo do momento corporativo da ação sindical oferece um quadro mais complexo dos desafios que se impõem à unidade orgânica e programática entre sindicalistas e sanitaristas. Não é estranho a esses impasses a distância entre as teses cultivadas na Reforma Sanitária e as expectativas concretas do cotidiano trabalhista sobre suas lideranças sindicais. Considerando os registros sociais que contribuem para uma história das ideias políticas, a identificação do corporativismo ganha ainda mais relevância quando se considera que a construção dos direitos públicos da saúde, exige, incontornavelmente, a formação de uma ampla base social de apoio. (TEODORO; CSAPO, 2021, p. 10).

Destacamos nesse trecho um condicionante, como aponta os autores, que se trata do interesse patronal na viabilização de planos privados coletivos aos trabalhadores, sob o qual não encontramos abordagem mais detalhada nas produções consultadas. No entanto, de todo modo, Teodoro e Csapo (2021) conseguem apresentar dados concretos em torno das pautas e mobilizações da classe trabalhadora organizada no movimento sindical e a relação com o projeto da reforma sanitária.

Expostas as duas principais compreensões acerca da luta sindical e a reforma sanitária, apresentamos alguns apontamentos acerca dos dados expostos anteriormente com base na pesquisa documental que foi realizada.

Primeiramente, sistematizamos os nossos achados nos materiais pesquisados separando os conteúdos dos jornais e das resoluções, agrupando-os da seguinte maneira, em que o número entre parênteses diz respeito à quantidade de ocorrência:

- a) Denúncia da insuficiência de atendimento em saúde no país / denúncia falta de investimento em saúde pelos governos/ luta por saúde/ saúde enquanto direito social (15);
- b) Denúncia sobre assistência médica oferecidas nas fábricas (09);

- c) Denúncia condições de saúde da população ou dos trabalhadores da base da OSM-SP (8);
- d) Crítica ao assistencialismo do sindicato no campo da saúde – oferta de atendimento médico/medicações – (05);
- e) Assistência médica na empresa ou convênio como pauta ou conquista (3);
- f) Outros: crítica sobre limitação de quem poderia atestar doença profissional (01); divulgação de curso Ação Sindical em Saúde (01); defesa de Cipas eleitas para que possam defender saúde do trabalhador (01);

Já em relação ao conteúdo encontrado nas teses enviadas ao I Congresso da OSM-SP, encontramos três referências à pauta de melhoria do INPS; uma crítica à assistência médica realizada na fábrica; sete referências à crítica da assistência médica ofertada no sindicato e uma proposta de deliberação pela luta para assistência médica gratuita. No que tange as teses aprovadas nos congressos da OSM-SP, encontramos menção à questão da saúde apenas nas resoluções do III Congresso, como já apontado anteriormente, colocando a saúde como direito social, associando-a ao controle social.

Iniciemos pelo ponto de maior tensionamento nas elaborações acerca do sindicalismo e a pauta da assistência à saúde, envolvendo ou não a questão da luta pela saúde pública, a questão da saúde suplementar ou planos privados de saúde.

Como exposto, encontramos nos jornais assinados enquanto OSM-SP três menções à assistência médica privada como uma pauta de reivindicação, sendo que em uma reportagem se trata da crítica ao fato dos trabalhadores terceirizados não terem acesso à essa assistência ofertada no interior da fábrica, denunciando assim a diferença de tratamento entre os vínculos de contrato dentro de um mesmo local de trabalho. As outras duas matérias versam sobre conquistas de trabalhadores demitidos e a manutenção do benefício da assistência médica (plano privado de saúde custeado pela empresa), por prazo determinado. Observa-se que não há nas abordagens uma agitação mais densa sobre a questão, elencando-a como pauta de luta. Da mesma forma não há crítica quanto ao fato desses trabalhadores ficarem desassistidos pelo sistema de saúde frente as suas demissões, conduzindo a discussão para a problemática do direito à saúde não ser tratado de forma universal no período. Esses achados corroboram com a tese apresentada por Costa (1994) acerca do comportamento do movimento sindical de recorrer a pauta de continuidade da assistência médica quando se faz presente a demissão dos trabalhadores, de certo modo legitimando que o Estado não supra necessidades de assistência em saúde, sendo que durante o período de desemprego deve ser garantido pela empresa

capitalista a assistência, na qual o trabalhador novamente será beneficiado quando tiver um novo vínculo de trabalho formal.

Em contraposição, houve uma presença importante de matérias que versaram sobre a falta de investimento estatal na política de saúde pública no país, apontando a saúde enquanto um direito social que deve ser garantido pelo Estado, demonstrando a insuficiência do atendimento público em saúde. Em que pese que o INPS contratava serviços particulares para a prestação de serviços em saúde, não há nos jornais menção a essa política de favorecimento do setor privado em saúde, diferentemente da resolução aprovada no II Congresso Nacional da CUT, no qual há uma clara defesa da estatização dos serviços de saúde, e no III Congresso Nacional da CUT, que em suas resoluções versa sobre a criação de um sistema público. Também nas teses enviadas pelos setores ao I Congresso da OSM-SP, há uma proposta de resolução de luta por assistência médica gratuita, sem maior aprofundamento.

Sobre esse último, vale destacar que a criação de um sistema público de saúde, sendo universal, gratuito, não se traduz automaticamente em um sistema sem participação do setor privado enquanto prestador de serviços. Ou seja, não foram encontradas nas resoluções do III Congresso uma posição que fizesse coro a proposta defendida inicialmente pelo MOPS, da completa estatização dos serviços de saúde, sem participação complementar da iniciativa privada.

As denúncias sobre a assistência em saúde oferecidas nas fábricas aparecem também com certa frequência, associadas a uma prática profissional médica tendenciosa, cooptada pelos interesses patronais de permanência do trabalhador no local de trabalho, em contraposição a afastamentos médicos por questões de saúde. Essa questão é presente tanto nos jornais da oposição, quanto nas teses enviadas ao I Congresso da OSM-SP.

Também com presença significativa nos jornais da OSM-SP estão as denúncias em torno das condições de saúde da população brasileira de modo geral e dos trabalhadores da base da oposição. Por diversas vezes a questão de saúde no Brasil é utilizada como agitação do movimento dos trabalhadores, extrapolando o corporativismo da categoria metalúrgica, relatando índices de mortalidade infantil frente à situação da população Ianomâmi, dando um caráter de classe à questão.

O atendimento em saúde ofertado pelo sindicato dos metalúrgicos de São Paulo/SP apareceu de forma bastante incisiva, tanto nos jornais, quanto nas teses enviadas ao I Congresso da OSM-SP. A leitura dos militantes da OSM-SP era de que não era função do sindicato prover esse tipo de atendimento e que o fazia para se utilizar disso politicamente, com vistas a permanecer na direção do sindicato, uma vez que muitos trabalhadores, essencialmente

aposentados, se beneficiavam do assistencialismo em saúde promovido pelo sindicato.

Fato de relevância em relação a esse tema é que, apesar de aparecer em todas as teses enviadas previamente, isto é, todas as regiões da OSM-SP e de um agrupamento da OSM Osasco, a respectiva resolução não aparece na tese final aprovada no I Congresso. Na parte da tese aprovada que versa sobre a estrutura sindical há uma constatação de que o sindicato tem um caráter assistencialista, porém não especifica a questão da saúde. Também chama a atenção que no II Congresso da CUT aprova-se que se deva empreender uma luta pelo fim “gradual” da assistência médica ofertada pelos sindicatos.

Lembremos que nas avaliações acerca das derrotas eleitorais das chapas da OSM-SP, há um elemento no balanço sempre presente que é o peso do voto dos trabalhadores aposentados, depositados na sede do sindicato, para tais derrotas. Também nos textos que problematizam o assistencialismo em saúde no sindicato é pontuado que o principal público-alvo são justamente os trabalhadores aposentados.

Um fato que nos chama a atenção é que os textos que trazem essa crítica aparecem em edições de 1982, 1983 e por último em 1984 em um balanço sobre a derrota nas eleições para o sindicato naquele ano. Já as teses apresentadas ao I Congresso, que se aborda de maneira crítica a questão, são de 1979. Após 1984 não há registros de críticas à prática assistencialista do sindicato no campo da saúde, mas apenas em 1986 em resolução da CUT, atenuando a questão, conforme apresentado. Tais fatos nos levam a entender que a não abordagem da questão deve-se a uma avaliação em torno da questão eleitoral de disputa do sindicato, pois nos parece plausível avaliar que abordar tal questão desagradasse parte da massa eleitoral. Assim, podemos compreender esse comportamento como um recuo nessa pauta que era cara ao novo sindicalismo, que pretendia romper com as práticas herdadas do sindicalismo baseado em práticas tradicionais.

Avaliando por essa ótica, podemos fazer coro à afirmação anteriormente exposta de Boito Junior (1991a) sobre o peso do sindicalismo de Estado sobre o movimento sindical, aqui mesmo não se tratando de uma direção sindical, ou seja, um agrupamento que age por dentro da estrutura sindical, porém mesmo assim há uma influência dessa estrutura sob o movimento. A disputa eleitoral em torno do sindicato não se mostra como algo secundário, ou seja, se dá um peso importante a ocupação do instrumento sindical, mesmo que com todos os limites do sindicalismo de Estado.

Poderíamos utilizar da resolução da CUT que trata da transição gradual do assistencialismo no sindicato para assistência em saúde pelo Estado para identificar o componente político de uma “nova conciliação” que se apresentava, conforme produções de

Stotz (2019), uma vez que há novamente um aceite de uma característica do sindicalismo assistencialista.

No que tange a tese da classe ausente, podemos afirmar a partir dos dados encontrados que mesmo esse movimento sindical mais combativo, aqui representado pela OSM-SP, estava distante dos debates e propostas do movimento sanitário e dos movimentos populares em saúde, uma vez que nas abordagens em relação à saúde não aparecem, de maneira expressiva, a crítica ao modelo privatista, já bem elaborada pelos setores progressistas que discutiam uma política de saúde para a classe trabalhadora.

Percebemos que as abordagens com relação a saúde enquanto direito social carecem de explanação de um objetivo mais elucidado de qual projeto de saúde o movimento defendia. Em geral fala-se de melhoria no INPS, controle dos trabalhadores do INPS, investimento em construção de postos de saúde e hospitais, porém fica ausente a crítica fundamental realizada no período sobre a presença do setor privado, desenvolvido a partir de recursos públicos, na assistência em saúde no Brasil.

Uma vez o PCB hegemonizando o movimento sanitário, é possível presumir que de fato o distanciamento com a OSM-SP tenha ocorrido, reforçando as interpretações de Dantas (2018), uma vez que o PCB naquele período não estava compondo o novo sindicalismo, conforme apontado por SANTANA (1999). Porém o fato de não estar diretamente vinculada diretamente ao movimento sanitário não significa definir que a OSM-SP não abordou a questão da saúde, em especial a assistência à saúde, em seus materiais.

Como demonstrado acima foram diversas as abordagens, em sua maior parte agitativas, em relação a pauta do atendimento em saúde. A forma como se apresentou o conteúdo rompeu, ainda, com uma lógica corporativista, pois em diversos momentos se abordou a saúde enquanto um direito social, a condição geral de saúde dos trabalhadores no Brasil, a falta de investimento público em saúde.

A tese de que o movimento sindical reforça a existência da assistência complementar em saúde não parece se aplicar totalmente à OSM-SP, no período estudado, uma vez que a partir dos dados não é possível enquadrar como um movimento sindical que só tem olhos para suas pautas específicas e que reivindica o atendimento privado em saúde como solução para as questões de saúde dos trabalhadores. Muito embora o elemento do corporativismo não foi superado, o entendendo enquanto um fenômeno complexo no interior do movimento sindical brasileiro, conforme apresentado.

Cabe uma reflexão em torno do próprio caráter de oposição da OSM-SP, sem dúvidas mais potente no sentido de possibilidades das críticas à estrutura e práticas sindicais do que

daqueles que ocupam as direções dos sindicatos. No entanto, da mesma forma que não há agitações, expressivas, pautando os planos privados de saúde, também não aparece a crítica a eles. Ao contrário, aparecem como resultado da luta, de maneira tímida, mas presente nos dados analisados.

Isso nos parece indicar um limite desse setor do proletariado, com trabalho formal e possibilidade de acessar atendimentos em saúde de maior qualidade, de rejeitar essa forma de assistência e apoiar amplamente o sistema público de saúde. A pauta imediata dos trabalhadores é o atendimento em saúde, não exatamente se ele se dará pelo Estado ou por empresas. No caso da fração da classe trabalhadora que não está no mercado formal de trabalho ou vende sua força de trabalho para pequenos negócios os quais não oferecem possibilidade de oferta de assistência à saúde através de planos privados de saúde, só resta a luta por um sistema público de qualidade. A pauta imediata passa a ser o sistema público, pois não há outra possibilidade.

Olhando para a categoria metalúrgica de uma cidade como São Paulo/SP, grande centro produtivo da América Latina, é razoável compreender que uma parcela desse conjunto de trabalhadores estará empregada em multinacionais que oferecem planos privados de saúde. Atuar, de maneira incisiva, contra o acesso a esse atendimento nos parece idealizado do ponto de vista da consciência reivindicatória. Isso não significa abraçar o corporativismo sindical, ao contrário, é preciso avançar para além do reivindicatório corporativista, ou seja, propagandear, para os trabalhadores, a necessidade de sistemas universais, na perspectiva do direito, inclusive propagandear o socialismo, como identificado em alguns materiais da OSM-SP.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou contribuir com o conjunto das produções acadêmicas que têm como propósito aprofundar a leitura crítica em torno do Sistema Único de Saúde (SUS) como um direito social conquistado a partir das lutas de classes na sociedade capitalista. Essa compreensão coloca para o conjunto de profissionais e da militância que defende o Sistema Único de Saúde (SUS) a necessidade de ponderar sobre a base de sustentação política do sistema no âmbito da sociedade capitalista.

Tomando como ponto de partida a divisão de classes nesse modo de produção, nosso estudo passou fundamentalmente pela leitura do quanto a classe trabalhadora ou suas frações estão inseridas na luta pelo direito social à saúde, em especial a classe trabalhadora organizada no movimento sindical no período da história brasileira em que houve a criação de importantes instrumentos de luta dos trabalhadores, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em suma, na definição de nosso objeto de pesquisa buscamos abarcar a relação do movimento sindical com a luta pela saúde pública procurando captar a pluralidade do movimento sindical, a qual extrapola as direções sindicais. Com isso, realizamos um estudo a partir da atuação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), um importante movimento de oposição sindical o qual se desenvolveu no bojo do novo sindicalismo e no mesmo período em que ganhou corpo a luta pela reforma sanitária brasileira, com vistas a analisar a como essa oposição abordou a luta por saúde e a relação dessa pauta com a luta pela emancipação humana.

Nossos objetivos específicos foram definidos para que tivéssemos condições de caracterizar politicamente o movimento de oposição metalúrgica de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980 no âmbito das lutas de classes; analisar as abordagens realizadas pelo movimento de oposição metalúrgica de São Paulo no que tange a luta por saúde pública; compreender o movimento de luta por saúde pública no Brasil, a partir da experiência da luta pela reforma sanitária no contexto dos anos de 1970 e 1980.

Para a caracterização política da oposição sindical metalúrgica de São Paulo/SP identificamos a necessidade de desenharmos uma leitura tanto acerca da constituição do capitalismo no Brasil, em especial sua fase monopolista, quanto do comportamento do movimento sindical brasileiro a partir da maior generalização do trabalho assalariado. No debruçar acerca dessa categoria do movimento sindical, a trazendo para o cenário histórico brasileiro, encontramos reflexões fundamentais para avançar no entendimento da relação entre

o movimento sindical e a luta por direitos sociais universais. Assim, são no primeiro e segundo capítulo da dissertação que essas questões são desenvolvidas de maneira mais densa, nos dando condições de acessar importantes debates sobre a leitura do movimento sindical brasileiro, as investidas que sofrera tanto nos governos de Getúlio Vargas, quanto no período da ditadura empresarial-militar brasileira.

É nessa seara, das produções teóricas sobre o movimento sindical desde Vargas ao regime militar, que pudemos nos debruçar sobre o chamado sindicalismo de Estado, bem como o velho e novo sindicalismo, suas configurações e contradições. A partir desses elementos pudemos realizar uma caracterização da OSM-SP a compreendendo enquanto expressão de um importante momento para a classe trabalhadora brasileira, o qual se fez laboratório para novas reflexões e o desenvolvimento de ferramentas de luta necessárias diante do contexto de intensa repressão, como também de derrota da classe trabalhadora brasileira a partir da estratégia de aliança com sua classe antagônica.

Ainda acerca da caracterização política da OSM-SP, não seria precipitado concluir, a partir de nossas leituras e pesquisa documental, que aquele espaço político foi sem dúvidas uma experiência avançadíssima, do ponto de vista do movimento sindical brasileiro construído até então, porém nem por isso imune às contradições. A negação do nomeado velho sindicalismo e a proposição de construção de novas práticas, em nosso entendimento, não foram suficientes para eliminar as contradições próprias do movimento sindical, muito embora há que se reconhecer o esforço para avançar na luta e organização da classe trabalhadora para além da categoria de atuação da oposição, no caso os metalúrgicos de São Paulo/SP.

Nosso segundo desdobramento do objetivo geral tratou de analisar as abordagens realizadas pelo movimento de oposição metalúrgica de São Paulo no campo da luta pela saúde pública, objetivo naturalmente emaranhado ao anterior e ao terceiro, que seria compreender o movimento de luta por saúde pública no Brasil, a partir da experiência da luta pela reforma sanitária no contexto dos anos de 1970 e 1980.

Nesse desvelar nosso método nos levou a identificação de algumas leituras importantes tanto sobre a luta pela saúde, quanto da relação entre a luta por saúde versus movimento sindical. Nos parece acertado afirmar que o movimento sanitário brasileiro carregou em si as características de conciliação de classes presentes na Estratégia Democrático-Nacional, uma vez que o citado movimento foi dirigido por quadros políticos do PCB e, mais do que ser dirigido pela organização que estava à frente da defesa da EDN, a história nos mostra que o movimento sanitário fez um movimento “por dentro” do Estado, buscando a institucionalização de suas pautas e garantir inserção nesse espaço estatal, mesmo que o Estado estivesse atuando

ferozmente contra os interesses dos trabalhadores naquele período. Na contramão desse viés institucional, vinham as proposições dos Movimentos Populares em Saúde, os quais, segundo resultados encontrados em nossa pesquisa, não viam a via institucional com bons olhos, além de propor um sistema de saúde totalmente estatal, sem participação da burguesia do setor saúde.

Nos documentos pesquisados, conforme exposto anteriormente, encontramos uma vinculação direta entre a OSM-SP e os movimentos populares, uma vez que o jornal da oposição é usado para divulgação de assembleia de moradores de determinado território da periferia de São Paulo/SP. Apesar disso, essas pautas dos movimentos populares por saúde pública, especificamente um Sistema Único de Saúde no país, sem a presença da rede privada, não é incorporada pela direção da OSM-SP, pois apesar do maior número de abordagens realizadas em torno do tema saúde justamente se referir a insuficiência do atendimento em saúde no país, da necessidade de investimento público em saúde e o reconhecimento desta enquanto direito social, pouco se desenvolve em torno nos debates realizados no período, especialmente da questão da presença do setor privado no campo do atendimento em saúde. Em alguns momentos inclusive a assistência privada em saúde aparece enquanto uma conquista, noticiada, sem que haja uma reflexão crítica em torno disso.

Sobre esse aspecto da presença do setor privado, da proposta do Mops de uma saúde completamente estatal, devemos apontar que não realizamos pesquisas em materiais diretamente desenvolvidos pelo Mops, nos limitando a algumas formulações de alguns autores que inclusive não tinham como objetivo de pesquisa o Mops em si, mas sempre o trazendo dentro de um outro determinado contexto de pesquisa. Embora tenhamos essa limitação, com base na bibliografia pesquisada pudemos entender o Mops como um movimento avançado do ponto de vista de suas pautas e orientações políticas, atuando em uma seara onde a organização do movimento passa pelo território, pelas dificuldades de financiamento e articulação, não possuindo algumas estruturas mais presentes no movimento sindical. Entretanto, que é possível e necessário avançar na caracterização política do Mops, abarcando suas contradições, trajetória e direções políticas, para que não se cristalice uma compreensão que a luta popular por saúde passe necessariamente pela negação do serviço privado em saúde prestando um serviço público ao Estado.

Realizamos essa afirmação pois entendemos que assim como um determinado grupo de trabalhadores contratados por uma empresa, com sua consciência reivindicatória própria do movimento sindical, que na realidade objetiva suas e de seus dependentes, enxerga como necessidade o atendimento em saúde, tornando-o uma pauta de luta, não o desejará ou aceitará apenas se realizado por serviço público. Isto é, o patrão fornecer plano de saúde privado para

os trabalhadores e seus dependentes, diante da pauta de acesso à assistência em saúde, representa uma vitória da reivindicação, um ganho econômico. Da mesma maneira podemos inferir que, havendo uma demanda por atendimento em saúde de uma população de determinado território, em um cenário hipotético do poder público realizar um convênio com uma empresa privada que preste o atendimento de forma gratuita/universal, a pauta reivindicação e o direito solicitado estarão atendidos.

A reflexão anterior nos coloca frente a uma questão que esse trabalho se propôs a responder: em que medida as lutas por saúde pública realizadas no período contribuíram para o fortalecimento da luta por emancipação humana. Nossos estudos apontaram algumas direções nesse sentido:

A primeira questão trata-se justamente de nosso entendimento acerca de como a oposição metalúrgica abordou a pauta da saúde, e para essa análise, trouxemos tanto as leituras que se localizam na direção política do movimento pela reforma sanitária a problemática do afastamento das bases sindicais, tanto a perspectiva que vê no corporativismo o motivo do pouco envolvimento do sindicalismo na luta pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Pudemos verificar que é possível identificar determinações no real partindo das duas perspectivas, ou seja, há elementos do corporativismo, assim como elementos da direção política do movimento sanitário.

Se tratando da abordagem realizada pela OSM-SP em seus materiais acerca da saúde, podemos concluir que a questão da saúde foi abordada de forma a agitar os trabalhadores, cumprindo assim uma função para o movimento organizado. A oposição também não se limitou ao contexto dos metalúrgicos, trazendo informações sobre as condições de saúde e acesso a tratamento do conjunto dos trabalhadores, utilizando a pauta da saúde para discutir com sua base as necessidades da classe trabalhadora brasileira como um todo, fugindo de uma perspectiva mais corporativista que é tão danosa ao movimento.

Já o movimento sanitarista buscou trilhar um caminho institucional, com certa conciliação de classes quando da aprovação de como seria o Sistema Único de Saúde, uma vez que cede aos interesses privatistas. Apesar de ceder a essa fração, mantem-se a defesa da perspectiva universal do atendimento em saúde, rompendo com a lógica do seguro social, levantando uma pauta que diz respeito a totalidade da classe trabalhadora brasileira, independente de vínculo formal de trabalho. O Mops, por sua vez, buscava a construção pelas bases e negava a sua institucionalização, conferindo maior independência ao movimento social, elemento que consideramos importante quando se tem em perspectiva o avanço da consciência dos trabalhadores.

Por fim, compreendemos que a pauta da luta pela política social de saúde tem potencial de carregar diversos debates e aglutinar o conjunto dos trabalhadores em torno da luta. No caso estudado, a saúde por diversas vezes foi o elemento concreto para discutir as condições de vida dos trabalhadores e as mazelas ocasionadas pela exploração capitalista. Apesar de pouco abordado pela OSM-SP, essa luta também possibilita um aprofundamento sobre a mercantilização dos direitos sociais, expondo a divisão em classes sociais presente no capitalismo e como a burguesia opera para concentrar riquezas, utilizando-se inclusive do sofrimento humano para tal.

Nossa pesquisa também apontou a vinculação das lutas travadas no âmbito dos movimentos dos trabalhadores com estratégias mais amplas, as quais são elaboradas tendo em perspectiva os caminhos para se alcançar os objetivos históricos da luta dos trabalhadores. Em balanços realizados, se identificam que essas estratégias podem se mostrar equivocadas, ao tomar caminhos que não avançam na organização dos trabalhadores rumo a sua emancipação.

No que tange ao movimento sindical e as perspectivas para a pauta da saúde, entendemos que é preciso seguir organizando os trabalhadores com horizonte de se afastar, o máximo possível, das perspectivas corporativistas. Elemento essencial para dar ao movimento sindical um caráter classista se trata da formação teórica, pois a simples agitação sem desenvolver ferramentas para a compreensão do real tende a levar a uma mera reprodução do que está dado.

Devemos nos atentar, porém em relação a um possível idealismo ou romantismo, no qual a defesa do SUS ocorrerá de forma espontânea, bastando agitar as palavras “defenda o SUS”, excluindo o entendimento de que se trata de uma pauta que atinge os trabalhadores, sendo que os sujeitos de direitos da pauta são aqueles que necessitam dos serviços oferecidos pelo SUS para acessarem a assistência à saúde. Além disso, há a fração da classe trabalhadora que trabalha nos diversos equipamentos do SUS, uma vez que em diversos momentos suas pautas podem se fundir com as pautas dos usuários do sistema, como por exemplo a luta por melhores condições de trabalho e conseqüentemente atendimento.

Desta maneira, a luta pelos direitos sociais não deve ocorrer fragmentada das demais lutas dos trabalhadores, vindo acompanhada de formação e organização política, desenvolvimento de ferramentas de militância e buscando formar uma militância que faça a leitura que somente o fim do sistema capitalista conseguirá garantir vida digna à humanidade. Mais do que a luta pela assistência à saúde, devemos compreender o sistema que nos adoce e lutar pela saúde e amplo desenvolvimento de nossas habilidades humanas, isto é, lutar por uma sociedade sem exploração de classe e opressões de raça, gênero e sexualidade.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Guilherme Souza C. de; SILVA, Marcelo José de Souza e. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, Out-Dez 2014
- ALMEIDA, Melissa Rodrigues de. **A formação social dos transtornos de humor**. 2018. 417 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Botucatu, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Pontes, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno Crh**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-527, dez. 2015.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Estado e Trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 29-57.
- BAHIA, L. O sistema de saúde brasileiro entre normas e fatos: universalização mitigada e estratificação subsidiada. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 753-762, 2009.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BATISTELLA, Alessandro. A Era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930-1945). **Unoesc & Ciência**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 21-34, 2015.
- BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1967-1987)**. 2001. 498 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, o Intempestivo: Grandezas e misérias de uma aventura crítica**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.
- BLANDO, Daniela Cunha. **O que é socialismo**. São Paulo: Lafonte, 2020.

BOITO JÚNIOR, Armando (org.). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Hucitec, 1991a.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

BRASIL. (Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 5 de 13 dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 17 de maio 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931**. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1931.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRAVO, Maria Inês Souza. **A política de saúde no Brasil**. In: BRAVO, Maria Inês Souza. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 88-110.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 88-110.

BREILH, Jaime. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v. 1, n. 31, p. 13-27, 2013.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. **Os médicos e a política de saúde**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

CARVALHO, Gilson. A saúde pública no Brasil. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 27, n. 78, p. 7-26, 2013. FapUNIFESP (SciELO).

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 137, p. 15-34, 2020.

CATELLI JUNIOR, Roberto. **Brasil: do café à indústria**: transição para o trabalho livre. São

Paulo: Brasiliense, 2004.

CECÍLIO, L.C. de O. Autonomia versus Controle dos Trabalhadores: a Gestão do Poder no Hospital. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 4, n. 2, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do congresso de fundação. São Paulo, 1983. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>. Acesso em: 05 maio 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do primeiro congresso. São Paulo, 1984. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>. Acesso em: 05 maio 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do segundo congresso. São Paulo, 1986. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>. Acesso em: 05 maio 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do terceiro congresso. São Paulo, 1988. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>. Acesso em: 05 maio 2023.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM SAÚDE. **A questão democrática na área de saúde. Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n. 09, p. 11-13, mar. 1980.

COELHO, Maria Nelma Gomes. **O movimento sindical metalúrgico na zona sul de São Paulo: 1974 a 2000**. 241 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Código de ética do/a assistente social: Lei 8662/1993**. 10. ed. Brasília, DF: CFSS, 2012. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 03 maio 2023.

CORDEIRO, H. O Instituto de Medicina Social e a luta pela reforma sanitária: contribuição à história do SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 343-362, 2004.

COSTA, Nilson do Rosário. Políticas públicas, direitos e interesses: reforma sanitária e organização sindical no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 5 a 17, 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8313>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CUNHA, Jarbas Ricardo Almeida. O direito à saúde no Brasil: da redemocratização constitucional ao neoliberalismo de exceção dos tempos atuais. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 65-89, 2017.

DANTAS, André Vianna. **Do Socialismo à democracia: tática e estratégia na reforma sanitária brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. **Lutas de Classes e o significado político do novo sindicalismo**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. **Lutas de classes no Brasil entre os anos de 1950 e**

**1980:** aspectos históricos e expressões do debate sobre o significado político do novo sindicalismo. 2018. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. Os movimentos populares no Brasil desde os anos de 1980 e alguns dos seus desafios nos anos 2000. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, v. 1, n. 18. 2018. Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ENPSS, 2018. p.1-21.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ENGLANDER, Alexander. **A luta de classes fora de lugar? As interpretações do sindicalismo brasileiro dos anos 1950 e 1960, em Francisco Weffort e Marco Aurélio Santana**. *In: XXXI Congresso ALAS (Asociación Latinoamericana de Sociología)*, Montevideo – Uruguai, 2017.

ESCOREL, S. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. *In: GIOVANELLA, L. et al. (org.). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. P. 385-434.

ESCOREL, Sarah. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ESCOREL, Sarah. Saúde: uma questão nacional. *In: TEIXEIRA, Sonia Fleury (org.). Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: 2006. p. 181-192.

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 183–238, 1997.

FARIA, Hamilton José Barreto de. **A experiência operária nos anos de resistência: a oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário - 1964/1978**. 1986. 463 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio da interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

FONSECA, Cristina. **A saúde no Governo Vargas: dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Fiocruz-Epsjv e Ufrj, 2010.

GERSCHMAN, S.; SANTOS, M, A, B. O Sistema Único de Saúde como desdobramento das

políticas de saúde do século XX. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, [s.l.], v. 21, n. 61, p. 177-190, 2006.

GERSCHMAN, Silvia. **A democracia inconclusa**: um estudo da reforma sanitária brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

GIANOTTI, Vito. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GRAZIA, Giuszepinna de. **Da organização pela base à institucionalização**: Associações de Trabalhadores: o resgate de uma experiência classista dos anos 1970/80. 1. ed. Rio de Janeiro: NPC - Núcleo Piratininga de Comunicação, 2017.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e consentimento)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilásio *et al.* (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, Mauro Luis; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (org.). **A estratégia democrática popular**: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

IASI, Mauro. **O PT e a Revolução Burguesa no Brasil**. [S.l.], 2014. Disponível em: [https://docs.google.com/file/d/0B\\_s4202oxQXfNzkxN2hWb2VQSIE/edit](https://docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzkxN2hWb2VQSIE/edit). Acesso em: 03 mar. 2023

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, 2015.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Sankofa**, [s.l.], v. 10, n. 19, p. 64-82, 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão popular, 2010.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LOWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 01, fev. 1976.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 02, mar. 1976.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 03, mai. 1976.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 04, set. 1976.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 05, fev. 1977.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 06, [S.I] 1977.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 07, [S.I] 1977.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 08, dez. 1977.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 09, fev. 1978.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 02, ago. 1979.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 03, out. 1979.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 04, out. 1979.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 09, [S.I] 1979.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 10, [S.I] 1979.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 11, out. 1979.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 12, out.

1979.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 13, dez. 1979.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 14, fev. 1980.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 15, mar. 1980.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 16, mai. 1980.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 17, nov. 1980.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 18, jun. 1981.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 19, out. 1981.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 20, nov. 1981.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 21, dez. 1981.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 22, jan. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 23, fev. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 24, mar. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 25, abr. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 26, mai. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 27, jun. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 28, jul. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 29, ago. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 30, set. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 31, out. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 32, nov./dez. 1982.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 33, jan. 1983.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 34, fev. 1983.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 35, mar. 1983.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 36, abr. 1983.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 37, mai. 1983.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 38, jun. 1983.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 39, ago. 1983.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 40, set. 1983.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 41, nov. 1983.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 42, jan. 1984.

LUTA SINDICAL: Órgão da Oposição Sindical Metalúrgica - SP. [São Paulo], nº 43, fev. 1984.

LUZ, M. T. As Conferências Nacionais de Saúde e as Políticas de Saúde na Década de 80. In: GUIMARÃES, R.; TAVARES, R. (org.). **Saúde e Sociedade no Brasil: Anos 80**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABRASCO-IMS; UERJ, 1994. p. 131-152.

MACHADO, Eliel. Proletariado e luta de classes em Marx e Engels. In: BÓGUS, Lucia; WOLFF, Simone; CHAIA, Vera (org.). **Pensamento e teoria nas Ciências Sociais: referências clássicas e contemporâneas**. São Paulo: EDUC; CAPES, 2011.

MACIEL, David. Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.18, n. 32, p.64-78, jan./jun. 2014.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. **Teoria Leninista da organização**. São Paulo: Aparte, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. **Em torno da dialética da dependência**. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 105-165.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985b.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Capitalismo e burguesia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetória**. Tese (Doutorado) - UFMG, Belo Horizonte, 2003.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 01, jan. 1986.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 02, fev. 1986.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 04, abr. 1986.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 05, mai. 1986.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 06, jun. 1986.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 07, ago. 1986.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 08, set. 1986.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 09, out. 1986.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São

Paulo], nº 10, nov. 1986.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 11, jan. 1987.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 12, fev. 1987.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 13, fev. 1987.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 14, mar. 1987.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], nº 15, jul. 1987.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], [S.I], mai. 1988.

METALÚRGICOS DA CUT: jornal do movimento de oposição sindical metalúrgica SP. [São Paulo], [S.I], dez. 1988.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 23-44.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

NEGRO, Antonio Luigi. Nas origens do "novo sindicalismo": o maio de 59, 68, 78 na indústria automobilística. *In*: RODRIGUES, Iram Jácome. **O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois**. São Paulo: Vozes, 1999. p. 9-31.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira: (1964 –1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 01, [S.I] 1986.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 02, [S.I] 1986.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 03, [S.I] 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 04, [S.I] 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 05, mar. 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 05, mar. 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 06, mar. 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 07, mar. 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 08, mar. 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 09, abr. 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 10, abr. 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 11, mai. 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 12, jun. 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 13, jul. 1987.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 14, jul. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 15, ago. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 16, ago. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 17, ago. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 18, set. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 19, set. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 20, out. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 21, out. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 22, nov. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 23, nov. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 24, nov. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 25, dez. 1988.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 26, jan. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 27, fev. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 28, fev. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 29, mar. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 30, mar. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 31, abr. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 32, abr. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 33, mai. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 34, mai. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 35, jun. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 36, jun. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 37, jul. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 38, jul. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 39, jul. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 40, jul. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 41, ago. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 42, ago. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 43, set. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 44, out. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 45, out. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 46, out. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 47, nov. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 48, nov. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 49, dez. 1989.

OLHO VIVO: movimento de oposição sindical metalúrgica. [São Paulo], nº 50, dez. 1989.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, Sindicatos e Revolução no Brasil (1906-1936)**. 2009. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO. Coletânea do I congresso. São Paulo, 1979. Disponível em: <http://iiep.org.br/sistema/arquivos/lidas/1congre.htm>. Acesso em: 05 maio 2023.

OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO. Teses aprovadas no II congresso. São Paulo, 1980. Disponível em: <http://iiep.org.br/sistema/arquivos/lidas/2congre.htm>. Acesso em: 05 maio 2023.

OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO. Teses aprovadas no II congresso. São Paulo, 1986. Disponível em:

<http://iiep.org.br/sistema/arquivos/lidas/3congre.htm>. Acesso em: 05 maio 2023.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Declaração sobre a política do PCB**. Rio de Janeiro: Comitê Central do PCB, 1958. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: 03 maio 2023.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 01, ago. 1983.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 02, set. 1983.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 03, set. 1983.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 04, out. 1983.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 05, out. 1983.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 06, out. 1983.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 07, nov. 1983.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 08, dez. 1983.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 09, fev. 1984.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 10, mar. 1984.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 11, mai. 1984.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 12, ago. 1984.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 13, set. 1984.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 14, nov. 1984.

PIQUETÃO: boletim da oposição metalúrgica – região sul. [São Paulo], nº 15, fev. 1985.

PNUD. **Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI**. New York: PNUD, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUIROGA, Consuelo. **A invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista Usp**, [s.l.], n. 18, p. 6-29, 1993.

RESENHA OPERÁRIA: a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. [São Paulo], nº 01, jan. 1989.

RESENHA OPERÁRIA: a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. [São Paulo], nº 02, fev. 1989.

RESENHA OPERÁRIA: a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. [São Paulo], nº 03, mar. 1989.

RESENHA OPERÁRIA: a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. [São Paulo], nº 04, mai. 1989.

RESENHA OPERÁRIA: a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. [São Paulo], nº 06, out. 1989.

RESENHA OPERÁRIA: a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. [São Paulo], nº 07, nov. 1989.

RESENHA OPERÁRIA: a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. [São Paulo], nº 08, dez. 1989.

RESENHA OPERÁRIA: a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. [São Paulo], [S.I], dez. 1989.

RODRIGUES, Iram Jácome. A trajetória do Novo Sindicalismo. *In*: RODRIGUES, Iram Jácome. **O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois**. São Paulo: Vozes, 1999. p. 73-94.

ROIO, Marcos del. **Marx e a luta política**. Marília: Lutas Anticapital, 2018.

SANTANA, Marco Aurélio. A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92). *In*: MAZZEO, Antônio Carlos. LAGOA, Maria Izabel (org.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 103-120, out. 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: o novo sindicalismo e a ideia de ruptura com o passado. *In*: Iram Jácome Rodrigues (org.). **O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois**. São Paulo: Vozes, 1999b. p. 133-162.

SANTOS, Josiane Santos. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Raphaela de Almeida. O Golpe de 1964 e o "velho" sindicalismo: entre memória e história. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16.; Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh Rio, 2016. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400522595\\_ARQUIVO\\_ANPUH.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400522595_ARQUIVO_ANPUH.pdf)

SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. **O fantasma da classe ausente: as tradições corporativas do**

sindicalismo e a crise de legitimação do SUS. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFMG, Belo Horizonte, nov. 2014.

SANTOS, Sheila Cristina. **Tempo de reparação**: histórias de resistências e o processo de anistia aos operários perseguidos em São Paulo (1964-1979). 188 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Theotonio dos. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da nova república. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, P. L. B. **Atenção à saúde como política governamental**. 1984. (Dissertação de Mestrado) – IGCH, Unicamp, Campinas, 1984.

SOARES, Luiz Eduardo. Vendendo saúde: o inps e a seguridade social no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 59-66, 1976.

SOARES, Luiz Eduardo. Vendendo saúde: o inps e a seguridade social no Brasil (segunda e última parte). **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 37-47, 1977.

STOTZ, Eduardo. “O fantasma da classe ausente: ensaio sobre as bases sociais do movimento da reforma sanitária. **Revista em Pauta**, [s.l.], v. 17, n. 43, p. 48-59, 2019.

TEODORO, Ronaldo; CSAPO, Marika. O SUS no horizonte trabalhista: a tradição corporativa de direitos e a privatização da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 1-13, 2021.

TONET, Ivo. Qual política social para qual emancipação. **SER Social**, [s.l.], v. 17, n. 37, p. 279-295, 2015.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. 2. ed. Florianópolis: Em Debate, 2013.

TUMOLO, Paulo Sergio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 22, n. 77, p. 71-99, 2001.

UFPR Especial Jaime Breilh. Curitiba, 2016. 1 vídeo (21 min.). Publicado pelo canal da UFPRTV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ThSkMNxdvgc>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

VIEIRA, Balbina Otoni. História do Serviço Social: contribuições para construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. **Estudos Cebrap 04**, São Paulo, 1973. p.66-105.

WEFFORT, Francisco. Os sindicatos na política (Brasil: 1955-1964). **Ensaios de Opinião**, Rio de Janeiro, p. 18-27, 1978.

WEFFORT, Francisco. **Sindicato e política**. Tese de livre-docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

ZANETTI, Lorenzo. **O Novo no sindicalismo brasileiro**: características, impasses e desafios.

170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.